

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

POBREZA E FAVELA:

Um estudo sobre a Política Pública de Segurança na cidade de Belo Horizonte



Morro de favela, obra de Tarsila do Amaral, de 1924.

Luana Carola dos Santos

Belo Horizonte
2013

Luana Carola dos Santos

POBREZA E FAVELA:

Um estudo sobre a Política Pública de Segurança na cidade de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.
Linha de Pesquisa: Política, Participação e Processos de Identificação.
Orientadora: Cláudia Mayorga

**Belo Horizonte
2013**

150

S237p

2013

Santos, Luana Carola dos

Pobreza e favela [manuscrito]: um estudo sobre a política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte / Luana Carola dos Santos. - 2013.

160 f. : il.

Orientadora: Cláudia Mayorga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia – Teses. 2. Psicologia social – Teses. 3. Políticas públicas – Teses. 4. Favelas – Teses. 5. Pobreza - Teses. 6. Violência - Teses. I. Mayorga, Cláudia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Luana Carola dos Santos

POBREZA E FAVELA:

Um estudo sobre a Política Pública de Segurança na cidade de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: 30/01/1 2013

BANCA EXAMINADORA

Professora Claudia Mayorga

Professora Juliana Perucchi

Professora Sônia Lages

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo investigar as concepções de pobreza e favela que circulam no contexto da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte. Outros objetivos da pesquisa consistem em: Estudar o histórico da Política Pública de Segurança no Brasil, com enfoque nas repercussões da mesma em Belo Horizonte; Investigar a possível relação existente entre os temas: *Segurança Pública; Criminalização da pobreza e desigualdades sociais* e por fim, compreender os conceitos de violência e pobreza presentes nos programas de base primária da Política Pública de Segurança, sendo eles, Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo. Os instrumentos metodológicos da presente pesquisa têm embasamentos no campo de estudos das etnopedagogias que compreendem a pesquisa como um movimento incessante de análise do início ao fim. Para coleta de dados utilizamos as rodas de conversa, observação etnográfica, diário de campo e fizemos uma entrevista. Para análise de dados, trabalhamos em um primeiro momento com a interpretação dos “grandes eixos analíticos” e no segundo momento, com a interpretação das “unidades de significado”. Notamos que a maioria das produções sobre o tema da segurança pública está associada aos campos de estudos das ciências políticas e da administração pública e se baseiam em estudos estatísticos que na maioria das vezes trazem uma concepção de segurança associada à redução do número de homicídios, tráfico de drogas e ação policial reforçando o imperativo de que lugar de violência e criminalidade é na favela compreendida, na maioria das vezes, como um território marcado pela pobreza. Neste sentido, procuramos trazer estudos que contribuam para a repensarmos tal imperativo, identificando a segurança pública como um dispositivo de controle (Foucault, 1978), que cumpre funções sociais vinculadas à criminalização da favela e pobreza. (Wacquant, 2001).

PALAVRAS-CHAVES: Segurança Pública; Criminalização da Pobreza; Favela;

ABSTRACT:

This study aims to investigate the concepts of poverty and slum circulating in the context of public security policy in the city of Belo Horizonte. Other research objectives are: To study the history of Public Security Policy in Brazil , focusing on the impact of the same in Belo Horizonte ; To investigate the possible relationship between the themes : Public Safety ; Criminalization of poverty and social inequalities, and finally understand the concepts of violence and poverty present in the primary basis of Public Policy Security programs , namely , Conflict Mediation Program and Stay Alive . The methodological tools of the present study have a grounding in the field of studies of with ethnographic studies who understand research as an incessant motion analysis from start to finish . For data collection used wheels conversation, ethnographic observation field diary and did an interview . For data analysis , we work on a first date with the interpretation of " major analytical axes " and the second time with the interpretation of " units of meaning " . We note that most of the productions on the topic of public safety is associated with the fields of study of political science and public administration and are based on statistical studies that most often brings a conception of security associated with a reduction in the number of murders, trafficking drug police action and reinforcing the imperative that place of violence and crime in the slums is understood mostly as a territory marked by poverty . In this sense , studies that seek to bring help to rethink this imperative , identifying public safety as a control device (Foucault , 1978), which fulfills social functions related to the criminalization of poverty and slums . (Wacquant , 2001)

KEYWORDS: Public Safety; Criminalization of Poverty; Slum;

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| OS CENARIOS DA PESQUISA | 14 |
| CAPÍTULO 1. PESQUISA EM CENA: MÉTODOS, METODOLOGIAS, CAMPO E RELEVÂNCIA DO TEMA | 20 |
| 1.1. Objetivos, Contextualização do problema, estudos sobre segurança | 20 |
| 1.2. Justificativa, anúncio sobre segurança e relevância sobre o tema | 24 |
| 1.2.1. “Estar lá”: Notas sobre o campo de pesquisa | 28 |
| 1.2.2. “Estar aqui”: Campos e procedimentos metodológicos | 50 |
| 1.2.3. “Mundos” em um texto: sobre a análise e interpretação de dados | 55 |
| CAPÍTULO 2. SEGURANÇA NA CIDADE: NOTAS SOBRE OS TERRITÓRIOS BELO-HORIZONTINOS | 57 |
| 2.1. Segurança Pública: Aspectos institucionais, sociais e memórias históricas | 58 |
| 2.2. Paradoxos sobre a segurança: Dispositivos sobre poder e circulação sobre os territórios | 62 |
| 2.3. Notas sobre a relação entre polícia e favela, as disposições do panóptico | 73 |
| CAPÍTULO 3. VIOLÊNCIA E POBREZA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA: PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DAS FAVELAS | 79 |
| 3.1. Discursos sobre favela, periferia e aglomerado: Fala sobre violência e pobreza, debates sobre cidadania | 80 |
| 3.2. A favela na história: incursos sobre a pobreza | 83 |
| 3.3. As favelas na história: A cidade de belo Horizonte | 89 |
| 3.4 A violência, sociedade brasileira e discursos de controle | 92 |
| 3.5. Pobrezas, discursos de criminalização, espaço político e social | 97 |
| CAPÍTULO 4. INTERPRETAÇÕES E SIGNIFICADOS: INTERLOCUÇÕES COM A CENA DE PESQUISA | 103 |
| 4.1. Intertextos no campo: Tecendo análises | 104 |
| 4.2. Notas sobre o campo: Circulando por territórios | 105 |
| 4.3. Os interlocutores na cena da pesquisa: Apresentação | 111 |
| 4.4. Grandes eixos analíticos, tessituras e significados | 115 |
| 4.5. Unidades de significado, o trabalho como um todo | 131 |
| CAPÍTULO 5. SEGURANÇA PÚBLICA, PRIMEIRAS VERSÕES, MUDANÇAS DE TONS, CONCLUSÕES | 138 |
| 5.1. Segurança, Primeiras Versões | 139 |
| 5.2. Mudanças de tons, Conclusões | 142 |
| REFERÊNCIAS | 143 |
| ANEXOS | 153 |

Aos meus pais Meire, Roberto e minha
irmã Amanda pelo apoio, amor e
compreensão.

AGRADECIMENTOS

“Apenas o sol redondo
e alguma esmola de vento
quebram as formas do sono
com a idéia do movimento”.
(A marcha - Cecília Meireles)

A atividade de pesquisar, redigir, pensar, desconstruir quebram as formas do sono, com várias idéias em movimento! As idéias se movimentam também em bons diálogos, cafés, momentos de descontração, nos e-mails, nos contatos que estabelecemos com nossos pares, nas ruas da cidade, nas favelas, em Belo Horizonte. Enfim, dissertar é entrar em movimento o tempo todo, e a todo tempo. Gostaria de agradecer assim, com muito carinho e amor, aos meus pais, Meire e Roberto pelos incentivos, acolhimentos, dedicação, palavras de apoio e por simplesmente respeitarem os caminhos que resolvi trilhar. Obrigada de todo coração! A minha irmã Amanda, pelas sábias conversas sobre a vida, pelo apoio e grande amizade. Agradeço a sua sensibilidade para perceber os processos de desigualdade e injustiça social presentes no mundo e me chamar atenção para as “realidades” diversas em que a vida se apresenta! A minha orientadora e interlocutora Cláudia Mayorga que me convidou em diversos momentos ao exercício de deslocamento, de abrir as janelas para o novo, para as tensões e contradições sociais. Obrigada demais pelos auxílios, prosas, cafés, por me convidar a auto-implicação, ao posicionamento, a indignação com as invisibilidades do mundo! Ao Marcos, pelo apoio, incentivo, paciência, por me convidar a outros pensamentos e ares, pelas prosas com direito a risos e delicadezas! Ao amigo André, pelos cafés, gargalhadas, companheirismo, carinho, por contribuir grandemente com as vivências e estudos no mestrado! A amiga Isabela, pela amizade e carinho! Obrigada pelas boas conversas, músicas e apoio! A Flávia e Fabrício pelo trabalho cuidadoso realizado na Secretária da Pós Graduação. A Dulce, auxiliar de limpeza da UFMG e a Carlinha (vizinha de Núcleo na UFMG) pelas boas conversas matutinas! Agradeço as equipes dos programas Mediação de Conflitos e Fica vivo do Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) do Minas Caixa, pela colaboração na pesquisa e pelas excelentes interlocuções. Aos companheiros do PET Conexões de Saberes e Núcleo de Psicologia Política, pelos espaços de formação e amizade. As equipes de trabalho do CPC Taquaril pela amizade, carinho e compreensão! Obrigada a todos aqueles que estiveram comigo, em algum momento, seja nos corredores da universidade, nos congressos, nas salas de aula, na cantina, que contribuíram com os movimentos da pesquisa. E que a marcha das ideais em movimento prossiga!

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.

Bertold Brecht (1898-1956)

*Para nós, a pesquisa é um campo de
práxis social, bem como método é,
invariavelmente, uma pauta política, ou
seja, um trabalho de opção, de escolha
na polis. (Macedo, Roberto, 2012, p.22)*

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| CEAPA | Central de Apoio a Penas Alternativas |
| CRISP | Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública |
| CPC | Centro de Prevenção à Criminalidade |
| BENVINDA | Centro de Apoio à mulheres em situação de violência |
| DP | Defensoria Pública |
| DBP | Demandas dos Bairros Populares |
| FV | Fica Vivo |
| FALE | Faculdade de Letras |
| GEPAR | Grupamento Especializado de Áreas de Risco |
| EM | Encontro Metodológico |
| MGS | Minas Gerais prestação de serviços |
| PM | Polícia Militar |
| PRESP | Programa da Reinserção Social do Egresso do Sistema Prisional |
| PRONASCI | Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania |
| PRODECOM | Programa de Desenvolvimento de Comunidades |
| SEDS | Secretaria de Estado de Defesa Social |
| SPEC | Superintendência de Prevenção à criminalidade |
| RC | Rodas de Conversa |
| TJ | Tribunal de Justiça |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| URBEL | Companhia Urbanizadora em Belo Horizonte |

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO BOREL.....31

FIGURA 2: DESENHO METODOLÓGICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE..... 37

FIGURA 3: ARQUITETURA DO PANÓPTICO DE BENTHAM.....76

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1: Centros de Prevenção em Belo Horizonte, Região Metropolitana e Interior de Minas Gerais..... | 32 |
|--|----|

OS CENÁRIOS DA PESQUISA

O presente trabalho tem como objetivo investigar as concepções de violência e pobreza que circulam na Política Pública de Segurança no contexto de Belo Horizonte. Esta política se desenha na cidade por meio da articulação de instituições como: Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), Tribunal de Justiça (TJ), Polícia Militar (PM), Defensoria Pública (DF), dentre outras.

Uma das formas de execução da política de segurança em Minas Gerais é o âmbito da prevenção à criminalidade, a qual se organiza em três níveis de atuação:

- a) *Primário*: Que desenvolve ações chamadas de preventivas as situações violentas. Neste nível temos os programas Mediação de Conflitos (PMC) e Fica Vivo (FV);
- b) *Secundário*: Que atua em situações violentas consideradas de menor potencial ofensivo. Temos aqui a Central de Apoio a Penas Alternativas (CEAPA);
- c) *Terciário*: Que trabalha com a chamada “reinserção social” de pessoas que saíram do sistema prisional. O Programa da Reinserção Social do Egresso do Sistema Prisional (PRESP) se encontra neste nível.

O objeto de estudo desta pesquisa está situado no nível *primário* da prevenção que consiste no estudo dos programas *Mediação de Conflitos e Fica Vivo*, ambos funcionam em um equipamento público chamado de *Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC)*. Neste sentido, o presente trabalho realizou um estudo de caso sobre o CPC Minas Caixa situado geograficamente na região de Venda Nova na cidade de Belo Horizonte. A pergunta cerne desta pesquisa é: *Que concepções de violência e pobreza circulam na base primária da política de prevenção à criminalidade no contexto de Belo Horizonte?*

Observamos também que a maioria dos chamados Centros de Prevenção à Criminalidade estão localizados nas favelas belorizontinas reduzindo os debates sobre segurança na cidade ao contexto das favelas e a criminalização das mesmas.

Aproveitamos assim, para justificar a escolha da imagem de capa dessa dissertação. Trata-se de um quadro, cuja autoria é de Tarsila do Amaral, desenhista e pintora brasileira, figura central na primeira fase do movimento modernista produzido em 1924. A Artista procurava em seus trabalhos a necessidade do retrato das cenas brasileiras na arte.

Tarsila nasceu e morou em São Paulo e expôs seus trabalhos pela vez na cidade do Rio de Janeiro no ano 1929. O quadro foi produzido para fazer referência a uma planta que encobria os *Morros da cidade de Canudos* localizada no interior do sertão da Bahia, região marcada por uma série de conflitos militares, religiosos, fome, desemprego, além da luta entre latifundiários que queriam aumentar os impostos da população e líderes religiosos, como o líder Antônio Conselheiro e a população considerados minorias sociais. Podemos caracterizar este conflitos como uma típica luta entre o “centro” e as “margens”, ou entre “centro” e “periferia”.

O nome da planta retratada no quadro era **favela**. Quando os soldados que retornaram da guerra para a cidade do Rio de Janeiro construíram a moradias provisórias no Morro da Providência como referência simbólica e histórica da época que viveram em Canudos. A partir disso esse morro passou a ser conhecido como “Morro da favela”. Na década de 20 as habitações improvisadas ao entorno das cidades ganharam o nome de favela.

Convocamos a arte para o cenário deste trabalho, como um instrumento de ação política, expressão social e como possibilidade de intervenção psicossociológica nas realidades com as quais trabalhamos. O quadro pintado por Tarsila traz importantes contribuições sociais, históricas e políticas para um dos nossos objetos de estudo, atuação e interesse que são as favelas brasileiras, mais especificamente, as favelas da cidade de Belo Horizonte. É nesse cenário que trazemos esse quadro que retrata cotidianos, lutas, heterogeneidades, história e política, assim como as favelas.

Compreendemos o tema da segurança pública como um problema antigo que tem grande relação com os debates sobre três grandes dimensões: soberania, território e cidade (Foucault, 1978). Tendo em vista, a vastidão e a complexidade do presente tema de pesquisa, lançamos múltiplos olhares sobre ele, concordando com Milton Santos (2000), no seguinte sentido:

A idéia da metadisciplina é a seguinte: existem várias disciplinas, a geografia, a sociologia, a antropologia, a economia. Cada disciplina possui um módulo que a identifica e a distingue das demais. O que faz com que uma disciplina se relacione com as demais é o mundo, o mesmo mundo, que se movimenta, faz com que minha disciplina se transforme.

Entendemos que a metadisciplina se constitui como uma importante ferramenta de estudos para temas complexos, já que permite lançar mão de saberes distintos para compreensão da problemática a ser trabalhada, como é o caso do tema da segurança. Nesse sentido achamos importante retomar esse

conceito para realçar a complexidade dos fenômenos e dos discursos que circulam na prevenção à criminalidade.

O desenho da política de segurança em Minas Gerais se constitui a partir da Superintendência de Prevenção à criminalidade (SPEC), que surge na esfera da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) no ano de 2006. Na cidade de Belo Horizonte não há uma Secretaria específica que trabalhe com o tema da Segurança, sendo assim a execução da política é pensada em articulação entre Município e Estado.

Observamos que o tema da segurança é marcada por “autorizações” de saberes sobre que podem falar do tema, geralmente os estudos vinculados às escolas de Administração Pública e Ciência Política. Observamos também que as pesquisas estatísticas articuladas às taxas de homicídio e tráfico de drogas na cidade de Belo Horizonte apresentam-se como tônicas recorrentes no campo de estudos sobre segurança.

Pensar sobre quem está autorizado a falar sobre o tema da segurança tem relação com retomar os debates sobre relações de poder no campo científico, para nos auxiliar nesta discussão lançaremos mão dos escritos de Bordieu (1975) e Donna Haraway (1995).

Um grande desafio que se apresenta junto com essa pesquisa, é tentar olhar a política pública de segurança fazendo *movimentos/perguntas contrárias* às perspectivas que até então circulam nesse campo de estudos lançando mão assim das contribuições da psicologia social. Tem relação com contribuir para debates que convoquem para a compreensão das funções sociais implícitas na segurança, visto que ao longo dos estudos teóricos, trabalhos com etnometódos, idas a campo, interlocução com os atores da política de segurança, notamos uma concepção sobre o tema fortemente vinculada a ações que diminuam o crime nas favelas, e fenômenos como tráfico de drogas e homicídios.

É importante ressaltar que a pergunta cerne que este trabalho pretende investigar são as concepções sobre violência e pobreza que circulam no âmbito primário da política pública de segurança.

Observamos que durante as idas ao campo de pesquisa surgem outras perguntas secundárias, que aparecem como sintoma da problemática investigada, perguntas como: *Para além do tráfico de drogas e homicídios, que outras violências estão no bojo da prática do Centro de Prevenção à Criminalidade? A política pública de segurança tem recorte territorial que atua apenas na favela? Que estratégias contém na atuação dessa política na atuação das favelas?*

Foram perguntas que provocaram deslocamentos e tensões importantes durante a realização do campo de pesquisa.

Lançaremos mão desses estudos interpretados como referências sobre o tema, como por exemplo, estudos de Soares (2006) e Saporì (2011) no sentido de abarcar a concepção sobre a política pública de segurança anunciada por esses autores e também de pensar novas e outras perguntas que nos possibilite “olhar” e tecer visões e saberes sobre o tema. Para além das taxas do homicídio e tráfico de drogas, do perfil dos considerados “criminosos”, em que mais pode ser a política pública de segurança? Quais outros problemas a política pública de segurança pretende enfrentar? Que fenômenos são visibilizados? Que efeitos tem produzido na cidade de Belo Horizonte? São perguntas que nos interpelaram e também compõe este trabalho.

Com as idas ao campo e estudos teóricos sobre o tema observamos que os olhares que operam na política pública sobre as violências são restritos aos fenômenos como tráfico de drogas e homicídios. Contudo outros eventos políticos incorporados à violação de direitos, tais como: mulheres em situação de violência doméstica; crianças e adolescente em situação de abuso sexual; idosos com direitos lesados, dentre outras violências ficam invisibilizadas, ou são pouco trabalhadas no contexto dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo.

A idéia é lançar luz sobre as concepções de violência e pobreza que circulam na política pública de segurança no sentido de compreender que funções sociais tais discursos querem sustentar, e não reduzir ou simplificar os debates sobre tema apenas aos índices estatísticos.

Outro ponto que tange os debates sobre segurança na cidade é o fato de termos poucas produções teóricas que reflitam sobre o cenário dessa política pública na cidade. Temos trabalhos que pensam a segurança na cidade do Rio de Janeiro e do Espírito do Santos, que em termos de Brasil, são os Estados que mais se destacam nos conflitos que envolvem a segurança concebido enquanto número de homicídios e fenômenos associados ao tráfico de drogas.

Notamos que há uma “rio-centralização” dos debates sobre política pública de segurança e favela. E é questionando esses imperativos que queremos trabalhar. Quando anunciamos isso, não queremos descartar os estudos feitos e as considerações importantes sobre o tema no contexto macro do Brasil, entretanto não concordamos com o fato de “importarmos” o pensamento sobre favela, violência, pobreza e segurança de outros contextos para a cena belorizontina. Um ponto que justifica o presente trabalho é pensar a política pública de segurança e as favelas nas cenas de Belo Horizonte.

Para realização do presente trabalho utilizamos como recursos metodológico o *campo de estudos das etnopedquisas* (Garfinkel, 1976, Macedo, 2010; Matos, 2011 e Chizzoti, 2011) que nos possibilita um diálogo constante com o campo no sentido de estar dentro dele, e se pensar nele (*etnopedquisa implicada*).

Como recurso de coleta de dados, utilizamos procedimentos como *diário de campo* (Geertz, 1989), *observação participante e entrevista* (Rizzini, Castro, Sartor, 1999 e Macedo, 2010). Analisamos também *documentos*, como livros e o Plano Anual de Segurança Pública para compreendermos as concepções de violência e pobreza que circulam no interior da política pública de segurança.

Ao longo da realização da pesquisa a equipe do Centro de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixa lançou uma proposta da realização de *rodas de conversa* sobre o tema da segurança pública, violência e pobreza. Realizamos duas rodas de conversa em duas tardes, com as equipes do Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo no Centro de Prevenção à Criminalidade. Entendemos as Rodas de Conversas como uma metodologia participativa que promove espaços de reflexões sobre temas distintos através da circulação da palavra entre os participantes. (Afonso e Abade, 2008).

No campo de estudos das etnopedquisas a análise e interpretação de dados é um movimento incessante na pesquisa, que acontece do início ao fim da mesma. Neste sentido, o produto da pesquisa é sempre *um produto aberto*, no sentido de gerar novas reflexões. Trabalhamos com essa perspectiva de análise já a trazer elementos do diário de campo nas primeiras páginas do trabalho, no sentido de dialogar teoria e prática, e produzir movimentos de análise no texto.

Para análise e interpretações de dados trabalhamos com a *síntese de significados*. Metodologia também proposta pelo campo de estudos da etnopedquisa, que recomenda ao pesquisador elencar dentro do escopo dos dados coletados em campo, *unidades de significados*, ou seja separar dentro do conjunto de informações, aquelas que tem forte relação com a tema da pesquisa, e aquelas que são importantes, mas não tem tanta relação direta com o problema. A partir dessa distinção, o pesquisador constrói suas análises, que devem nascer do encontro entre problemática das temáticas estudadas, com as vozes dos interlocutores do campo, o que exige um trabalho denso e profundo.

Esta pesquisa se organiza em *cinco capítulos*, sendo o primeiro a apresentação do cenário da pesquisa, dos objetivos e relevância do trabalho, caracterização do campo e dos aspectos metodológicos da pesquisa. O primeiro capítulo tem como objetivo situar o leitor na cena e na problemática da pesquisa e fazer também uma apresentação mais densa e detalhada do campo explorado.

No *segundo capítulo* faremos algumas notas e articulações teóricas sobre o tema da segurança a partir de dois autores importantes para o debate sobre o tema, os quais são : Foucault (1978) e Wacquant (2001). O objetivo deste capítulo é lançar a problemática da segurança e articulá-la com as discussões sobre o tecido sócio-espacial das cidades, a noção de território, soberania e disciplina.

Concordamos que pensar sobre a política pública de segurança em Belo Horizonte tem a ver com pensar a história das cidades. Compreendemos a segurança como um dispositivo estratégico de organização do território e a manutenção de algumas tecnologias e ordenamentos referentes à população e a cidade. Observamos que o tema da segurança tem forte relação com o imperativo e interrogações sobre a criminalização da pobreza e com os processos de exclusão e desigualdade social.

O *terceiro capítulo* abordará as discussões referente aos temas de violência, pobreza e favela. Para isso retomaremos a história das favelas em Belo Horizonte articulando com os temas da pobreza e violência. O objetivo deste capítulo é dialogar o tema central deste trabalho , que é articulação da política pública de segurança com esses fenômenos psicopolíticos.

O *quarto capítulo* apresentaremos ao leitor uma leitura mais densa e detalhada dos materiais referentes às idas ao campo, pensando assim em encaminhamentos possíveis da pesquisa e em possibilidades de intervenções.

Ao “olhar” para nossas análises observamos que o tema da segurança mobiliza bastante os debates sociais, entretanto aparece muito articulado as discussões sobre pobreza, no sentido da criminalização miséria. As discussões sobre segurança no campo dos estudos teóricos aparecem bem articulados em termos estatísticos no sentido de reforçar que violência e pobreza estão nas favelas e precisam ser diminuídas, por meio da prevenção à criminalidade reforçando o imperativo: *lugar de pobreza e violência é na favela, o que gera manutenção de preconceitos e hierarquias sociais*. Compreendemos as favelas como espaço político e de estudos sobre as desigualdades sociais.

Por fim, no *quinto capítulo* faremos nossas considerações finais sobre o processo de pesquisa abarcando também a trajetória da pesquisadora no campo de estudos em se propôs. Compreendemos a segurança como um tema complexo e que revela processos de desigualdade e exclusão social.

CAPÍTULO 1: PESQUISA EM CENA: MÉTODOS, METODOLOGIAS, CAMPO E RELEVÂNCIA DO TEMA.

RESUMO: Este capítulo tem como objetivo fazer uma contextualização da problemática de pesquisa a ser apresentada. Bem como, fazer uma caracterização do presente campo de pesquisa, dos aspectos metodológicos, éticos e políticos que envolvem essa pesquisa. O objetivo cerne dessa dissertação consiste em realizar estudos sobre as concepções de violência e pobreza que circulam no campo da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte. Para isso fizemos um estudo de caso de um Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) localizado geograficamente na região de Venda Nova na cidade de Belo Horizonte. Trabalhamos com as equipes dos Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo. Como procedimentos metodológicos utilizamos diário de campo, observação participante, entrevista e rodas de conversa. Enfim, metodologias de trabalho pautadas no campo de estudos da etnopesquisas, o qual apresentaremos aqui neste capítulo.

1.1 Objetivos, contextualização do problema, estudos sobre segurança

“A visão é sempre uma questão de poder ver” (Haraway, Donna. 1995 p.25)

Como dito anteriormente a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as concepções de violência e pobreza que circulam no contexto teórico-prático da base primária da Política Pública de Segurança na cidade de Belo Horizonte. Outros objetivos da pesquisa consistem em: Estudar o histórico da Política Pública de Segurança no Brasil, com enfoque nas repercussões dessa política em Belo Horizonte; Investigar a possível relação existente entre os temas: *Segurança Pública; Criminalização da pobreza e desigualdades sociais* e por fim, compreender os conceitos de violência e pobreza presentes nos programas de base primária da Política de Segurança Pública, sendo eles, Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo.

O problema de pesquisa deste trabalho emerge a partir de alguns questionamentos ao observar as tensões que perpassam o campo de estudos sobre a segurança na cidade. Notamos que a maioria das produções sobre o tema

estão associadas aos campos de estudos das Ciências Políticas e da Administração Pública e se baseiam em estudos estatísticos e que na maioria das vezes trazem uma concepção de segurança associada à redução do número de homicídios, tráfico de drogas e ação policial.

Alguns estudos que realçam esse viés sobre segurança são: “*Segurança Pública em Belo Horizonte: análises dos desviantes positivos*”, pesquisa produzida em 2011 pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho vinculada a Fundação João Pinheiro, que teve como objetivo elencar os fatores que contribuíram para redução da criminalidade em Belo Horizonte, mais especificamente, avaliar o impacto dos programas e ações de segurança pública implementados nas distintas regiões do município para ver se surtiram efeito na diminuição das taxas de homicídio e da criminalidade. Os pesquisadores chamam de “desvio positivo” uma metodologia de pesquisa que se dedica a analisar casos que tiveram um desempenho muito superior, ou muito inferior a média dos grupos estudados.

Outro estudo sobre segurança pública também encontrado consiste em uma tese produzida na Universidade de Brasília, no campo de estudos psicológicos, que teve como objetivo fazer uma análise do perfil cultural das organizações policiais e a integração dessas instituições com a política de segurança pública em Belo Horizonte¹. A autora da pesquisa buscou compreender as intervenções realizadas pela polícia civil e militar a partir dos valores organizacionais que atravessam essas instituições.

Tomando, como exemplo, os estudos acima, dentre outros que também serão citados ao longo desta pesquisa, é que surge o problema de pesquisa deste trabalho: quais são as concepções de violência e pobreza que circulam no contexto da política de segurança pública? Foram a partir dessas perguntas e do encontro com tensões importantes que existem no campo de estudos sobre segurança pública, como por exemplo: legitimação das pesquisas das ciências políticas e administração o que nos levou a perguntas como: *Quem esta autorizado a falar sobre segurança pública? Que campos de saberes podem produzir sobre o tema?*

Observa-se que a psicologia social tenta se aproximar do tema da segurança a partir do interesse em desnaturalizá-la e fazer o exercício de compreensão dos processos de desigualdades que estão presentes na dinâmica desse problema com objetivo de evitar posições muito dicotomizadas e lançar lentes analíticas para complexidades da problemática, não tem tanta abertura, por

¹ Ver mais em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/7012>

algumas questões como: quando a psicologia é chamada para um diálogo sobre segurança, é convidada ao lugar de respostas e interpretações, e esse lugar pode ser “perigoso”. Sendo assim, nosso problema nasce a partir das preocupações que temos sobre que “vozes” e saberes têm circulado na política pública de segurança e como esses saberes sustentam e mantêm determinadas estratégias dessa política.

Quando falamos de vozes e de autorização nos campos científicos nos referimos à ciência como um sistema de relações objetivas que foram adquiridas em lutas anteriores. Compreendemos as ciências como um lugar que envolve posicionamentos, espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que estaria em jogo (quando pensamos nas produções no campo científico da segurança pública)? O que está em jogo especificamente nessa luta, é o que chamamos de *monopólio da autoridade científica* até então definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social. (Bourdieu, Pierre, 1976). Dizer que o campo científico é um lugar de lutas é assumir (e se posicionar a partir dos lugares que ocupamos) que a ciência produz e supõe uma forma específica de interesse, ou seja, as práticas científicas não são “desinteressadas”, tem engajamento político, histórico, ético com um conjunto de causas, tem posicionamento.

Neste sentido, problematizar o campo de estudos sobre a política de segurança pública tem relação com pensarmos que concepções de ciência circulam nos estudos sobre o tema e como esses discursos sobre ciência produzem “verdades” sobre violência e pobreza. Tem relação com o que chamamos de “saberes localizados”, com pensar perspectivas de ciência como lugar de fronteira, como movimentos de poder, não movimentos em direção “a verdade”, mas de desconstrução das alegações da verdade. (Haraway, Donna, 1975, p.9). Sendo assim, essa autora utiliza a localização do saber como alternativa para lidarmos com o efeito de poder no campo científico:

Eu, e outras, começamos querendo um instrumento afiado para a desconstrução das alegações de verdade de uma ciência hostil, através da demonstração da especificidade histórica radical e, portanto, contestabilidades, de todas as camadas de cebola das construções científicas e tecnológicas, e terminamos com uma espécie de terapia de eletrochoque epistemológica que, longe de nos conduzir às questões importantes do jogo de contestação das verdades públicas, nos derrubou vítimas do mal da personalidade múltipla auto-induzida (Haraway, Donna, 1995, p.13)

Concordamos com essa teórica no sentido de que todos os saberes são situados social e historicamente. Neste sentido é inevitável que os conhecimentos sejam

parciais, o que não implica no abandono dos chamados “critérios de objetividade” que circulam nas ciências, mas no fortalecimento de tais aspectos nos trabalhos que produzimos. Essa autora afirma que não há “*conhecimento de lugar nenhum*”, para contrapor os princípios da neutralidade e do distanciamento que circulam nas ciências “tradicionais” temos como proposta a “objetividade corporificada”. Conceito criado por Haraway para situar não só o conhecimento, mas o sujeito cognoscente que participa dos contextos da ciência. Nós, pesquisadores não estamos separados daquilo que escolhemos ver e pesquisar, já que o conhecimento está situado a partir de uma perspectiva de ciência, de visão de mundo, de interlocução com aqueles que fazem parte do nosso campo de pesquisa.

Neste sentido, esta pesquisa se propõe lançar mão de outras concepções sobre segurança. Concepções essas que façam “escapar” da lógica dos saberes até então autorizados ou reconhecidos para falarem sobre o tema, no sentido de problematizar e pensar novas possibilidades.

Outras questões que inspiram o surgimento do problema de pesquisa é o constante diálogo com os trabalhadores e pesquisadores da política pública de segurança em Belo Horizonte, mais especificamente, com a base primária desta política que é formada pelos Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo. A presente pesquisadora já circulou e circula dentro da base primária da política pública de segurança. As inquietações com esse tema surgiram também ao longo da produção da monografia sobre as interfaces da Psicologia Social Comunitária com o Programa Mediação de Conflitos no ano de 2010. Após isso, pensar a política, a partir de distintos lugares (como estagiária durante dois anos do programa, como trabalhadora da política) incitou muitas perguntas, que tem forte relação com a necessidade de investigar, os modos de funcionamento, estratégias, público-alvo e efeitos da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte. O que envolve também pensar a cidade, a favela e a produção de desigualdades sociais. Entendemos a implicação com o problema de pesquisa, com os campos nos quais estamos, sejam eles, universidade, serviço, centro de prevenção à criminalidade, ruas de belo horizonte, outras ruas, morros da favelas como um modo de *criação de saberes*.²

O ato de fazer pesquisa nas ciências humanas e sociais tem relação com as *empatias, identificações, mimeses e epifanias* que vão surgir dos encontros, dos

² Para utilizar esse termo, tomamos como inspiração os argumentos de Jacques Ardoino (1993) e Lapassade (1991), no sentido de que os saberes em suas diversas expressões implicam emergência dos pesquisadores, que são cronistas dos seus cotidianos, o que nos convida para uma concepção de saberes, para além da construção e produção dos mesmos. Os saberes estão nos distintos cotidianos nos quais circulamos.

pesquisadores com as cenas sociais. (Macedo, 2012, p.21). Neste sentido, pretendemos realçar na presente pesquisa os aspectos observados no campo de pesquisa que serviram com questões para interpelação da pesquisadora, que promoveram deslocamentos, e delinear a política de segurança pública, como uma estratégia política que pretende manter os ordenamentos das pessoas e da cidade. Entender que implicações isso traz para os distintos cotidianos das pessoas e das organizações sociais, que faz emergir os objetivos dessa pesquisa.

1.2. Justificativa, Anúncios sobre segurança e relevância do tema:

Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa. (Michel Foucault, 1978)

Observa-se que os estudos sobre política pública de segurança no contexto brasileiro ganham enfoque em sua maioria nos noticiários de jornais, e geralmente causam estranhamento na população quando se trata de ocorrências que envolvem bastante a opinião pública. É sobre estranhamento que queremos também nos debruçar neste trabalho, no sentido de compreendermos quais as lógicas mantêm o estranhamento da população apenas para eventos que envolvem o tema da segurança associados aos dados referentes às concepções de violência e pobreza que circulam nessa política.

Neste sentido, ao se pensar no desenho metodológico e na implantação da política pública de segurança no contexto de Minas Gerais notamos uma mobilização para o tema, quando se trata do destaque de situações vinculadas a crimes violentos, reduzindo *o tema da segurança a criminalização da pobreza e como uma política de recorte territorial na favela lançando imperativos como: lugar de violência e pobreza é na favela.*

Sabemos que o tema da segurança mobiliza grande opinião pública, entretanto para além dos dados e mobilizações que este tema produz nos dispositivos midiáticos (como jornais, televisão, opinião pública) nosso objetivo aqui é compreender os efeitos dos aspectos metodológicos e pesquisas realizadas sobre o tema no cotidiano da organização dessa política, da cidade de Belo Horizonte e das vidas cotidianas.

Ao retomarmos alguns estudos teóricos sobre o tema da política pública de segurança no contexto brasileiro e mais especificamente de Minas Gerais, Belo

Horizonte teremos alguns afirmativas que concordam e produzem também, concepções sobre segurança associadas à forma com o tema é tratado nos dispositivos midiáticos, e que como eles circulam e são reforçados na cidade, como por exemplo:

- 1) Necessidade de pensar uma política pública de segurança que tenha modos de intervenção clara para diminuição das taxas de criminalidade (pensando aqui a criminalidade com forte vinculação a índices estatísticos de homicídios e ao tráfico de drogas) . Trabalha-se com a concepção de diagnosticar o “perfil” de quem atua nas cenas de violência; Conforme constatação das pesquisas, quem é violento, são: homens jovens, entre 15 e 25 anos, **de cor negra e residentes na periferia**³. Minas Gerais aparece no contexto brasileiro associados aos Estados de Pernambuco e São Paulo, como eixos que apresentam políticas mais “consistentes” em termos de segurança pública; Prevenção Primária muito citada nos estudos e articulado a uma política de governo local. (Sapori, Luis Flávio, p.12, 2011).
- 2) Concebe a segurança pública como um fenômeno que gera “insegurança pública” e que se apresenta como uma tragédia nacional; Entende que o público de intervenção da segurança tem sido jovens, sobretudo, negros e pobres, do sexo masculino. A concepção de criminalidade também tem forte associação com os índices de homicídios e tráfico de drogas destacando a ocorrência desses, em alguns estados brasileiros como Espírito do Santos (ES) e Rio de Janeiro (RJ). Aponta as políticas que pautam por uma segurança “cidadã” como uma alternativa para redução da criminalidade , o que envolve realização de diagnósticos locais, diálogo entre políticas intersetoriais, focalização territorial, dentre outros. (Soares, Luis Eduardo, 2006). A segurança chamada de cidadã tem como proposta estar mais próxima do público alvo de intervenção da política, com diálogo e medidas de prevenção à criminalidade.

Ao nos debruçarmos sobre as argumentações teóricas dos dois autores acima observamos que há uma concordância de ambos em alguns aspectos sobre o que tange uma concepção de segurança voltada a compreensão de homicídios e tráficos de drogas que tem um público alvo de ação, o que traz para a cena os debates de criminalização da pobreza. Entretanto, ao longo das discussões teóricas dos autores, poucas luzes são lançadas para esse assunto, tenta-se tratar os dados

³ Grifo nosso. Uma vez que determinados estudos que são legitimados a falar no campo de estudos da segurança pública contribuem para determinadas lógicas de exclusão social e política de alguns atores sociais. Contribuem também para a fragmentação da cidade entre centro e periferia e criminalização das favelas. (Foucault, 1978 e Wacquant , 2001)

da cor, gênero e classe social, como categorias associadas à análise de perfil criminal.

Sendo assim, não concordamos com essas abordagens apresentadas já que não escolhem pautar em seus campos teóricos de discussões os processos de criminalização da pobreza e das lógicas de manutenção da política pública de segurança. Ambos os autores já tiveram fortes atuações nas Secretarias de Segurança nos territórios onde atuam, o primeiro na Secretaria de Estado de Defesa Social em Belo Horizonte, e o segundo na Secretaria de Segurança pública do Rio de Janeiro.

Notamos também uma centralização dos debates sobre segurança associadas ao Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, o tema da pesquisa se justifica pela necessidade de investigarmos as concepções de segurança difundidas na cidade de Belo Horizonte. *Como este tema é pensado na nossa cidade para além dos discursos institucionais?* Esta pergunta se constitui como uma importante justificativa deste trabalho.

Outro aspecto relevante para este estudo está no fato de que pensar a política pública de segurança está para além do mapeamento criminal dos territórios, tem forte relação com pensar *a história das desigualdades sociais* no contexto latino-americano, mais especificamente no Brasil, em Minas Gerais e em Belo Horizonte. Quando nos aproximamos sobre esses debates não queremos desqualificar as leituras dos dados estatísticos que são produzidos, mas pensar/propor uma agenda para esta política que não reduza o fenômeno as questões econômicas ou policiais, que podem reforçar perspectivas meritocráticas e economicistas, que concebem a pobreza como causa da criminalidade, observamos uma redução dos debates sobre segurança a lógica do *homo economicus*, movido apenas por questões mercantis do ganho e da necessidade material (Souza, 2006, Zaluar, 2005, Zaluar 2002).

Outra perspectiva que não concordamos e que circula bastante nos escritos sobre a política de segurança pública tem relação com uma concepção de crime que justifica a “repressão” de determinados grupos sociais, como por exemplo:

As coisas ruins provêm de outras coisas ruins. O crime é uma má coisa, portanto, ele deve emergir de outras maldades tais como o desemprego, pobreza, crueldade e assim por diante. Além disso, a prosperidade deveria conduzir-nos a taxas mais baixas de crime” (Beato Filho, 1999;)

Ou seja, a pobreza é compreendida com uma “mal” social, que ocasiona outros “males” e é resolvida a partir de intervenções que diminuam a taxa de criminalidade, reforçando a máxima “pobreza gera criminalidade”, criminalidade está apenas na favela, e esses fenômenos se explicam pelos aspectos econômicos. Reduzindo as complexidades das questões sociais e políticas. Discordamos com as concepções acima, já que abrem poucas lacunas para debates, invisibiliza as lógicas que mantêm e reforçam os preconceitos e hierarquias sociais.

Queremos trazer um debate sobre segurança que abarque a criminalização da pobreza, a manutenção dos preconceitos e hierarquias. Notamos que os estudos até então produzidos sobre o tema entendem esse fenômeno como sinônimo de tráfico de drogas, violência favela, pobreza e homicídio, ou que pautam apenas os debates sobre o tema no Rio de Janeiro, que criminalizam a pobreza. A segurança pública precisa ser compreendida como um assunto complexo e amplo, que envolve aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais. É neste sentido, que procuramos abordar o problema nesta pesquisa.

Outro aspecto que justifica a presente pesquisa tem relação com o fato da segurança pública ser interpretada como uma questão de intervenção apenas policial. Além dos reducionismos referentes à segurança como um fenômeno simplificado ao tráfico de drogas e homicídio. Alguns estudos pensam a segurança como sinônimo de polícia, como por exemplo, o trabalho realizado por Filho (1999) sobre políticas públicas de segurança em que o autor procura abordar a violência como um problema social, entretanto, pensa a segurança pública a partir da atuação da polícia, sem tocar muito em outras questões que tangem a segurança para além da atuação policial.

É a partir do diálogo e da não concordância com alguns trabalhos apresentados no campo de estudo sobre segurança que surge a necessidade de ampliar os debates sobre o tema e ver se outros saberes e discursos neste campo são possíveis.

Neste sentido, este projeto de pesquisa se justifica também já que quer compreender a segurança, como um conjunto de dispositivos que tem relação com economias gerais de poder, com as formas de organização da população e com as discussões sobre os espaços e territórios. (Foucault, 1978).

Entendemos que o tema da segurança pública é perpassado por muitos dilemas e paradoxos, e é sobre esses paradoxos e dilemas que queremos nos aprofundar. Este trabalho se justifica também por querer compreender a história das favelas em Belo Horizonte. Entendemos que pensar a política de segurança pública tem forte relação com pensar o desenho desta política no contexto das

favelas e as repercussões que esse fato traz para os moradores de favela. É como se as discussões sobre segurança pública estivessem apenas relacionadas aos espaços da favela. É sobre essas temáticas que nos atentaremos aqui. No próximo tópico faremos uma caracterização do presente campo de pesquisa.

1.2.1. “Estar lá”: Notas sobre o campo de pesquisa

“A realidade pode ser vista e construída a partir de diferentes perspectivas” (Ludke e André, 1986;)

Entendemos como campo de pesquisa aquilo que se refere a um recorte espacial que diz respeito à abrangência do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação (Minayo e Gomes, 2010). Esta pesquisa tem como campo de interlocução e pesquisa, a política pública de segurança na cena de Belo Horizonte, mais especificamente, a base primária desta política, com enfoque nas cenas cotidianas do Centro de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixa.

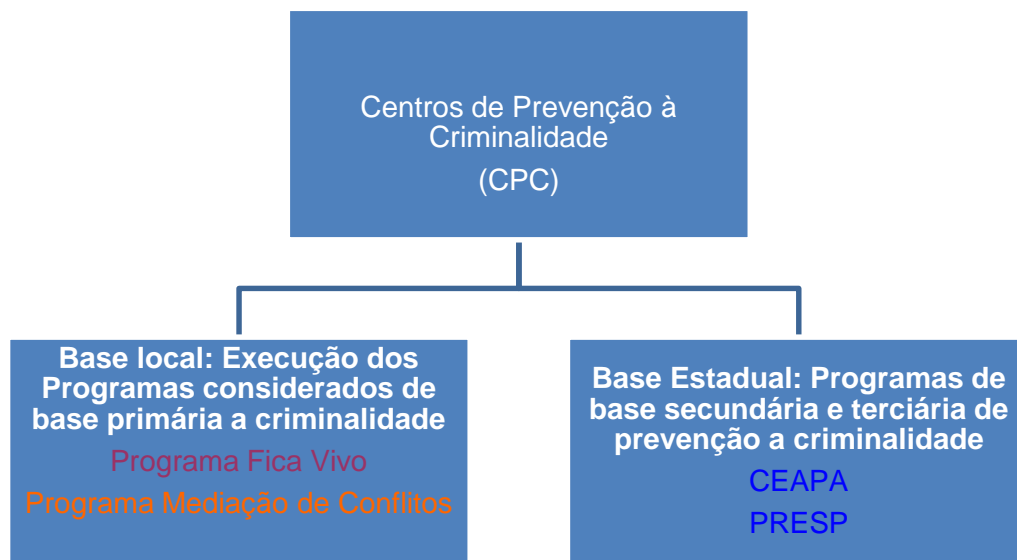
Faremos aqui uma caracterização da política pública de segurança no contexto de Belo Horizonte no intuito de situar os leitores sobre os estudos realizados. No próximo tópico nos debruçaremos sobre os aspectos metodológicos que deram “corpo” ao trabalho. É importante ressaltar que nesta caracterização traremos para o texto elementos observados durante as análises documentais realizadas e as observações etnográficas realizadas em campo.

O título deste tópico e do próximo fazem referência aos escritos do antropólogo Geertz (2009) ao pensar sobre os movimentos de idas ao campo. Para este autor, o pesquisador, o etnógrafo precisa circular, ir ao lugares e voltar de lá com informações que precisam estar disponíveis à comunidade especializada, de forma prática, ao invés de ficar vadiando por bibliotecas, refletindo sobre questões literárias é necessário tornar público aquilo que vemos e construímos em campo. Neste sentido, irei trazer para a contextualização do campo, observações, diálogos e reflexões que me atravessaram enquanto “estava lá” (lá: durante as leituras dos documentos analisados; no centro de prevenção à criminalidade, nos espaços de orientação; nas ruas das cidades, nos encontros de pesquisa, nos morros da favela).

A Política Pública de Segurança na cidade de Belo Horizonte é pensada a partir de diagnósticos sociais e econômicos realizados pelo CRISP (Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG). Os objetivos dos

diagnósticos chamados pela política pública de segurança como “*Diagnósticos locais de criminalidade*” envolvem:

1) *Detalhamento da criminalidade de cada região da cidade*: É a partir do estudo realizado sobre a criminalidade em distintos pontos da cidade, que se define a implantação dos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC). É importante ressaltar que os CPC (s) são classificados em dois tipos:



2) *Detalhamento da criminalidade nas comunidades levando em consideração aspectos como*: contexto social e histórico das respectivas vilas e favelas, dados relativos ao sistema de justiça (relacionados ao monitoramento das penas e medidas alternativas, sistema prisional, o que envolve a contabilização de prisão domiciliar, albergue e outras modalidades). É a partir da realização do diagnóstico que os centros de prevenção à criminalidade são implantados, todavia a questão que permeia esta dissertação é: Sabemos que a política pública de segurança é pensada a partir da leitura territorial da cidade, entretanto observamos que suas lógicas permeiam com maior intensidade nas vilas e favelas. Sendo assim, podemos dizer que o desenho da política pública de prevenção à criminalidade pode contribuir para manutenção de muitos preconceitos e hierarquias associados às favelas.

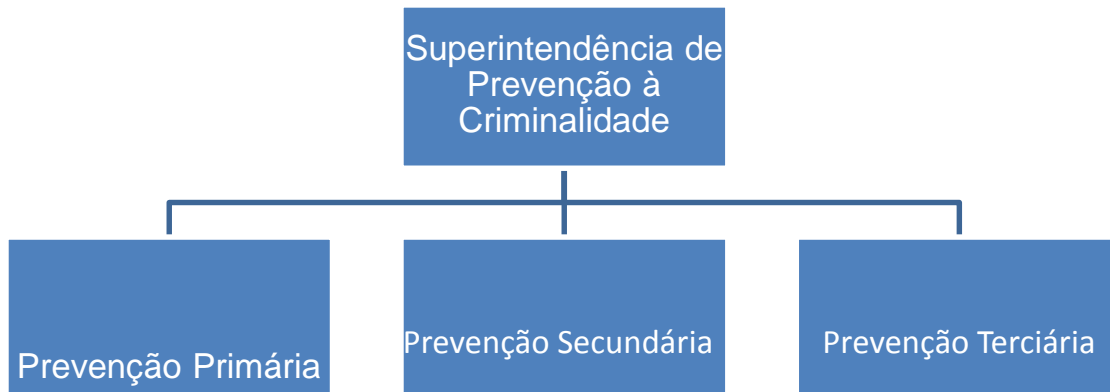
Dentro de um contexto mais amplo, o que possibilita o surgimento das Políticas Públicas de Segurança no contexto brasileiro é o crescimento dos chamados indicadores de criminalidade nos grandes contextos urbanos. No cenário de Minas Gerais, alguns estudos de base sistêmica colocaram em evidência um

aumento da criminalidade na década de 1990. Em Belo Horizonte a Política Pública de Segurança começou a ser pensada em 2003 por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social. Os órgãos que integram a política de segurança em Belo Horizonte são: Defensoria Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de bombeiros e Secretaria de Estado de Defesa Social, que é responsável por uma série de ações de execução da política de segurança, como administração penitenciária, medidas sócio-educativas, integração dos sistemas de defesa social, **prevenção à criminalidade** (o que caracteriza o campo de pesquisa desta dissertação), avaliação e qualidade do sistema prisional (Leite, 2009). Podemos dizer assim, por meio dos estudos documentais realizados e também por via das observações etnográficas, que a Política de Segurança Pública no contexto de Belo Horizonte está dentro da *Secretaria de Estado de Defesa Social*.

Conforme os estudos realizados não temos em Belo Horizonte uma Secretaria de Segurança Pública. As políticas públicas de segurança de forma geral são elaboradas nos Estados a partir do Plano Estadual de Segurança Pública que tem como objetivo estabelecer diretrizes que pressupõe a articulação das diversas instituições do sistema de Defesa social e do governo no âmbito do Estado, município e federação.

Tais diretrizes estão baseadas em intervenções de três tipos: *Intervenções gerais* (ações de prevenção direcionadas a toda população); *Intervenções escolhidas* (ações que envolvem determinados grupos sociais, considerados como grupos de “risco”). Há muitos problemas associados à concepção de risco na política pública de segurança. Na maioria das vezes, os grupos de risco, estão associados a áreas territoriais e geográficas consideradas como em vulnerabilidade, o que autoriza uma vigilância rigorosa, e conseqüentemente controle maior, não apenas por parte da oferta de serviços sociais, mas pela polícia e pelos tribunais. (Wacquant, 2001), desencadeando uma série de preconceitos com a população moradora desses territórios, contribuindo também para a criminalização da pobreza. O *terceiro tipo de intervenção* envolve ações direcionadas ao público que tenha vivenciado situações de violência e criminalidade. Observamos que compreender a organização da política pública de segurança se faz necessário para visualizar as táticas e estratégias de atuação que integram esta política.

Para tratar dos assuntos referentes à Segurança Pública, cria-se dentro da Secretaria de Estado de Defesa Social, a Superintendência de Prevenção à Criminalidade em 12 de dezembro de 2006 que trabalha com ações de prevenção no município. A política de prevenção se organiza em três níveis de atuação:



- *Prevenção Primária*: Os programas que se encontram na base primária da Política de Prevenção têm como objetivo desenvolver ações preventivas a situações criminosas. Aqui temos os Programas Mediação de Conflitos (PMC) e Fica Vivo (FV)! Esta dissertação tem como objetivo trabalhar as concepções de violência e pobreza na base primária da política.

- *Prevenção Secundária*: Tem como objetivo trabalhar com pessoas em situação de prisão. Aqui temos o CEAPA (Central de Acompanhamento das penas e medidas alternativas à prisão);

- *Prevenção terciária*: Que trabalha com pessoas que saíram da situação de prisão. Temos assim o Programa de Reintegração Social dos Egressos do Sistema Prisional (PRESP);

Para execução da Política de Prevenção à Criminalidade o governo se baseia nos chamados indicadores de criminalidade do Estado e nos diagnósticos elaborados pelos municípios. Tais indicadores numéricos reforçam formas de controle e vigilância e são reveladores de vários aspectos que perpassam a política pública de segurança, como afirma Foucault (1978). A base primária da Política de Prevenção à Criminalidade é operacionalizada nos Centros de Prevenção à Criminalidade caracterizados como equipamentos públicos de base local, que tem como objetivo receber os programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo. A presente pesquisa tomou como campo de estudo um dos Centros de Prevenção à Criminalidade situado geograficamente situado no bairro Minas Caixa, região de Venda Nova:

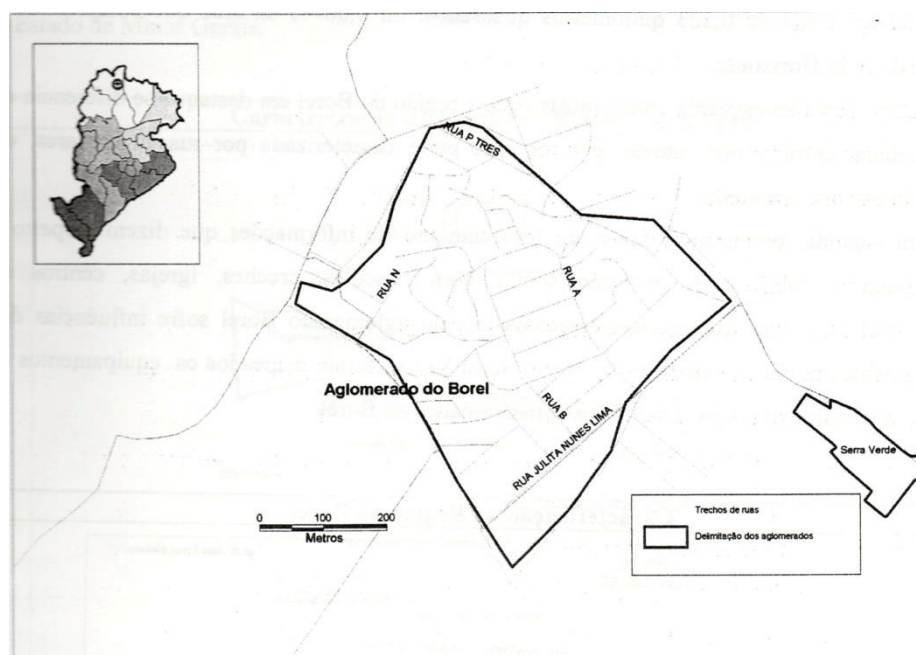


Figura 1. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO BOREL

FONTE: Diagnóstico Quantitativo do Aglomerado do Borel – Julho de 2008.

O Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) Minas Caixa fica localizado na região Norte da cidade de Belo Horizonte e tem como área de abrangência os bairros Serra Verde, Europa e Minas Caixa. Para chegar ao CPC é necessário pegar dois ônibus, os quais são 64 (que sai da região hospitalar “cortando” o centro de Belo Horizonte e descer próximo ao Shopping Norte na região de Venda Nova) e depois tomar outra condução (que podia ter como itinerário 607 ou 2207, que tem um ponto próximo da esquina do CPC).

Esse equipamento público fica localizado na esquina da rua e tem muros grafitados com logomarca dos dois programas de prevenção primária a criminalidade: Fico Vivo e Mediação de Conflitos. O local também é conhecido como Aglomerado do Borel, nome usado em comparação ao nome de uma favela do Rio de Janeiro, devido à alta incidência de criminalidade no local, conforme relata a equipe técnica dos programas.

O Centro de Prevenção à Criminalidade funciona em uma casa alugada pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). É composto por seis cômodos. O primeiro cômodo funciona como a Secretaria do CPC, local onde fica o auxiliar administrativo e o porteiro. Tem uma mesa na recepção, algumas cadeiras para pessoas aguardarem os atendimentos dos programas. Após isso passamos por um

corredor, em que o primeiro cômodo é uma sala de atendimento do Programa Mediação de Conflitos. Na segunda sala do corredor funciona o local de trabalho da equipe técnica do Mediação. Na terceira sala, o local de trabalho da equipe do Fica Vivo. No final do corredor temos um banheiro. Logo no início do corredor temos uma cozinha e um terreiro. O CPC funciona no horário de 11:00 as 17:00 horas, semanalmente.

É importante lembrar que o local de funcionamento do CPC mudou há pouco tempo. Conforme os (as) trabalhadores (as) do local, o local que funcionava antes ficava mais próximo das pessoas que precisavam. Segundo a equipe técnica o equipamento ficava mais próximo da comunidade mais vulnerável do Minas Caixa. Atualmente está em lugar mais afastado. (Descrição Densa⁴ feita em Diário de Campo realizado em 27/04/12)

Os Centros de Prevenção à Criminalidade que compõe a Política de Prevenção à Criminalidade, atualmente são:

TABELA 1: Centros de Prevenção em Belo Horizonte, Região Metropolitana e Interior de Minas Gerais

| Centro | Local | Programas que funcionam | Data de Inauguração |
|--|--------------------------|--|---------------------|
| Centro de Prevenção à Criminalidade Belo Horizonte | Centro de Belo Horizonte | PRESP e CEAPA | Março de 2006 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Cabana Pai Tomás Atua nos bairros Nova Gameleira, Vista Alegre, Nova Cintra e Madre Gertrudes, além do próprio Cabana do Pai Tomás, na região oeste de Belo Horizonte | Belo Horizonte | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | Fevereiro de 2005 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Vila CEMIG | Barreiro | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | Junho de 2006 |
| | Barreiro | Programa Mediação de | 2012 |

⁴ Chamamos de descrições densas uma categoria de descrição do campo recomendada por Geertz (1926) na confecção do diário do campo. Abordaremos mais esta categoria nos tópicos abaixo.

| | | | |
|--|------------------------------------|--|---|
| Centro de Prevenção à Criminalidade Conjunto Esperança | | Conflitos e Fica Vivo | |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Jardim Felicidade | Região Norte de Belo Horizonte | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | Dezembro de 2005 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Minas Caixa | Venda Nova, Belo Horizonte | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | Outubro de 2008 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Morro das Pedras A atuação deste CPC se estende aos moradores das comunidades do Morro das Pedras, Vila Leonina, Vila Antena, São Jorge I e II, Cascalho, Pantanal, Santa Sofia e a região da Vila Ventosa. | Vespasiano | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2004 ⁵ |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Pedreira Prado Lopes Atende às comunidades da Pedreira Prado Lopes e da Vila Nosso Senhor dos Passos, próximas ao centro da capital | Região Noroeste de Belo Horizonte; | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2004: Implantação do Programa FicaVivo 2005: Implantação do Programa Mediação de Conflitos |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Ribeiro de Abreu Atende às comunidades do Paulo VI, Conjunto Paulo VI, Ribeiro de Abreu, Novo Aarão Reis e Conjunto CBTU | Belo Horizonte | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | Junho de 2005 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Santa Lúcia | Belo Horizonte | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2006 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Serra Atende a jovens e moradores do aglomerado da Serra nas vilas Marçola, Fátima, Conceição e Aparecida, além | Belo Horizonte | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | Julho de 2006 |

⁵ Não há no site do IELO (Instituto Elo) o mês de criação do CPC, apenas o ano.

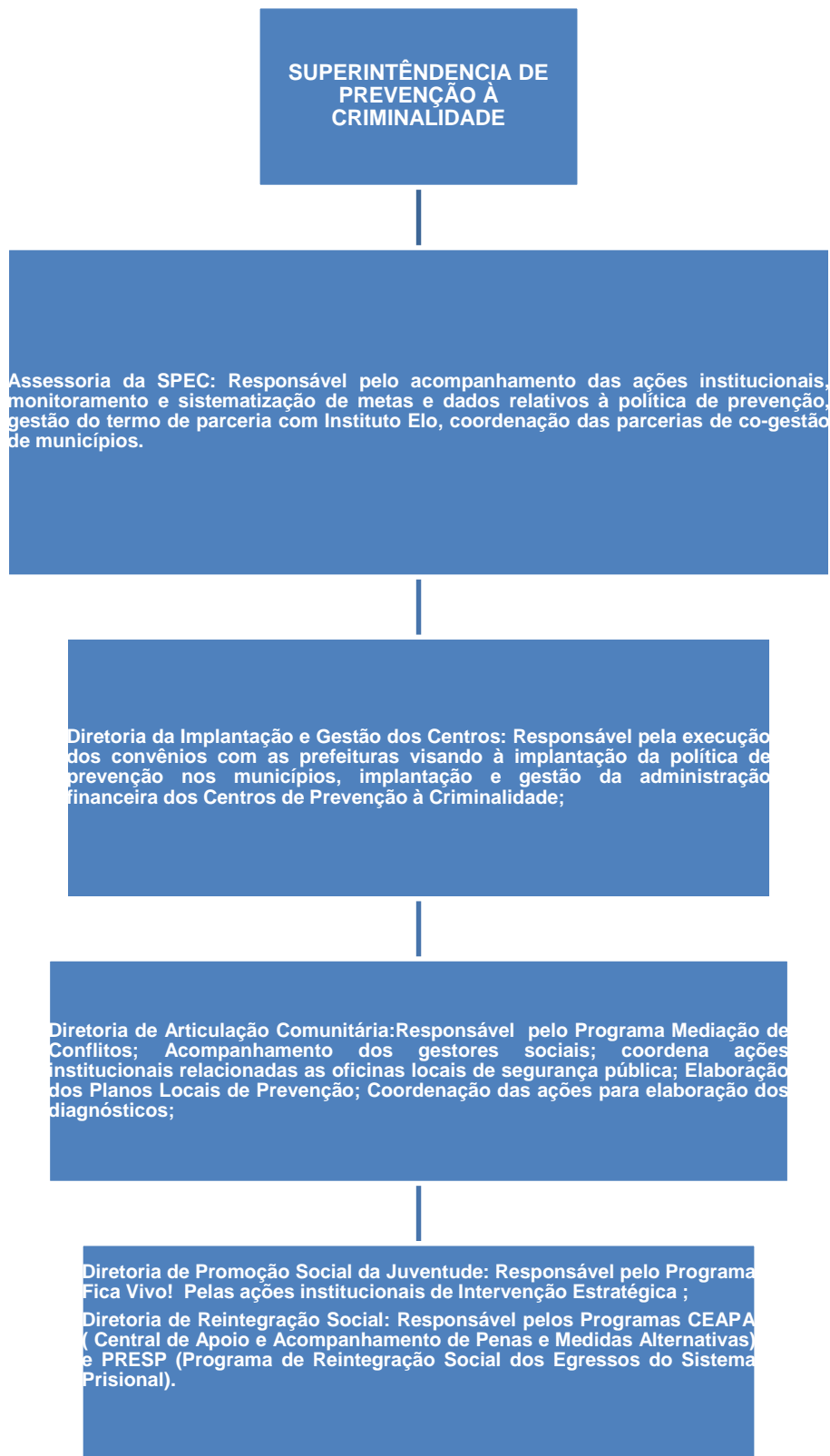
| | | | |
|---|----------------------|---|------------------------------|
| do Novo São Lucas, Fazendinha e Santana do Cafezal. | | | |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Taquaril Atende os bairros Alto Vera Cruz e Granja de Freitas. | Belo Horizonte | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2004 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Jardim Leblon | Belo Horizonte | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2009 |
| Centros de Prevenção à Criminalidade Betim Há três Centros de Prevenção à Criminalidade situado no local: CPC Jardim Teresópolis CPC Citrolândia CPC PTB | Região Metropolitana | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2005 2009 2009 |
| Centros de Prevenção à Criminalidade Contagem CPC Nova Contagem Atende os bairros: Vila Esperança, Ipê, Retiro, Nova Contagem A e B, Estaleiro 1 e 2, Vila Renascer CPC Centro | Região Metropolitana | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo PRESP e CEAPA | 2005 2002 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade de Ribeirão das Neves CPC Rosaneves CPC Veneza | Região Metropolitana | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo CEAPA | 2005 2002 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Sabará | Região Metropolitana | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2009 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade de Santa Luzia | Região Metropolitana | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo CEAPA | 2005 2006 |

| | | | |
|---|--|---|-----------------|
| | | PRESP | 2008 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Vespasiano-Morro Alto | Região Metropolitana (Morro Alto, Nova Pampulha e Novo Horizonte) | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2005 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Governador Valadares | Interior de Minas (Região da Vale do Rio Doce/Nordeste de Minas) | PRESP e CEAPA | 2005 |
| | Bairros Turmalina e Planalto | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2006 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Ipatinga | Interior de Minas Bairro Betânia | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | Outubro de 2005 |
| | Centro | CEAPA e PRESP | |
| Centro de Prevenção à Criminalidade Juiz de Fora | Interior de Minas | CEAPA e PRESP | 2005 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade - Montes Claros | Interior de Minas Santo Expedito | PRESP e CEAPA | 2005 |
| | Santo Reis | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo | 2008 |
| Centro de Prevenção à Criminalidade - Uberaba | Interior de Minas (Centro e Jardim América) | Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo CEAPA E PRESP | 2009 |
| Centro de Prevenção Uberlândia | Atende as comunidades dos bairros de Uberlândia e, mais especificamente, à região do bairro Morumbi e adjacências, incluindo Dom Almir, Alvorada, Zaire Resende, Joana D'Arc, Celebridade, Prosperidade e São Francisco. | Fica Vivo, PRESP e CEAPA | 2005 |

Fonte: <http://www.institutoelo.org.br/site/parcerias/nucleos>

Conforme informações obtidas no diálogo com os interlocutores do campo, à cidade de Belo Horizonte terá mais três centros de prevenção à criminalidade, a serem implementados até 2013. Atualmente temos vinte seis centros de prevenção funcionando. Os Centros de prevenção à criminalidade funcionam como equipamento de execução da política de prevenção à criminalidade no que tange a base primária, como dito anteriormente. É importante ressaltar que conforme documentos da Secretaria de Estado de Defesa Social, a temática de segurança pública na cidade de Belo Horizonte é pensada a partir da chamada Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade composta por quatro diretorias:

FIGURA 2: Desenho metodológico da superintendência de prevenção à criminalidade.



Fonte: Elaborado por SANTOS, ao partir da análise do livro intitulado “Prevenção Social à Criminalidade: A experiência em Minas Gerais”; (2009).

Observamos que a sua implantação está diretamente vinculada a Secretaria de Estado de Defesa Social, e a há também uma lei que legitima esta política intitulada de: “Lei Delegado 52, de 2002”, e prever o seguinte:

“Trabalhar com devida importância as propostas de prevenção social à violência urbana e implantar no campo das políticas públicas este novo paradigma, de pensar segurança pública como política social que garanta qualidade de vida a todos” (Oliveira e Oliveira, 2009)

No contexto de Minas Gerais, a política de segurança pública se expressa também pela prevenção social à criminalidade, faremos aqui uma breve contextualização dos programas que compõe a prevenção em seus três âmbitos, como citados no início deste capítulo:

1) *Programa Mediação de Conflitos*: Caracteriza-se como um programa destinado a resolução de conflitos extrajudiciais que busca promover o acesso a direitos e à justiça. Localiza-se na base primária da política de prevenção, já que tenta trabalhar antes que situações violentas aconteçam. Surgiu no contexto da política de prevenção em outubro de 2005, com a proposta de utilizar como instrumento de resolução de conflitos, a mediação, que começou a ser desenvolvida pelo Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na década de 1990, por meio de um grupo de professores, alunos, pesquisadores e interessados no desenvolvimento de uma metodologia que atendesse a resolução de conflitos e acesso a direitos nas vilas e favelas. As supervisões metodológicas iniciais do Programa Mediação de Conflitos foram realizadas pelo programa Pólos de Cidadania. Após a implantação da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, que o programa torna-se então um política pública e separa-se da universidade. Os objetivos do programa, como localizamos a partir da análise de documentos, são: Prevenção à criminalidade através da mediação, que trabalha na perspectiva da responsabilização, acesso a direitos e participação comunitária. A mediação pode ser compreendida como:

“a mediação de conflitos é um procedimento que traz em si a potencialidade de um novo compromisso político capaz de reduzir a desigualdade e a violência (...) buscando desconstruir resistências culturais devido a um imaginário coletivo forjado sobre os princípios da disputa e da rivalidade nas relações de conflito”. (Muskat, 2003)

Conforme a citação acima, a mediação pode ser compreendida como um instrumento de intervenção nos conflitos, com o objetivo de diminuir as situações de violência social. Um paradoxo que o programa mediação de conflitos vivencia na atualidade é: Não mediar situações de violência. A possibilidade de mediar ou

não situações de violência é um ponto de pauta muito discutido no cenário do Programa e foi bem abordado no encontro metodológico (EM) realizado no dia 17 de dezembro, em que se discutiu os motivos de não se mediar casos de violência.

Segundo, os trabalhadores do programa mediação de conflitos, não é possível mediar situações de violência, pois as partes envolvidas estão em situações de poder distintas, em que um exerce poder sobre o outro. Todavia, antes de se pensar essa diretriz é necessário compreender de que violência o programa está se referindo. Ao longo das pesquisas documentais realizadas, observamos que não há um conceito bem delimitado de como o programa concebe as violências. Nota-se também que a não mediação da violência se relaciona as cenas de violência doméstica e de gênero, em que se localiza as hierarquias de poder entre mulheres e homens. *E nos outros casos, que envolvem violências em que as hierarquias de poder não são muito visíveis?*

Conforme notas redigidas no diário de campo dessa pesquisa em 04 de dezembro do ano de 2013, o programa mediação foi apontado dentre os quatro programas que compõe a política como o único que cumpriu com o número de atendimentos acordados para a agenda da política. Ao longo do ano de 2012 o programa teve 7.374 atendimentos na região de Belo Horizonte, 7.492 na região metropolitana e 3.517 no interior.

Conforme a diretoria do Programa fez-se uma média de 1.800/1.900 atendimentos somados em todos os Centros de Prevenção que tem o Programa Mediação de Conflitos. Um dilema que o programa vivencia hoje é o fato de se chamar mediação de conflitos e atender mais casos de orientação. No ano de 2012, o programa realizou 93% de atendimentos em orientação e 7% de mediação de conflitos.

Uma pergunta que o programa se faz no momento atual da pesquisa é: *Que método é esse? Como a mediação pode gerar prevenção à criminalidade? Até que ponto a mediação não pode se tornar uma violência?* Neste momento surgem vários debates sobre que violências chegam ao Programa Mediação de Conflitos. De acordo, com as estatísticas produzidas pela política este ano, os casos de violência doméstica surgem com muita força. Dentre os casos que envolvem o tema da violência doméstica: 378 envolvem violência física, 308 envolvem violência psicológica e 335, violências geradas a partir do uso de álcool e drogas. Surge aqui também um incomodo do programa em caracterizar melhor que violências são essas.

É importante ressaltar que as concepções de segurança da política pública estão muito voltadas para a questão do tráfico de drogas e homicídios. Sendo

assim, os dados sobre as violências têm grande potencialidade para gerar deslocamentos nas concepções de segurança até então apresentadas.

Sobre o público que busca o programa 77% são mulheres e 23% são homens. Do público que frequenta o programa, 38% se declaram pardo, 19% negros e 20% outros. O programa passou por muitas mudanças durante o ano de 2013, o que envolveu mudanças na coordenação, supervisão, corpo técnico, dentre outros. É interessante observarmos os dados acima, principalmente no que diz respeito, a visibilidade de outras violências, como violência de gênero e doméstica, o que convida o programa se (re) pensar.

Além do trabalho com a mediação, o programa tem outro instrumento de trabalho que é a orientação. A mediação, conforme orientações metodológicas da política deve ocorrer de forma voluntária e as partes envolvidas nos conflitos precisam escolher estar ou não na cena da mediação. Caso, não seja possível a mediação, trabalha-se com a orientação, que é um instrumento que permite trabalhar questões associadas a direitos como: pensão de alimentos, separação, divórcio, regularização fundiária, conflitos de posse, dentre outros. O objetivo da orientação é construir caminhos de acesso a direitos básicos, e também de conhecimento do sistema judiciário.

Conforme mudanças nos aspectos metodológicos do programa no ano de 2012, o programa mediação de conflitos traz como ponto principal de suas atividades intervenções que pautem a mediação comunitária. Até final de 2011, o programa se dividia em dois grandes eixos: a mediação individual e mediação coletiva. A primeira destinada aos atendimentos realizados dentro do centro de prevenção à criminalidade, envolvendo até duas partes. A segunda modalidade envolvia casos coletivos que traziam mais atores para a cena da mediação.

A partir do ano de 2013 a coordenação do programa compreendeu que a mediação de conflitos, enquanto política de prevenção, se preocupava em pautar e sustentar questões comunitárias. É neste sentido que surge a mudança de nomes. Além da mediação e orientação, o programa trabalha com o eixo chamado Projetos Temáticos, que consiste em ações realizadas anualmente em cada Centro de Prevenção, com um tema emergente no contexto em que se trabalha. Segundo orientações metodológicas do programa, os projetos temáticos, precisam pautar temas comunitários. No caso, desta pesquisa, o Centro de Prevenção à Criminalidade da região do Minas Caixa, trabalhou com a temática de violência de gênero. Para isso lançaram um projeto chamado: “*Vamos meter a colher*”? O objetivo desta ação era pautar de forma a desnaturalizar as questões associadas à violência contra mulher, debates ao entorno dessa temática por meio da

metodologia das rodas de conversa com moradores da comunidade.⁶ O tema da violência de gênero marcou (marca) bastante o contexto de trabalho dos mediadores do CPC Minas Caixa.



II) *Programa Fica Vivo*: O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! É também de base primária no conjunto dos programas que compõe a política de prevenção à criminalidade em Belo Horizonte. Esta política surge entre os anos de 2002 e 2003 em que instituições como: Polícia Militar e Civil, prefeitura, e o CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública) da UFMG se reúnem para pensar e debater o aumento crescente da violência entre jovens da faixa etária entre 14 a 24 anos. Em meio às reuniões que aconteceram, conforme consta nos documentos que embasam esta política surge dois eixos de atuação: Mobilização comunitária e repressão do crime por parte da polícia.

É interessante pensar que a história da política pública de segurança está muito calcada nas ações de repressão, e da polícia. A prevenção à criminalidade, de certa forma busca deslocar a visão da segurança pública articulada à repressão, todavia a lógica da vigilância e da prevenção apenas em algumas regiões reforçam lógicas de manutenção de preconceitos e manutenção de hierarquias sociais. Será que a prevenção social à criminalidade é uma política que deve ser executada apenas para favelas? Tocar essa discussão é “desfazer o nó” dos espaços de segregação que se produzem nos movimentos de circulação na cidade e no bojo das desigualdades sociais historicamente construídas.

⁶ No capítulo 3 abordaremos de forma mais detalhada este eixo metodológico do programa.

Conforme estatísticas, o número de jovens atendidos pelo programa entre os anos de 2005 a 2008 cresceu a 357% (Mendes, 2009). Um debate bem recorrente no contexto do Fica Vivo são os diálogos deste programa com a Polícia:

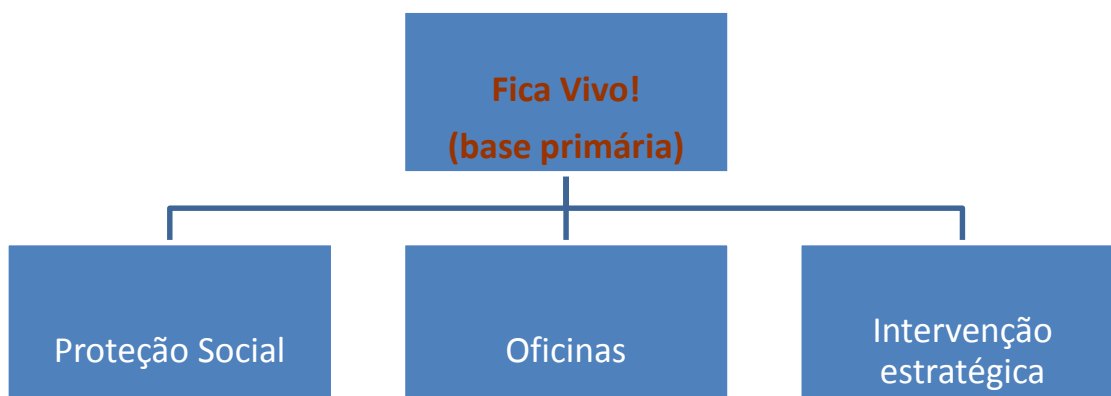
Entre funcionários de equipamentos e os policiais prevalecem duas leituras diferenciadas a respeito de quem era esse menino que sugeria medo e exclusão social ao mesmo tempo. Em outras palavras, o mesmo jovem encarna duas figuras, dando margem a duas representações: a do “marginal” e do “sujeito de direitos”; Dessa leitura resultaram duas posturas que deveriam ser colocadas em prática, por dois atores centrais, a fase de implementação do programa: “a postura de controle “- aplicada ao marginal e executada pela Polícia – e” a postura de acolhimento” aplicada ao sujeito de direitos e executada pelos funcionários dos equipamentos sociais. CEBRAP, 2005, p.12

Observamos que o dilema da articulação do programa com a política aparece desde a fundação do programa fica vivo, e aparece de forma bem recorrente no discurso dos técnicos sociais do programa que afirma ter dificuldades com compreender que postura devem ter para dialogar com a polícia, já que não concordam com a visão reducionista da criminalidade: “Jovem pobre, preto e favelado é que vai presos”, e ao mesmo tempo o diálogo com a polícia é uma diretriz do programa.

Esse paradoxo é bem notável nas tensões e dificuldades do cotidiano da equipe. Podemos dizer que as políticas de prevenção à criminalidade, por mais que tentem quebrar a lógica da penalidade, entra no jogo da penalidade neoliberal que apresenta o seguinte paradoxo: “pretende remediar com um mais Estado policial e penitenciário o menos Estado econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetivas em vários países” (Wacquant, 2001, p.7).

O conceito de penalidade utilizado por esse teórico refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições associados à pena, com enfoque na pena criminal. Para Wacquant (2001) a penalidade neoliberal é mais forte e sedutora quando aplicada em países que são atingidos por grandes e fortes desigualdades de condições e oportunidades de vidas e sem muita tradição democrática. Podemos dizer que as desigualdades sociais, auxiliam na manutenção de hierarquias associadas à penalidade neoliberal.

Conforme documentos do Programa Fica Vivo, tem atuações em três eixos:



O eixo de proteção social tem como objetivo fomentar e implementar projetos e ações voltadas para a redução de distintos fatores considerados de risco à criminalidade, buscando fortalecer fatores de proteção contra a criminalidade existentes na comunidade. Para a equipe técnica deste programa, como observado na roda de conversa realizada com a equipe, criminalidade envolvem vários aspectos presentes na comunidade.

Os territórios que temos a presença do programa Fica Vivo, conforme relatos da equipe e pesquisa documental realizada são áreas em que há maiores índices de homicídios de belorizonte.⁷ A intervenção estratégica se refere às parcerias que o programa faz com outras instituições para pensar modos de atuação na política pública de segurança. É importante ressaltar, que o programa tem como público alvo jovens de 12 a 24 anos. O primeiro território de implantação do Programa Fica Vivo foi à favela do Morro das Pedras. Assim, como no programa Mediação de Conflitos, a equipe técnica que compõe o programa é interdisciplinar, técnicos do direito, psicologia, sociologia, assistência social, dentre outros.

As oficinas são as ações que tem grande visibilidade no escopo de ações realizadas pelo programa, conforme relata a equipe:

O fica vivo é um programa de estado e segurança pública e tem como objetivo trabalhar com a redução de homicídios. Prevenir homicídios é algo muito difícil (risos). Tentamos fazer isso através das oficinas que são um instrumento de trabalho com jovens que estão envolvidos no crime. (T1 – Fica Vivo em 17 de dezembro no CPC Minas Caixa)

⁷ Informação disponibilizada no relatório do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), no ano de 2005, as quatro áreas iniciais escolhidas para intervenção do programa Fica Vivo concentravam 40% dos homicídios ocorridos na região metropolitana.

De acordo com análise documental ⁸realizada as oficinas do Fica Vivo promovem um espaço de diálogo e aproximação entre os jovens da comunidade, e entre jovens e equipe técnica. No caso do programa Fica no Centro de Prevenção à Criminalidade em que esta pesquisa foi realizada, temos o total de 20 oficinas⁹, que trazem atividades como: Artesanto, axé/funk, basquete, capoeira, dança de rua, dentre outras.

De acordo com a equipe técnica as oficinas são projetos ofertados pelos jovens da comunidade a partir de uma leitura que eles tem do território e da atividade que precisa ser desenvolvida no local. O programa Fica Vivo entende que uma forma de reduzir e impactar a violência nas favelas é oferecer as atividades recreativas e culturais. A filosofia do programa se baseia em um programa chamado DESEPAZ (*Desarrollo, Seguridad y Paz*) implementado em Cali, na Colômbia, em que as oficinas são também um instrumento metodológico de acesso aos jovens:

As oficinas são uma alternativa a uma socialização desregulada e sem supervisão nas ruas, evitando o contato com o tráfico e com os envolvidos nessa atividade. Portanto, não se trata de apenas ocupar o tempo livre dos jovens com simples atividades prazerosas ou de inclusão produtiva, mas também estimular em cada grupo de oficinas relações de amizade, companheirismo e o reconhecimento de que eles fazem parte do grupo. (NOGUEIRA, Marcus Otávio Mariani , 2009, p.221)

Observamos que a concepção de criminalidade e violência do Programa Fica Vivo está muito baseada no trabalho com a redução de homicídios e tráfico de drogas. Um dilema que a equipe aponta diz respeito a necessidade de se trabalhar mais com a temática das relações de gênero no âmbito das oficinas. Pensar o fenômeno da violência associada ao número de homicídios gera reducionismos “perigosos” no trabalho da equipe, já que fica implícita a ideia de que os jovens que frequentam as oficinas são aqueles que estão no tráfico de drogas. É como se a questão do tráfico tivesse associada apenas a juventude pobre, negra e favelada. Algumas explicações sobre o fenômeno reforçam concepções reducionistas e preconceituosas sobre quem circula e mora na favela, o que gera, uma *ditadura sobre os pobres* (e jovens). O termo socialização “desregulada” é utilizado por Wacquant (2001) para dizer do desenvolvimento do Estado penal para “responder” as chamadas “desordens” surgidas pela desregulamentação da economia, e para

⁸ Para fazer a análise documental sobre a caracterização, história e modos de funcionamento do programa utilizamos o livro intitulado: “Olhares sobre a prevenção à criminalidade”. OLIVEIRA, Kris Brettas e OLIVEIRA, Gleiber Gomes (2009).

⁹ Diário de campo em 25/05 à tarde no CPC Minas Caixa.

isso há uma intensificação das intervenções realizadas pelo aparelho policial e judiciário. Questões que precisam ser pensadas e problematizadas. A forma de “responder” os dilemas sociais é por via de um Estado que penaliza, vigia alguns, o que mantém uma série de preconceitos e hierarquias sociais.

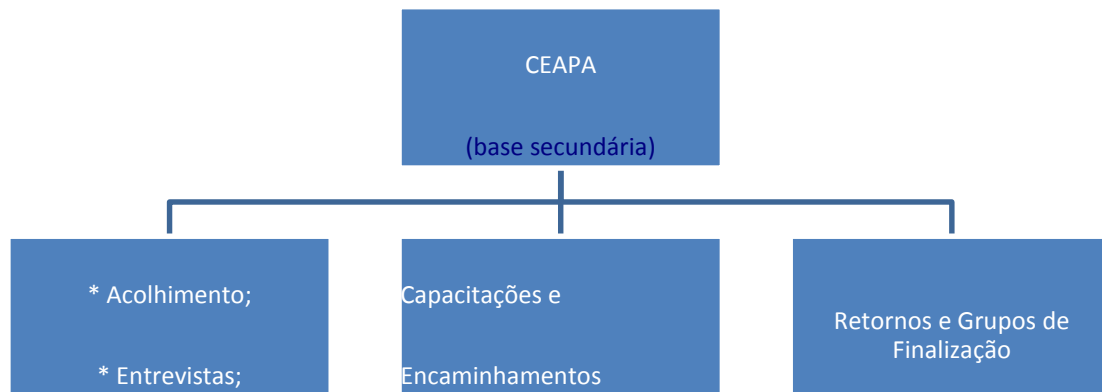
É importante ressaltar que o eixo que trabalha com perspectiva da intervenção estratégica se refere a um campo específico de atuação dos órgãos que trabalham com a política pública de segurança. Conforme pesquisa documental realizada os órgãos considerados como atores diretos de atuação na política pública de segurança são: Polícias – Militar Civil e Federal, o Ministério Público e Judiciário; Promotores de justiça, dentre outros. O que reforça e reduz o tema da segurança a uma questão apenas policial e repressiva. Observamos que os técnicos do programa Fica Vivo tem pouco acesso às atividades associadas a este eixo.

Um ator importante apontado na política de prevenção à criminalidade para atuar com a intervenção estratégica é o Grupamento Especializado de Áreas de Risco (GEPAR) criado em 2004 na cena da política pública de segurança em Belo Horizonte. Este grupamento é formado por policiais que precisam se candidatar para fazer parte do grupo. O trabalho do GEPAR se pauta no policiamento comunitário, que segundo informações documentais analisadas, vai além da vigilância ostensiva, mas procura estabelecer uma relação com a comunidade (Nogueira, 2009, p.223).

Entretanto, a relação entre comunidade e polícia é uma categoria/fenômeno que nos chama atenção no âmbito desta pesquisa. Já que ambas as equipes dos programas nomeiam a relação entre polícia e comunidade com algo difícil. Segundo uma moradora do Minas Caixa, os policiais não diferenciam ninguém, todos são suspeitos por morar na favela, o que revela mais uma vez o paradoxo da criminalização da pobreza (Wacquant, 2001).

III) Central de Penas de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA): Este programa está no nível da prevenção secundária no escopo dos programas que integram a política de prevenção à criminalidade. Sendo assim sua atuação está associada à ocorrência de crimes com menor potencial ofensivo. É importante ressaltar, que não trabalhamos diretamente com a análise deste programa, que tem como objetivo fazer o acompanhamento das pessoas que tiveram o envolvimento com algum delito de menor potencial ofensivo, durante a prestação de serviços dos mesmos a comunidade. A equipe também é

interdisciplinar, formada por profissionais do Direito, Psicologia, Serviço Social, dentre outros. A metodologia da CEAPA se organiza da seguinte forma:



Todos os procedimentos acima são realizados durante o cumprimento da pena alternativa. Entendemos que pensar a criminalidade e a política pública de segurança é importante para nos debruçarmos sobre a realidade social e pensarmos sobre os fenômenos associados às violências diversas, como pobreza, criminalização da pobreza, dentre outras. Foucault (1979, 29-30), no final do século XVIII analisava a organização das penalidades associadas ao enclausuramento e a prisão:

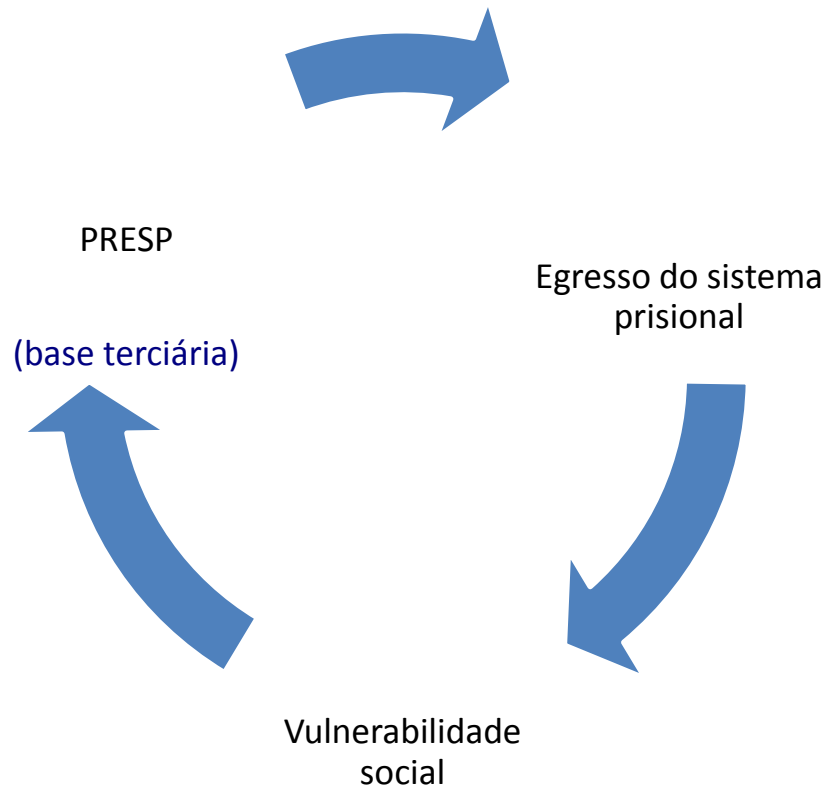
A organização de uma penalidade de enclausuramento não é simplesmente recente; é enigmática. No exato momento em que era planejada, constituía também o objeto de violentas críticas. Críticas formuladas a partir de princípios fundamentais. Mas também formuladas a partir de todos os disfuncionamentos que a prisão podia induzir no sistema penal e na sociedade em geral. A prisão misturando os condenados, ao mesmo tempo diferentes isolados entre si, constitui uma comunidade homogênea de criminosos que se tornam solidários no enclausuramento e que permanecerão no exterior. A prisão fabrica um verdadeiro exército de inimigos interiores. Os hábitos e a infâmia que marcam as pessoas que saem da prisão fazem com que sejam definitivamente fadadas à criminalidade.

Sabemos que a experiência da prisão reveladora de vários conflitos sociais e políticos, como por exemplo: preconceitos, manutenção das hierarquias sociais, desigualdades sociais, econômicas, dentre outros. Pensar a política pública de segurança é “por luz” nos escapes que ficam “por trás” da lógica da prevenção social e cidadã.

Que hierarquias os discursos sobre segurança pública mantém? Que efeitos esses discursos reverberam na sociedade, e em nós? É sobre essas questões que tentamos nos debruçar durante esse processo de pesquisa.

Por fim, o último programa que compõe a prevenção social à criminalidade, a nível terciário, ou seja, com o trabalho com aquelas pessoas que passaram pela experiência do cárcere é o *Programa de Reinserção Social do Egresso do Sistema Prisional (PRESP)* inaugurado em abril de 2003, a partir do Decreto de número 34.98, com base na Lei de execuções Penais de 1984.

O início do Programa aconteceu no segundo semestre de 2004, em três municípios do Estado e no ano de 2006 recebeu extensões para outros territórios, como Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, dentre outros. O principal conceito deste programa é vulnerabilidade social: “O PRESP surge então, como uma forma de mitigar o contexto de vulnerabilidade ao qual os egressos estão submetidos ao saírem do sistema prisional, e portanto reduzir a reincidência delitiva (Barros, 2009, p. 322).



Sabemos que o conceito de vulnerabilidade social foi inicialmente utilizado no campo de estudos da saúde para trabalhar a questão das pessoas mais suscetíveis à contaminação pelo vírus HIV/AIDS. Foi a partir daí, que esse termo passou a ser empregado nos estudos sobre a sociedade. Entendemos que pensar sobre vulnerabilidade social tem forte relação em construir uma visão multifacetada dos fenômenos sociais, articulando com outros conceitos importantes como, violência, pobreza e exclusão social.

Conforme Abramovay (2002) podemos compreender o conceito de vulnerabilidade social como a relação entre a disponibilidade de recursos simbólicos e materiais dos atores, com o direito ao acesso a estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que tem relação com Estado, o mercado e a sociedade.

Tomás (2007) ressalta que a vulnerabilidade social está associada à multicausas que são processuais e reprodutivas e refletem na vida das pessoas e nos grupos que elas fazem parte. O que nos remete ao conceito de fetichismo econômico proposto por Souza (2006), em que a maioria dos fenômenos são

reduzidos aos problemas econômicos nos impedindo de ampliar nossas lentes sobre os problemas estudados e relacioná-lo com os processos históricos e políticos da manutenção das hierarquias sociais.

Neste sentido, o que conceito de vulnerabilidade social deve ser tratado com muito cuidado, no sentido de não se restringir e/ou reforçar aspectos apenas econômicos envolvidos nos fenômenos. Outra risco que pode emergir sobre os debates entorno da vulnerabilidade e sua associação com política de segurança pública é o reforço de preconceitos que concebam as pessoas que moram em favelas como vulneráveis e por isso constituem um grupo de risco, que precisa sofrer estratégias de intervenção. Essa visão é “perigosa” já que não ajuda a deslocar da disseminação de preconceitos.

O trabalho do técnico social, que também é de formação interdisciplinar no contexto do PRESP consiste em fazer visitas às penitenciárias com o objetivo de criar vínculos com ele e sua família. Acreditamos que muitos debates entorno do conceito de vulnerabilidade e segurança pública precisam ser feitos. Debates que nos auxiliem e possibilitem deslocamentos e não a criminalização da pobreza, como vemos em diversos estudos e pesquisas.

As caracterizações aqui realizadas sobre os programas que compõe a política de prevenção social à criminalidade foi possibilitada por via de análise documental de dois livros principais, os quais são: “Prevenção Social à Criminalidade: A experiência em Minas Gerais e “Olhares sobre a prevenção à criminalidade” (2009). O recorte do problema no presente trabalho está associado com os dois primeiros programas. Este trabalho consiste na análise dos conceitos de violência e pobreza no contexto dos programas mediação de conflitos e fica vivo, programas que compõe a base primária da política de prevenção, como evidenciado na caracterização dos programas que compõe a política acima.

1.2.2 “Estar aqui”: Campo e procedimentos metodológicos

A ilusão de que a etnografia é uma questão de dispor fatos estranhos e irregulares em categorias familiares e ordenadas – isto é magia, aquilo é tecnologia – foi demolida há muito tempo. Que talvez a etnografia seja uma espécie de escrita, um colocar as coisas no papel, é algo que tem ocorrido, vez por outra aos que se empenham em produzi-la, consumi-la, ou ambas. (Geertz, 2009, p. 12)

Para realização dos estudos sobre a política pública de segurança propostos neste trabalho tomamos como referência de análise o campo da *etnopesquisa implicada*. Esse modo de olhar para a realidade refere-se a uma forma de pesquisar que considera as opções do pesquisador, suas instituições e segmentos sociais. A implicação está na possibilidade do pesquisador se observar, ser observador, e dialogar com o campo de pesquisa, produzindo movimentos de autocrítica.

O campo da etnopesquisa tem como foco de pesquisa os estudos culturais, e os compreende como um fonte de inspirações teórico e metodológicas, que tem conteúdo político, e esse conteúdo é atribuído à cultura (Hall, 1999).

Entendemos cultura, a partir das significações atribuídas por Geertz (1926) ao conceito, quando este autor afirma que a cultura é formada por teias de significados tecidas por nós. Se debruçar sobre uma cultura, ou compreender o campo de pesquisa como uma fonte de estudos culturais e também abrir mão de estudos científicos que buscam leis e “verdades” para tecer lentes interpretativas da realidade que estão à procura dos significados.

A etnopesquisa valoriza os estudos de campo e os saberes dos atores que circulam nele, trabalha com as compreensões das compreensões (Garfinkel, 1976), com a escrita das culturas por meio da realização de diário de campo, observação participante, etnografia, dentre outros métodos que nos auxiliam na escrita da cultura. Não consiste somente em ver um fenômeno, mas fazer ver, interrogar-se sobre o visível e o dizível.

Podemos dizer que o etnógrafo é aquele que “inscreve”, que anota os discursos sociais. É importante lembrar que dentro das etnopesquisas, um método não exclui o outro, mas conversam entre si. Neste sentido a observação participante encontra com as notas do diário de campo que dialoga com os discursos da entrevista, em movimento de análises e interpretações constantes, querendo ampliar as lentes analíticas e contextuais do encontro do pesquisador com o campo que pretende pesquisar.

O presente trabalho tem inspirações nos princípios da etnopesquisa, já que lançou mão da tarefa de implicação nas diversas cenas do campo, do diálogo constantes com os atores que estavam (e estão no campo, no centro de prevenção à criminalidade, nos programas mediação de conflitos e fica vivo, com os moradores do Minas Caixa, com os técnicos sociais e estagiários, na universidade, enfim nos cotidianos das cidades).

A presente pesquisa tem como objetivo fazer um *estudo de caso* do Centro de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixa. Entendemos o estudo de caso como

uma opção metodológica que visa à descoberta de coisas que emergem do campo compartilha de uma concepção de conhecimento, como algo inacabado, mas algo que se faz e refaz constantemente.

Sendo assim, o estudo de caso é uma metodologia que convida ao pesquisador a buscar novas indagações e refazer suas perguntas a todo o momento, realçando a interpretações dos contextos com os quais dialoga e tem uma preocupação de compor “retratos” da realidade de forma densa, refinada e profunda.

O pesquisador lança mão de uma variedade de dados coletados em momentos distintos com distintos informantes (Macedo, 2010, p.89). Para isso utilizamos como recursos metodológicos, instrumentos como diário de campo, observação participante, entrevista semi-estruturada e Rodas de Conversas, reafirmando aqui que a etnografia tem como objetivo utilizar uma diversidade de estratégias e métodos que forem necessários para a confecção de observações atentas (Matos, 2001; Chizzotti, 2011). Narraremos agora, as vivências do campo, trazendo os recursos metodológicos utilizados para a cena da escrita e do encontro com o campo:

a) **O “estar lá”: Coleta de dados e encontro com o campo:** Para realizarmos esta pesquisa, trabalhamos com o diário de campo¹⁰, que consiste no relato escrito daquilo que o pesquisador presencia, ouve, observa, retoma no decorrer do encontro com os dados. Entendemos o diário de campo como um lugar de escritas das “errâncias e itinerâncias” presentes no campo. (Rizzini, Castro, Sartor, 1999; Macedo 2010) criado com embasamento nos conceitos de *descrição densa e descrição superficial* de Geertz (1989 p.73-89). Para este autor, quando chegamos a campo várias informações nos são apresentadas e para isso equipamentos como lápis, papel, gravadores, laptops precisam ser acionados para captarmos as informações que o campo nos apresenta. Entretanto, não é possível tomar notas de todas essas observações e percepções, para isso o pesquisador precisa organizar sua tarefa em campo em dois momentos: *um primeiro momento*, que é se debruçar sobre aquilo que chama mais atenção no contexto da pesquisa, o que o autor chama de *descrição superficial*, para no *segundo momento* aprofundar e tatear mais as descrições iniciais apresentadas, esse segundo momento seria marcado por descrições mais aprofundadas e detalhadas, o que o autor chama de *descrição densa*. O objetivo das descrições densas é fazer realçar as estruturas reveladoras dos significados associados aos fenômenos estudados, como por exemplo, a possibilidade que o pesquisador tem de descobrir o significado atribuído

¹⁰ Ver anexo: Diário de campo confeccionado para realização da pesquisa;

a uma piscadela marota, que pode ser densa de significados interacionais reveladores ou esta associada a um mero tique nervoso. (Geertz, 1989, p.16). Sendo assim, construímos o diário de campo, a partir dessas descrições e fomos movidos a compreender a teia de significados contidas nelas. Associado ao diário de campo, utilizamos também a observação participante no sentido de pesquisa participante, acreditando na não neutralidade do pesquisador, que não esta de fora da cena da pesquisa, mas esta dentro, e a possibilidade de esta dentro nos convida ao movimento de constante implicação, e também de assumir que o conhecimento é ação política gerada na prática participativa que a interação possibilita. O pesquisador observa e participa do contexto sociocultural de um grupo, de um centro de prevenção à criminalidade, por exemplo, no sentido de integrar-se ao grupo estudo e participar de suas atividades cotidianas (Macedo, 2010, p.101; Rizzini, Castro e Sator, 2001). Realizamos assim, observações participantes durante as cenas da pesquisa.

Ao longo da realização da pesquisa foi preciso realizar também uma entrevista com uma trabalhadora do Centro de Prevenção à Criminalidade que estava no programa mediação de conflitos, há 4 anos e 7 meses. A entrevista aconteceu na Faculdade de Letras (FALE/ UFMG), no horário de 18:00 as 19:00horas, no dia 30 de julho. Ela estava presente no campo de pesquisa desde o inicio e pediu para sair da política pública de prevenção. Tentamos marcar uma conversa durante a presença dela no campo, mas não foi possível, por incompatibilidades de agenda e organização do próprio trabalho da equipe. A saída da trabalhadora foi muito rápida e decisiva no contexto da sua trajetória dentro da política. Entendemos a entrevista como um recurso bem significativo do campo das etnopesquisas, com uma estrutura leve e flexível. A entrevista pode surgir em um momento de total imprevisibilidade em meio a uma situação de observação ou em outras cenas da pesquisa. Mais do que entrevista, entrefalas entretextos nos surgem e nos sugerem (Rizzini, Castro e Sartor, 2001).

O contato com o campo de pesquisa foi iniciado no inicio de abril, momento em que a pesquisadora entrou em contato com a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) para apresentação da pesquisa. Este primeiro contato foi realizado na Cidade Administrativa em Belo Horizonte, durante o horário de 10:00 as 12:00 na sala da diretoria do Programa Mediação de Conflitos. O contato inicial teve como objetivo estabelecer uma primeira aproximação com a política pública de segurança para começar a então realizar o trabalho. Neste primeiro dia, além de apresentar a pesquisa, a pesquisadora delimitou também seu campo de pesquisa. Como descrito na apresentação do campo acima, há no desenho da política 26 Centros de

Prevenção à Criminalidade. A escolha do CPC Minas Caixa se baseou em dois motivos: O CPC concentra os dois programas de prevenção primária que são interlocutores e objeto de estudo desta pesquisa, os quais são os programas mediação de conflito e fica vivo. O CPC Minas Caixa é um dos mais recentes da política, em que nenhuma pesquisa foi ainda realizada. Apresenta uma dinâmica interessante, já que está situado na região territorial de Venda Nova, e está em uma região mais distante da área abrangência que atende.

Conforme a equipe do CPC Minas Caixa estão situados em um território que fica longe do aglomerado do Borel, e esse aspecto, traz algumas dificuldades para o trabalho, como por exemplo, as equipes afirmam que a política pública de segurança é pensada para as favelas, entretanto o local em que o CPC se situa no Minas Caixa é pouco estratégico para o acesso as pessoas moradoras do aglomerado do Borel.

Segundo a equipe, muitas pessoas não acessam o mediação de conflitos, por não terem condições financeiras de tomarem um ônibus para chegarem ao local, além de não conhecerem o trabalho realizado. A equipe aponta como desafio para o trabalho uma maior aproximação do aglomerado do Borel. Outro desafio apontado pela equipe é a dificuldade de realizar mobilizações e intervenções com a população do Borel, já que ficam afastados do CPC.

As idas ao campo foram inauguradas em abril por meio do contato com a Secretaria de Estado de Defesa Social e pedido de autorização para realizar a pesquisa no CPC Minas Caixa e foram finalizadas no início de janeiro, com intervalo de um mês, que foi o mês de dezembro, em que a pesquisadora não esteve em campo e encontrou com os atores da pesquisa em outros espaços, como os encontros metodológicos realizados no Programa Mediação de Conflitos. A saída do campo no mês de dezembro foi estratégica, no sentido da pesquisadora repensar suas perguntas e iniciar mais densamente os escritos sobre o campo.

As idas ao campo ocorreram inicialmente de uma a duas vezes por semana, em horários distintos, e depois de quinze em quinze dias. É interessante ressaltar que durante a interlocução com os atores do campo, uma nova proposta surgiu: em determinada ida o campo, um dos interlocutores da pesquisa me interpelaram com a seguinte questão: *“Luana, você vem aqui, fica observando a gente, a gente conversa, mas o que você pensa sobre violência, pobreza e segurança pública? Você não topa abrir isso para o debate em uma roda de conversa?”* (25 de maio de 2012, às 13 horas em diálogo com a Equipe Mediação de Conflitos, descrição densa). “Topei” juntamente com os atores da pesquisa a realização de duas rodas

de conversa sobre o tema, sendo uma que aconteceu no dia 26 de junho de 2012 à tarde e outra na data de 10 de agosto também à tarde.

O tema das duas rodas foram violência e pobreza na política pública de segurança. Entendemos as Rodas de Conversa (RC) como uma metodologia participativa que possibilita o encontro, a troca de ideias, opiniões e reflexões acerca de determinados assuntos, além de gerar uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos. (Afonso, Abade, 2008, p.19). As rodas de conversas no caso desta pesquisa surgiram nos diálogos com o campo, e se constituíram como espaços interessantes de conversas e reflexões sobre o desenho da política de prevenção no contexto de Minas Gerais, mais especificamente na região do Minas Caixa.

Sobre os processos burocráticos da pesquisa, além da conversa institucional precisei escrever uma carta também com a explicação da pesquisa ao MGS (Minas Gerais prestação de serviços) já que a pesquisa envolveria trabalhadores contratados por essa agência, e conversar também com a diretoria do programa Fica Vivo¹¹. Os diálogos com a diretoria do Fica Vivo aconteceram no mês de novembro, devido dificuldades de agendamento para apresentação da proposta da pesquisa.

1.2.3. “Mundos “em um texto: Sobre a análise e interpretação de dados:

Torna-se uma prática regular de escrita de um texto nosso, com o objetivo de uma maior competência de escrita e de articulação dos nossos espaços de reflexão , um dispositivo que coloca nu nossas relações e que, assim, nos ajuda a compreendê-las em profundidade. (Borba, 1997, p.67).

Como já enunciamos, esta pesquisa busca inspirações teóricas, metodológicas, éticas e políticas no campo das etnopedquisas, neste sentido acreditamos que a interpretação acontece em todo o processo de pesquisa. Concordamos também com a necessidade, de um espaço de ênfase na construção analítica com maior profundidade que transformará a pesquisa em *um produto de final aberto*, que anuncia novas questões de relevância social. Não acreditamos assim, em uma perspectiva de ciência que acredita na totalidade dos saberes, e sim concordamos com uma ciência de perspectiva localizada e contextual, já que

¹¹ A carta explicativa da pesquisa se encontra em anexo.

todas as fronteiras interno-externos do conhecimento são teorizadas como movimento de poder, não movimentos em direção à verdade (Haraway, Donna, 1995, p.8).

Na etnopesquisa a análise é um movimento incessante do início ao fim, que em determinado momento, se densifica, assim uma primeira tarefa no movimento de densificação da análise é o exame atento e detalhado dos dados coletados no campo de pesquisa. Ao longo desta dissertação, procuramos dialogar os dados com alguns elementos teóricos que sustentam essa pesquisa, e faremos isso também, no capítulo IV deste trabalho.

Observei que após certo tempo de imersão em campo, comecei a me indagar sobre a problemática da questão proposta para a pesquisa e das especificidades do contexto no qual estava inserida, o que fez surgir em mim, uma série de indagações sobre campo científico, produção de conhecimento, segurança pública, favela e violência.

Esse momento, no campo das etnopesquisas, é denominado como *saturação dos dados e do pesquisador*, movimento que faz pensar sobre o objeto pesquisado, sobre as informações coletadas e sobre o pesquisador em campo, e gera no pesquisador a necessidade de aproximação e distanciamento do campo, no sentido de buscar maior detalhamento das informações e se colocar em cheque nos lugares que ocupa na cena de pesquisa. Momento importante, da análise e interpretação de dados.

A partir desse momento, dentro dos campos de estudo da etnopesquisas, é interessante que o pesquisador selecione as partes da descrição realizadas em campo que considera “essencial”, em distinguir – sem fragmentar aquilo que é importante para o cenário da pesquisa, e aquilo que tem significado, mas não tem tanta relação com a problemática proposta.¹²

Essa capacidade de redução das descrições remete a dois momentos importantes: aquilo que é importante para pesquisa e para o pesquisador, e aponta também para a experiência dos interlocutores da pesquisa, é desses momentos, que é necessário nascer o encontro entre as asserções de significados produzidos em campo, e das asserções importantes para a pesquisa, desse encontro surge conjunto de asserções, que denominados de *unidades dos significados*. (Martins, 1992). Após se debruçar sobre as unidades dos significados, o pesquisador fará a síntese dessas unidades, articulando teoria e prática, com contextos e realidades históricas conectadas a problemática analisada. É nessa perspectivas que

¹² Esse momento é denominado pelos estudiosos da etnopesquisas de *variação imaginativa*. Ver mais em Macedo, 2010, p. 137.

trabalharemos. Após a ida ao campo, Centro de Prevenção à Criminalidade e de elencarmos como pergunta cerne deste trabalho, quais as concepções de violência e pobreza que circulam nos programas mediação de conflitos e fica vivo. Buscamos conciliar o problema proposto com os eixos analíticos que surgiram no campo a partir do diálogo com os interlocutores dessa pesquisa.

CAPÍTULO 2: SEGURANÇA NA CIDADE: NOTAS SOBRE OS TERRITÓRIOS BELO

- HORIZONTINOS

RESUMO: Este capítulo tem como objetivo discutir aspectos históricos e teóricos associados à implementação da Política Pública de Segurança no contexto brasileiro, com ênfase na implementação desta política na cidade de Belo Horizonte. A idéia central do capítulo é pensar a segurança, como um dispositivo que contém táticas e estratégias reveladoras para pensarmos a relação entre Estado e População, o que nos remete ao conceito de governamentalidade. Notamos que pensar as noções de segurança tem grande relação com observar as configurações e organizações das cidades e dos seus espaços, como os centros urbanos e as favela . Iremos dialogar os aspectos organizativos e históricos da política pública de segurança com alguns pontos de reflexão propostos por autores como Foucault (1978) no que diz respeito à segurança como uma tecnologia organizativa das cidades e dispositivos de poder, Wacquant (2001; 2007) sobre a criminalização dos pobres e estratégias de governo articuladas aos dispositivos de segurança; Delamare (1722) com seus estudos sobre a polícia. Traremos também para a cena dos debates e para dialogar com os autores acima, autores mais autorizados a falarem sobre segurança pública no contexto nacional, como Soares e Saporì (2007). Este capítulo traz como objetivo cerne “deslocar” a problemática da segurança das concepções apenas estatísticas e que afirmam o tráfico de drogas e homicídios como sinônimos de segurança pública. Queremos ampliar por meio dos escritos e problematizações presentes neste texto as concepções de segurança pública até então encontradas.

2.1. Segurança Pública: Aspectos institucionais, sociais e memórias históricas.

Tentar ver se podemos falar de uma sociedade de segurança, objeto político, tanto quanto histórico, já que concerne no diagnóstico do presente. (Foucault, 1978, p.516)

Algumas temáticas importantes acerca da relação entre “Segurança, Território e População” foram apresentadas durante um curso realizado por Foucault no ano de 1978 no Collège de France. Uma questão que inaugura o curso tem a ver com a compreensão do que é segurança. *O que podemos compreender como segurança?* Tanto as punições, quanto as leis penais, revelam formas de vigilância de um lado e de enquadramento do outro.

Pensar a temática da segurança tem relação com pensar sobre as estratégias de punições, correção e enquadramento que estão associadas à aplicação das leis penais, a organização da prevenção e principalmente associadas às taxas médias de criminalidade. A política pública de segurança se organiza e se afirma por meio dos saberes estatísticos.

Notamos esse imperativo estatístico, ao lançarmos mão, dos estudos sobre segurança pública na atualidade, como por exemplo, os chamados “mapas da criminalidade”, relatórios quantitativos elaborados dentro do escopo formal da política, dentre outros instrumentos utilizados para o trabalho. O objetivo desses instrumentos é dizer quantos homicídios aconteceram no território, quais as questões principais os atendidos levam como demanda para o centro de prevenção, quais os principais conflitos acontecem na região, dentre outros.

Alguns estudos sobre segurança pública¹³ afirmam que os fatores sociais influenciam no desenvolvimento de práticas criminosas. Todavia, os fatores sociais e as práticas criminosas são reduzidas ao cenário da favela. Entendem também que a intervenção a ser realizada nos espaços de criminalidade devem ser feitas pela polícia, e os “sucessos” ou não dessas intervenções podem gerar uma diminuição da criminalidade no território, ou uma expansão ou aumento da mesma para o presente local ou para territórios próximos.

A lógica territorial e o pensamento da polícia como “força repressiva” é bem evidenciada nesses estudos.

¹³ Ver mais em: ALBERGARIA, Jason. (1988). *Criminologia Teórica e Prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aide Editora. ALVAREZ, Marcos César. (2002). A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4.

Entendemos que os estudos sobre segurança pública como uma questão territorial que trabalham com a análise de políticas de governo para compreenderem essa política reforçam certos pensamentos associados ao imperativo: lugar de criminalidade é a favela e o Estado é que precisa intervir, simplificando os debates sobre a problemática.

Nesses campos de estudos localizamos o teórico Soares (2007) que tem vasta publicação sobre segurança pública no contexto brasileiro e desenvolve estudos sobre o campo com o objetivo de compreender a formulação e a implantação da política pública de segurança no âmbito nacional. Como procedimentos metodológicos analisa os governos Fernando Henrique Cardoso, que implementou o plano de segurança pública, que tinha como objetivos na época: articulação das instituições envolvidas na temática da segurança, qualificação policial, fomento a chamada prevenção social a violência, dentre alternativas, que são bem presentes no escopo na política na cidade de Belo Horizonte.

Durante o primeiro momento do governo Lula procurou-se investir no plano nacional de segurança pública iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Já no segundo momento de seu governo foi lançado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)¹⁴, em 20 de agosto de 2007 que teve como objetivo conciliar a idéia dos direitos humanos e atuação policial. Paradoxo também bem recorrente no escopo da política de segurança pública em Belo Horizonte.

Na mesma linha de estudo de Soares (2006) encontramos também Saporì (2011) que analisa a implementação da política de segurança pública a nível nacional, com enfoque no contexto de Minas Gerais. Ambos os autores trabalham com perspectivas mais estatísticas de avaliação da política de segurança pública, o que é importante para mantê-la funcionando e ver as repercussões dela nas cenas sociais.

Entretanto, os estudos sobre segurança pública que queremos tecer aqui não corrobora com a noção de segurança pública apenas associada à avaliação da implantação desta política por meio de olhares somente estatísticos que confirmam e restringem como modos de intervenção na segurança, a atuação policial e os programas de prevenção social à criminalidade destacando concepções sobre segurança voltadas ao histórico do tráfico de drogas e homicídios, o que remete as funções sociais e políticas que a segurança busca manter enquanto tecnologia de controle.

¹⁴ Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm

Notamos também a presença de um reconhecimento hierárquico sobre as violências consideradas e visibilizadas dentro dos estudos sobre segurança, violências que envolvem assuntos como gênero, idosos, criança, direitos sexuais são pouco problematizadas, questões que aparecem como sintomas associados aos debates sobre segurança. Entendemos que localizar discursos e saberes que legitimam a segurança pública tem relação com pensarmos os imperativos que são construídos acerca dos dispositivos de segurança. (Foucault, 2008).

Se analisarmos algumas leis que circulam no nosso cotidiano, e que colocam em pauta, a segurança, como por exemplo, “não matarás, não roubaras”. Em contraposição a essas leis temos como punição do não cumprimento das mesmas, atos como enforcamento, multa, dentre outros. Os imperativos da segurança, são criados para controlar, vigiar e disciplinar a organização das cidades. Assim, como na lógica da prevenção à criminalidade, os Centros de Prevenção à Criminalidade são implantados nos territórios considerados com altos índices de criminalidade para manter certas estratégias de circulação e controle da criminalidade.

Todavia, entre a lei e o não cumprimento da mesma, temos um conjunto de vigilâncias, controles, esquadrinhamentos diversos, olhares que possibilitam descobrir se as pessoas irão ou não descumprir as leis. E por outro lado, é interessante pensarmos que o ato de punir as pessoas pelo não cumprimento da lei não pode ser compreendido como um momento espetacular ou único. A punição pode ser compreendida como aquilo que impõe para aquele que não cumpriu a lei uma série de exercícios, de trabalhos, aquilo que podemos chamar de técnicas penitenciárias, trabalho obrigatório, moralização, correção, dentre outros. Alguns programas da política pública de prevenção mantêm essa função de fornecer tarefas e exercícios para aqueles que descumpriram a lei. O próprio encarceramento, os programas de alternativas penais e reinserção social, colocam em pauta essa discussão.

Uma reflexão importante advinda dos estudos teóricos foucaultianos tem relação com o fato das leis que são pensadas em função de uma política de segurança e também da organização das cidades estarem relacionadas com toda a organização da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte (aplicação das leis penais, punições, dentre outras) está associada à taxa média da criminalidade de determinados tipos, o que pode revelar preconceitos e hierarquias sociais, já que freqüentemente os locais apresentados com altas taxas de criminalidade são as favelas. Como revelam os estudos de Saporì (2011) e Soares (2006), o público alvo das intervenções associadas a política pública de segurança

são homens, negros, de 15 a 25 anos, moradores de periferia. As favelas, nesse contexto, são apresentadas como lugares de disseminação do crime, invisibilizando outras fatores existentes nesse território.

Elencamos aqui, alguns fatores importantes para compreendermos a organização da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte. *Um primeiro fator seria:* Discutir a temática de segurança remete a uma série de questões políticas, históricas, éticas e sociais. Para compreendermos o histórico da segurança na cidade utilizamos alguns documentos consideramos como base dentro da própria política, visto que fizemos uma análise documental de um livro e do *Plano Anual de Segurança Pública (PNSP- 2000)*, que tem como objetivo formular diretrizes para execução da política pública de segurança, por meio da articulação das instituições que compõe o sistema de defesa social na base estadual, municipal e federal e a participação da comunidade no debate sobre os direitos humanos.

Um segundo aspecto é o fato de entendermos esses documentos com um conjunto de estratégias que possibilitam o funcionamento da Política e que sustentam determinadas concepções de violência e pobreza, objetos de estudo dessa pesquisa. (Foucault, 2008)

A política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte é pensada como uma política social, o que traz grandes impactos e representações, já que as políticas sociais têm grande relação com o padrão de proteção social implementado pelo Estado e são direcionadas a principio para a redistribuição de bens sociais, o que visa a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Podemos compreender uma política pública social a partir dos seguintes aspectos: São políticas que tem suas raízes nos movimentos populares do século XIX, relacionadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho associados às primeiras revoluções industriais e expressam interferência do Estado, que tem como objetivo a manutenção das relações sociais de determinadas formações sociais. (Holfing, 2001).

É importante ressaltar que a discussão e o debate sobre as concepções terminológicas, éticas e conceituais sobre políticas públicas são vários, e não pretendemos neste trabalho, explanar a quantidade de literaturas, aproximações e distinções vinculados ao tema das políticas públicas, todavia compreendemos as políticas públicas como um fenômeno psicopolítico que não pode ser reduzido apenas as ações estatais, mas envolvem a responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção, a partir de vários processos de tomadas de

decisões, que envolvem a participação de órgãos públicos e distintos organismos e agentes da sociedade que estão relacionados a agenda da política a ser implantada:

Mais do que oferecer “serviços sociais”, as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade devem se voltar para a construção de direitos sociais, tendo em vista, uma sociedade extremamente desigual e heterogênea, como no caso brasileiro. (Holfing, P.39, 2001)

Ao se caracterizar como uma política social a segurança inaugura muitos debates, principalmente no que tange a garantia de direitos e acesso a todos. A afirmação enquanto política social gera também lugares de poder no escopo das políticas públicas e de acesso aos bens sociais. Como por exemplo, na perspectiva de garantia de direitos, *a que público a segurança atende?* Pensar sobre isso tem relação com pensar sobre as relações de poder. A análise dos mecanismos de poder não é de forma alguma teoria geral do que é poder, mas envolve a compreensão de por que esse poder circula e que relações sociais ele mantém. (Foucault, 11 de janeiro de 1978, p.3).

Ao nos debruçarmos sobre a problemática da segurança enquanto política pública que se localiza como social, queremos compreender por onde isso passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, quais são seus procedimentos e efeitos. É com esses objetivos que realizamos os presentes estudos.

2.2 Paradoxos sobre segurança, dispositivos de poder e circulação nos territórios

Podemos dizer que os mecanismos de poder compõe todas as relações que perpassam a política pública de segurança, o que gera efeitos nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações de trabalho que circulam no Centro de Prevenção à Criminalidade, nas relações entre os técnicos sociais e estagiários, enfim pensar segurança e políticas sociais tem haver com pensar a história de desigualdades sociais no Brasil, em Minas Gerais, em Belo Horizonte, no contexto do Centro de Prevenção à Criminalidade. Tem relação também com a necessidade de compreender esta política como um dispositivo de poder, que opera efeitos de segurança, que pretende compreender os fenômenos associados a segurança de maneira global.

É importante ressaltar que os mecanismos de segurança são bem antigos e envolvem um conjunto de medidas legislativas, decretos, regulamentos, que permitem implantar os mecanismos de segurança, e esse conjunto é cada vez mais gigantesco, do mesmo modo, o corpus disciplinar também é amplamente ativado e fecundado pelo estabelecimento desses mecanismos de segurança (Foucault, p.11, 11 de janeiro de 1978).

Entendemos que para garantir segurança, a política precisa convocar e/ou apelar para uma série de técnicas de vigilância, que abrange a vigilância dos sujeitos (de alguns grupos mais especificamente – no caso da prevenção social à criminalidade nas cenas belorizontinas que ficam instalados nas favelas), de diagnósticos do que eles são (a política de segurança é elaborada a partir de um diagnóstico realizado nas favelas que tem como um dos seus objetivos, ver se aquela região está incluída em uma região de risco, e se o índice de pobreza é alto), de classificação da estrutura mental, ou seja, de um conjunto de disciplinas que estão associados aos mecanismos de segurança, que permite funcionar.

O que fica marcado nos estudos foucaultianos sobre segurança, território e população é a forte relação entre território e meio, governo e acontecimento. Entendemos aqui acontecimento como um conjunto de fenômenos que podem acontecer e que modificam a lógica e ação das políticas sustentadas pelos governantes, como por exemplo, a escassez alimentar trazendo para o campo dos estudos sobre segurança, o aumento do número de criminalidade, dentre outros.

Os acontecimentos são eventos que escapam a lógica do controle e que revelam lógicas importantes sobre como os mecanismos de segurança são operacionalizados. Pensando aqui na criação da Secretaria de Estado de Defesa Social, em Belo Horizonte, que assume uma segurança chamada de cidadã, em função do número de aumento de crimes no Estado de Minas Gerais e da necessidade de um maior mapeamento sobre a criminalidade. Os acontecimentos geram novas políticas e revelam novas óticas e o que gera novas disciplinas:

“A disciplina é essencialmente centrípeta. Quero dizer que a disciplina funciona na medida em que isola um espaço, determina um segmento. A disciplina concentra, centra, encerra. O primeiro gesto da disciplina é, de fato, circunscreve um espaço no qual seu poder e os mecanismos de poder funcionarão plenamente e sem limites”
Foucault, 18 de janeiro de 1978.

Quando esse teórico discorre sobre os mecanismos disciplinares refere-se aos códigos que dizem sobre aquilo que é permitido e proibido. Um sistema

disciplinar bem articulado diz a cada momento o que você deve fazer ou não. Sendo assim temos três importantes definições: a lei como aquela que proíbe a disciplina (que esta na ordem da prescrição) e a segurança que não proíbe e nem prescreve diretamente, mas evidencia instrumentos de proibição e prescrição, esta associada à regulação das vidas. Tanto a disciplina como a segurança tem forte relação com as distribuições espaciais. Neste sentido, pensar a política de segurança na cidade de Belo horizonte é compreender seu desenho territorial de forma estratégica.

Pensar a segurança tem forte e grande relação com discutir o processo de construção espacial da cidade em Belo Horizonte. Sabemos que ao longo de diversos processos históricos, a construção das cidades, não contemplam em grande parte dos territórios, (entendendo aqui território, não apenas como um espaço geográfico, mas como local de articulação política, histórica e cultural) as minorias sociais.

Ao retomarmos os estudos sobre a história das favelas em Belo Horizonte no capítulo III poderemos refletir mais sobre o processo de construção dos territórios e a manutenção das desigualdades sociais.

Neste sentido, entendemos que abordar a problemática da segurança nos remete ao conceito de violência (ou violências) e tem relação com discussão da configuração do tecido sócio-espacial urbano e também com a história da estrutura fundiária das cidades construída desde período imperial (Foucault, 18 de janeiro de 1978, Campos, 2011). Não há como abordar o tema da segurança sem retomar a história das cidades , as discussões sobre território e os debates sobre violência.

Sabemos que o termo violência tem várias interpretações, lançaremos mão do conceito de Michaud (1989) para compreender o termo. Segundo este autor, a violência acontece quando temos situações de interação entre um ou vários atores que podem agir de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, gerando desconfortos e danos a uma ou várias pessoas em diversos graus, sejam em integridade física, moral, posses ou no direito em suas participações culturais, simbólicas e dentre outras. Concordando com este autor compreendemos as violências como um fenômenos sociais amplos e complexos, que não se restringem apenas as questões criminais ou associadas ao tráfico de drogas, mas vão além, já que engloba situações em direitos não são considerados.

Pensar segurança articulada com a noção de território, nos possibilita visualizarmos com mais proximidade o conceito de criminalização de determinados espaços. A política de segurança na cidade de Belo Horizonte é marcada por uma territorialização das favelas.

Como afirma Souza (1995, p.78): “O território é fundamentalmente definido e delimitado por e a partir das relações de poder” e são construídos e pensados nas mais distintas escalas de espaço e tempo. Por exemplo, se pensarmos os quilombos como um território preparado para a guerra, e que ao mesmo tempo atendiam algumas exigências, como: relações de poder construídas externamente com o Estado imperial e também os fazendeiros procuravam ter controle do espaço até então apropriado e investiam na captura dos escravos que fugiam. Podemos pensar a lógica interna dos quilombos, também permeada por lógicas de poder, uma vez que os quilombos se organizavam por chefes que preparam a defesa e o ataque sobre os demais grupos do mocambo, o que revela lógicas de funcionamento do grupo e de manutenção de hierarquias e estratégias de resistência.

Compreendemos relações de poder como um conjunto de procedimentos que tem a função de manter, estabelecer, transformar as lógicas sociais e relacionais, em ação sobre ações, que pode ser visualizada pelo exercício da disciplina¹⁵. É por meio das disciplinas que são estabelecidas relações como opressor-oprimido, mandante-mandatário, e outras relações que expressam a relação entre aquele que é comandado e o que comanda. As relações de poder podem ser compreendidas como um instrumento de diálogo entre os sujeitos e a sociedade.

O poder é um elemento intrínseco a todas as relações. Pode ser compreendido como a causa e efeito delas, não está localizado em uma instituição e também não se cede aos contratos jurídicos e políticos, o poder ao mesmo tempo, gera relações de repressão produzindo saber e verdade. A análise das relações de poder nos possibilita fazer associações macro sobre as questões sociais. (Foucault, 2008).

Entendemos assim, a compreensão dos mecanismos de poder, como instrumentos de análise dos problemas sociais, da política pública de segurança, da violência e pobreza.

É interessante observarmos também a lógica das relações de poder no contexto da política de prevenção à criminalidade e também nas ações que expressam intencionalidade em pensar o desenho desta política. Assim como na forma de organização dos quilombos, a política pública de segurança abrange fatores externos e internos que sustentam determinadas lógicas de poder. Uma pergunta que perpassa e inspira este trabalho é: *Que lógicas revelam os Centros*

¹⁵ “mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um Modelo reduzido do tribunal” (Foucault, 2008:149).

de prevenção à criminalidade instalados nas favelas belorizontinas? É sobre este problema que queremos nos debruçar.

Outra definição para território é a de Corrêa (1994). Para este autor, território significa terra pertencente a alguém. Um ponto importante que este teórico ressalta é que o pertencente não tem relação apenas com propriedade de terra, mas com a apropriação do lugar. Ao longo das observações etnográficas essa noção de território fica muito forte. Uma trabalhadora do Centro de Prevenção à Criminalidade traz a questão da apropriação e identificação com os territórios que mora e trabalha com muita veemência:

“Há um olhar diferente para quem mora em favela, todo mundo acha que é criminoso. Eu já vivi vários preconceitos como o da intolerância, ignorância e eu lido com esses preconceitos pelo sentido esportivo, ironizando, se eles acham que no Taquaril só tem gente pobre e favelado, eu reforço e ironizo isso, apesar saber que não é só as coisas ruins que a mídia faz questão de mostrar. (Discurso da Interlocutora F em Diário de Campo 04 de maio de 2012)

Observamos no discurso acima a presença de situações em que a criminalização da favela é vivenciada em diversos espaços e tem grande destaque. A identificação da trabalhadora com os territórios por onde circula tem relação com a apropriação que fez do espaço, da forma como construiu sua identidade de moradora de favela, dos processos de legitimação que confere aos lugares que passa: “Apropriar-se de um determinado fragmento do espaço urbano, ou não, é colocar-se ao lado do poder constituído ou em oposição” (Campos, 2011).

Um dilema de apropriação do espaço vivido por muitos moradores de favela no contexto de Belo Horizonte e que tem uma forte influência na agenda de atendimentos dos nos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo é a urbanização das vilas e favelas.

No caso, do Centro de Prevenção estudado neste trabalho, esta questão não aparece como uma tônica recorrente, entretanto no cenário mais geral da prevenção à criminalidade as políticas de urbanização são muito discutidas e polêmicas nos encontros metodológicos¹⁶ do programa mediação de conflitos e nas oficinas do programa Fica Vivo.

¹⁶ O Programa Mediação de Conflitos tem de 15 em 15 dias encontros metodológicos que variam entre grandes e pequenos grupos para discutirem aspectos teóricos, éticos e metodológicos que perpassam o programa.

Na chamada capacitação trimestral ¹⁷do Programa Mediação de Conflitos que aconteceu no dia 11 de dezembro a relação com a URBEL (Companhia Urbanizadora em Belo Horizonte), no sentido de realização de mediações que trazem como pauta os conflitos de posse e direito a moradia foram ressaltados, ou seja, a política de urbanização tem forte interseção com a política de segurança, e se constituem como importantes dispositivos de vigilância e disciplina.

Podemos dizer que a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre os corpos dos sujeitos, e por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população. Os problemas de espaço são igualmente comuns as discussões sobre soberania, disciplina e segurança. Pensar os espaços ocupados pela segurança tem forte relação com pensar a história das cidades:

“ A cidade era, ainda no século XVII, no início do século XIX também, essencialmente caracterizada por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava ou a marcava de uma maneira bastante singular em relação às outras extensões e espaços do território. Em segundo lugar, a cidade se caracterizava por um encerramento dentro de um espaço murado e denso no qual a função militar nem de longe era a única. E, por fim ela se caracterizava por uma heterogeneidade econômica e social muito acentuada em relação ao campo” (Foucault, p. 17, 1978).

Todas as funções e caracterizações das cidades fez surgir vários problemas (como crescimento do comércio, demografia urbana, necessidade de intercâmbios econômicos, dentre outros) nos séculos XVII – XVIII que exigiu das cidades novas configurações e espaços de circulação. Pensar os espaços de circulação (quem pode circular onde, que mercadorias passam por onde, como as pessoas se organizam, dentre outros) tem relação com soberania e território.

Podemos dizer que ambos temas nos ajudam a compreender o que deve ser uma cidade, e quais são suas estratégias de funcionamento. Assim, as cidades quando são pensadas levam em consideração algumas funções, como a preocupação com a higiene, a apresentação dos lugares, a circulação das pessoas, no sentido de criar políticas para afastar os chamados bolsões de miséria recorrentes nos bairros considerados apertados, o que inaugura uma lógica excludente e de segregação das cidades desde início de sua fundação.

Uma segunda preocupação da construção das cidades é garantir comércio interno, o que gera a necessidade de pensar a articulação entre as ruas da cidade

¹⁷ As capacitações trimestrais acontecem de três em três meses e são promovidas pelo Instituto Elo, que contrata os profissionais, dentre eles, psicólogos, advogados, historiadores, dentre outros para atuar na política de prevenção.

com as estradas externas, de forma que as mercadorias possam circular (características bem marcantes nas cidades do século XVIII). Outra característica das cidades consiste em gerar espaços de vigilância, o que envolve vigiar com recorrência as idas e vindas das pessoas durante todo dia.

E aqui temos um evento interessante, que marca a (re) configuração das cidades ao longo da história de seu surgimento, que é o aumento das políticas de vigilância (câmeras instaladas pelas ruas, edifícios, dentre outros dispositivos) em função do aumento do afluxo de algumas populações como: mendigos, vagabundos, delinqüentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc, que podiam vir como se sabe do campo:

“ Em outras palavras, trata-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, (de) maximizar a boa circulação diminuindo a má. Trata-se, portanto também, de planejar os acessos ao exterior” (Foucault, p.24, 2008).

Sendo assim, pensar políticas de segurança na cidade de Belo Horizonte, associando com território e população é compreender as políticas de segurança como um conjunto de dispositivos que operam sobre territórios (escolhidos a partir de uma séria de lógicas e funções presentes na cidade: políticas de higienização, circulação de mercadorias e pessoas, etc) a partir de uma localização geográfica relacionadas com soberania política e territorial.

Os reflexos da construção das cidades estão bem presentes no nosso cotidiano, visto que as lógicas que operam sobre as cidades contribuem muito para segregação social. Neste sentido, um dos eixos fundamentais para implantação da política pública de segurança é o aparecimento de um projeto, de uma técnica política que se dirija a um meio. Ou seja, a um determinado público alvo, a determinados espaços e configurações da cidade.

Observamos por via da metodologia de estudos de caso no Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) do Minas Caixa que a equipe técnica que compõe os programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo vinculam as ações de prevenção à criminalidade com ações que diminuam o homicídio dos jovens (no caso do Programa Fica Vivo, que tem como público alvo, jovens de 12 a 24 anos) e o tráfico de drogas (no caso do Programa Mediação de Conflitos, que tem como público-alvo uma faixa etária distinta e trabalha no atendimento psicossocial com os procedimentos de orientação e mediação aos conflitos associados à pensão de alimentos, separação, divórcio, dentre outras questões.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo pensar as concepções de segurança para além das ações consideradas criminosas, ou sem reforçar concepções que entendam a segurança como uma questão apenas policial, ou vinculada ao tráfico de drogas, homicídio e favela como problematizado acima. Podemos dizer que segurança tem forte relação com o mapeamento de territórios, que são postos em cena, a partir das estatísticas dos crimes violentos, entretanto:

“Como se pode prever estatisticamente que haverá aquela quantidade de roubos num momento dado, numa sociedade dada, numa cidade dada, na cidade, no campo, em determinada camada social, etc? Em segundo lugar, há momentos, regiões, sistemas penais tais que essa taxa média vai aumentar ou diminuir? As crises, a fome, a guerras, as punições rigorosas ou, ao contrário, as punições brandas vão modificar essas proporções? Outras perguntas mais: essa criminalidade, ou seja, o roubo, portanto, ou, dentro do roubo, este ou aquele tipo de roubo, quanto custa à sociedade, que prejuízos produz, que perdas, etc?” Mais outras perguntas: a repressão a esses roubos custa quanto? É oneroso ter uma repressão severa e rigorosa, uma repressão fraca, uma repressão de tipo exemplar e descontínua, ou, ao contrário uma repressão contínua? (Foucault, p. 7, 2008).

A partir das perguntas acima observamos que a segurança pode ser interpretada enquanto dispositivo de controle e vigilância, e ao mesmo tempo, como instrumento de garantia do estabelecimento de organização social, se apresenta com alguns paradoxos:

Um **primeiro paradoxo** que gostaríamos de nomear neste trabalho, é o da *repressão*. Ao longo das observações etnográficas realizadas no estudo de caso no Centro de Prevenção à Criminalidade, muitos operadores da política pública de segurança, entre eles, técnicos, estagiários, motorista, auxiliar administrativos, atendidos do programa mediação de conflitos e fica vivo, falavam da difícil relação no território do Aglomerado do Borel, entre polícia e comunidade. Relação marcada por desconfiança, por alguns casos de ocorrências de violência policial, dentre outros episódios que dificultavam um diálogo entre polícia e comunidade.

A própria história de construção do território do Minas Caixa se apresenta entorno de um colégio policial que fica próximo ao Centro de Prevenção, o que marca o início de um diálogo entre favela e polícia colocando em pauta os debates sobre território e direito a circulação.

Não há como abordamos o problema da segurança sem ressaltarmos este ponto. Os trabalhadores do Centro de Prevenção à Criminalidade, ao longo do período das observações etnográficas realizadas traziam com grande recorrência em seus discursos, falas que refletiam sobre o “papel” do técnico social no contexto

da política de prevenção: *repressão ou prevenção*? Como trabalhar esses dois conceitos? Questionamento colocado como paradigmático pelos trabalhadores da prevenção, entendemos este dilema como um **segundo paradoxo** que circula na política de prevenção:

“A Política de segurança atua nos territórios, o que gera uma ortopedia social, e uma angústia para quem trabalha neste contexto. Por isso que eu resolvi sair, porque não acho que a política realmente trabalha com segurança pública, é mais um paliativo, uma ortopedia social.”(Discurso de Interlocutora K em 30/07 as 18:00 na FALE/UFMG)

A fala acima é de uma técnica do programa Mediação de Conflitos que é psicóloga, atualmente cursa biblioteconomia e atuou quatro anos e sete meses no programa. A1 ajudou a implantar o Centro de prevenção à criminalidade no território do Minas Caixa e vivenciou vários momentos de mudança na política, como por exemplo, a aplicação da metodologia de intervenção social no contexto da política de prevenção à criminalidade, a construção da relação entre os programas mediação de conflitos e fica vivo que não conversavam, dentre outros dilemas que segundo ela presenciou.

Entendemos que seu discurso é importante para ilustrar a concepção de segurança como um dispositivo que atua no controle e disciplina social. De maneira geral, a segurança busca prever e saber, como manter (ou não) um tipo de criminalidade, dentro dos limites que sejam economicamente e socialmente aceitáveis, em torno de uma média que vai ser considerada, digamos, ótima para um determinado funcionamento social. (Foucault, 2008, p.8).

Neste sentido, podemos compreender a segurança como um dispositivo que pretende inserir os fenômenos sociais em questão (como por exemplo, o roubo, os distintos crimes) em uma série de acontecimentos que podem ser prováveis. É importante ressaltar que os mecanismos de controle da segurança são antigos. Entendemos mecanismos de segurança, como um conjunto de medidas legislativas, constituídos por decretos, regulamentos que permitem a circulação de pessoas e mercadorias, que autorizam que pessoas podem circular (ou não) em determinados territórios.

Um **terceiro paradoxo** que se apresenta, no contexto da política pública, diz respeito ao *trabalho integrado* (que envolve ações dos programas mediação de conflitos, fica vivo e outras instituições) previsto nas diretrizes da política de prevenção, por meio da *intervenção estratégica*, que consiste em um conjunto de ações que tem por objetivo articular instituições que compõe a justiça criminal para

pensar em ações de repressão qualificada. Podemos dizer que este paradoxo, faz parte da construção das cidades, e da inauguração dos dilemas dos mecanismos de segurança:

É pela polícia que foram feitas as cidades e os lugares que os homens se reúnem e se comunicam pelo uso das ruas, das praças públicas, e das estradas (Domat, *Le Droit public*, 1829, p.150)

Percebemos assim , que o vínculo entre polícia e cidade é tão forte , que a polícia é posta como condição para existência da urbanidade. Neste sentido, “policar” tem forte relação com “urbanizar” , higienizar as cidades e quem circula nelas, o que tem a ver com projetos de governos das cidades e de quem tem direito a elas.

É importante ressaltar que a metodologia de intervenção estratégica é característica do Programa Fica Vivo, que reúne de forma periódica, instituições como: promotores criminais, delegados de policia, juízes criminais da infância e da adolescência com o objetivo de alinhar as ações realizadas em cada uma das instituições e articular também as intervenções.

Dentro da proposta da intervenção estratégica, há também um paradoxo apontado pela equipe do Programa Fica Vivo, que é o compartilhamento de informações que a equipe tem com outras instituições, no sentido de organizar a circulação das pessoas dentro das favelas e trabalhar com a previsão de possíveis situações criminais. O que nos remete aos problemas de circulação dentro das favelas.

De certa forma, a pergunta *quem pode circular nas favelas*, tem relação como uma lógica interna de organização das relações de poder dos moradores que residem no local, e também com os exercícios de controle pensados pela polícia e pelo centro de prevenção à criminalidade. Ambos, atuam no ordenamento do espaço, de forma direta e indireta.

Conforme a equipe em Roda de Conversa realizada em 17/08, as informações que tem sobre os jovens são advindas dos oficinairos que integram o programa e constroem uma relação de confiança com os jovens do território que acontecem as oficinas. Para a equipe é difícil compartilhar ou alinhar a forma de atuação com outras instituições, como por exemplo, com a polícia, já que os conceitos de prevenção e repressão são distintos. Há todo um esforço técnico e metodológico para um alinhamento com outras instituições no sentido de pensar,

formas estratégicas de prevenção, o que se apresenta como um desafio no contexto da política.

Notamos que o conceito de repressão, ou repressão qualificada aparece bastante no livro intitulado: *“Prevenção Social à Criminalidade: A experiência de Minas Gerais”* (2009) e se apresenta como um hiato para os atores que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade. Ao nos debruçarmos sobre o conceito de violência e pobreza, o tema da repressão se destaca como uma tônica recorrente nos discursos do Centro de Prevenção, visto que, ao analisarmos o Plano Anual de Segurança Pública (2000) e também o livro, o conceito de segurança cidadã, se apresenta como um novo paradigma para pensar a segurança no contexto de Minas.

A noção de segurança aparece assim, aliada a concepção de acesso a direitos, o que traz para o Estado de Minas Gerais, a possibilidade de políticas de segurança que pensem para além da repressão, no sentido policial, mas articule o trabalho da repressão com a prevenção à criminalidade, na perspectiva de acesso a direitos. Aspecto apontado como desafiante para os trabalhadores da política de prevenção.

É importante lembrar que essa anunciação de uma segurança cidadã faz com Minas se destaque na cena da República Federativa Brasileira, como aponta Silva (1997). Observamos também ao longo dos estudos realizados no CPC, que a prevenção se apresenta como um desafio para os operadores da segurança, já que precisam se diferenciar de uma atuação repressiva no campo da segurança pública:

Isso é dizer que a alternativa entre o **tratamento social** da miséria e seus correlatos ancorado numa visão de longo prazo guiada pelos valores de justiça social e de solidariedade e seu **tratamento penal** que visa às parcelas mais refratárias do subproletariado e se concentra no curto prazo dos ciclos eleitorais e dos pânico orquestrados por uma máquina midiática fora de controle, coloca-se em termos cruciais nos países recentemente industrializados da América do Sul, tais como o Brasil e seus principais vizinhos, Argentina, Chile, Paraguai e Peru (Wacquant, 2001, p.8)

O autor acima nos chama atenção para dois tipos de tratamento existentes na política pública de segurança: um que ocorre pelo o que o autor chama de tratamento social, e outro tratamento penal. A substituição de um tratamento pelo outro não garante que a segurança seja menos repressiva ou

cidadã, o que mascara alguns fenômenos. O que este teórico afirma é que as ações repressivas tiveram um crescimento acentuado nos últimos anos.

No caso brasileiro temos vários exemplos do uso da violência letal realizada, em maioria das vezes pela polícia: os recursos habituais da tortura (uso da “pimentinha”, e do “pau de arara” para fazer as pessoas que eram suspeitas confessarem), os desaparecimentos misteriosos, ações que geravam clima de terror e em medo entre as classes populares, que em sua maioria são alvos da repressão.

2.3 Notas sobre a relação entre polícia e favela, as disposições do panoptico

Ao analisar a violência policial bem presente na cena da segurança pública, Wacquant (2001) nos chama atenção para o fato de que pensar as violências policiais tem relação com pensar uma tradição que é nacional e multissecular que tem como alvo os considerados “miseráveis” pela força, escravidão. Conflitos agrários, processos históricos de desigualdade reforçados por eventos como ditadura militar. A repressão reforça uma concepção hierárquica e paternalista de cidadania, e que inaugura vários paradoxos como: oposição cultural entre feras e doutores, selvagens e cultos, marginais, trabalhadores e criminosos, o que reforça uma modo de manutenção ordem de classe, gênero e raça:

Sabe-se, por exemplo, que em São Paulo, como nas outras cidades grandes, os indiciados de cor “se beneficiam” de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldades de acesso a ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos. E, uma vez atrás das grades, são ainda submetidos às condições mais duras e sofrem as violências mais graves. Penalizar a miséria significa aqui “ tornar invisível “ o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado. (Wacquant, 2001, p.10)

Podemos observar que a política pública de segurança é direcionada para um público que tem raça, gênero e classe. Ao longo das observações etnográficas e participação em uma reunião com o GEPAR um tenente ao dizer dos soldados traz o seguinte relato:

A maioria dos meus policiais vêem as pessoas da favela como vagabundos, e eu tenho medo disso. Só respondo por mim, por eles eu não respondo. Tem muito policial ogro, que vai prender as pessoas porque é assim que somos formados. (Tenente X, Diário de campo em 04 de maio de 2012).

A história da repressão e os impactos que ela gera na política pública de segurança trava a relação entre polícia e comunidade, e traz para a cena uma série de questões referentes ao treinamento e preparação dos policiais.

Observamos que assim como o tema da segurança, os debates sobre a polícia também são antigos. Delamare entre os anos de 1711 ou 1708 (não se sabe muito bem), já estudava a polícia e suas funções.

Para esse teórico, a polícia deve se ocupar sobre alguns domínios como religião, costumes, saúde, meios de subsistência, tranquilidade pública, cuidado com os edifícios, as praças, os caminhos, as ciências e artes liberais, o comércio, as manufaturas, as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o teatro e os jogos, enfim a polícia deve cuidar de todas as funções que garantam o “cuidado e as disciplinas dos pobres, como parte considerável do bem público. (Foucault, 5 de abril, 1978). O cuidado dos pobres como função da polícia traz aspectos importantes para pensarmos a lógica da política de segurança na cidade de Belo horizonte.

Todas as funções da polícia colocam em pauta as condições necessárias para a manutenção da vida em sociedade. As ações da polícia, no século XVII e do século XVIII esta relacionada com o bem estar social, a polícia é aquele que tem como função se ocupar do “viver” e da organização do espaço urbano.¹⁸

Outro ponto importante ao pensarmos nas funções da polícia, é que precisa trabalhar para a ordem, para isso estão espalhadas nas cidades, locais em que é reconhecida como importante, uma vez que trabalha com funções densas, e tem relação com os problemas de mercado, compra e venda. A polícia trabalha com os problemas relacionados a circulação e coexistências dos cidadãos da polis, e com as pessoas que se deslocam, e surge pensada juntamente com a lógica de urbanização do território.

Outro aspecto, é que a segurança se caracteriza como uma política que está localizada no tempo e espaço e esta muito ligada à participação do Estado, no sentido do controle das políticas sociais. No campo de estudos das ciências políticas, segurança é um conceito chave para uma tentativa de Welfare State (Silva, 1997). Esses apontamentos nos convocam a pensar a política de segurança como um importante dispositivo de controle no contexto social.

¹⁸ Entendemos urbanos aqui no sentido de que alguns objetos alvos da intervenção da polícia só existem na cidade e porque existe uma cidade. (Foucault, p.451, 2008).

Sobre o fato da compreensão da política pública de segurança ser uma política delimitada no tempo e espaço, temos dois pontos importantes:

- a) A noção de território, como arquiteto do espaço disciplinado;
- b) E como espaço que promove regulação de um meio, em que não se trata de um estabelecimento de limites ou fronteiras, mas, sobretudo de garantir circulação de pessoas, mercadorias, etc. (Foucault, 18 de janeiro de 1978). Podemos dizer que a lógica territorial da política pública de segurança revela modos de circulação e de disciplina;

Observamos que o dilema da articulação do programa com a política aparece desde a fundação do programa fica vivo, e aparece de forma bem recorrente no discurso dos técnicos sociais do programa que afirma ter dificuldade em compreender que postura devem ter para dialogar com a polícia, já que não concordam com a visão reducionista da criminalidade: “Jovem pobre, preto e favelado é que vai presos”, e ao mesmo tempo o diálogo com a polícia é uma diretriz do programa. Esse paradoxo é bem notável nas tensões e dificuldades do cotidiano da equipe, e também nos estudos sobre segurança, território e população (Foucault, 2008).

Sobre esse paradoxo podemos dizer que as políticas de prevenção à criminalidade, por mais que tentem quebrar a lógica da penalidade, entra no jogo da penalidade neoliberal que apresenta o seguinte paradoxo: “pretende remediar com um mais Estado policial e penitenciário o menos Estado econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetivas em vários países” (Wacquant, 2001, p.7).

O conceito de penalidade utilizado por esse teórico refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições associados à pena, com enfoque na pena criminal. Para Wacquant (2001) a penalidade neoliberal é mais forte e sedutora quando aplicada em países que são atingidos por grandes e fortes desigualdades de condições e oportunidades de vidas e sem muita tradição democrática. Podemos dizer que as desigualdades sociais, auxiliam na manutenção de hierarquias associadas à penalidade neoliberal.

Entendemos assim, a segurança como uma nova tecnologia de poder, que teve suas origens no século XVIII. Tecnologia essa, articulada com a construção territorial das cidades. Tecnologia necessária a organização social, entretanto que revela em suas entrelinhas operações sobre determinada população, o que tem relação com quem ocupa o lugar de soberania, e de quem exerce a disciplina.

Neste sentido, a problemática da segurança, nasce articulada com os dilemas paradoxais da função da polícia, o que nos permite compreender hoje a redução do tema da segurança a ação da polícia, questões que precisamos desmistificar e/ou ampliar. Segurança tem relação com as funções da polícia, entretanto, não pode ser tratada apenas a partir dela ou reduzida a ela. Os dilemas da segurança tem relação com os problemas da população com seu meio, com a sociedade, o espaço fragmentado de quem está no centro da cidade, e de quem está na periferia. Neste sentido, podemos afirmar que a segurança é um problema político.

Outra ponto importantes para pensarmos nos temas articulados aos debates da segurança, é a definição de governo. Se retomarmos o sentido mais “tradicional” do emprego dessa palavra veremos que aparece articulada ao exercício da soberania, ou autoridade pública, entretanto compreendemos governo como arte de exercer o poder na forma de economia (Foucault, aula 1º de fevereiro de 1978, p.127), neste sentido o neoliberalismo econômico se apresenta como uma arte de governar.

Concluimos assim que a problemática da segurança precisa ser pensada a partir da tríade: *segurança-população-governo*, uma vez traz para o cerne das discussões sobre segurança o conceito de *governamentalidade* formulado pela primeira vez na 4º aula do curso de 1978 em fevereiro que pode ser entendido como um conjunto de estratégias de poder e controle estão presente na relação entre Estado e População, é entendida “um pensamento em movimento”, uma estratégia programada, que nunca dá certo, que se preocupa com o estudo da genealogia do Estado moderno, sendo assim o Estado, se constrói como um campo de análise dos micropoderes, um efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas. (Foucault, aula 31 de janeiro de 1979, p.39).

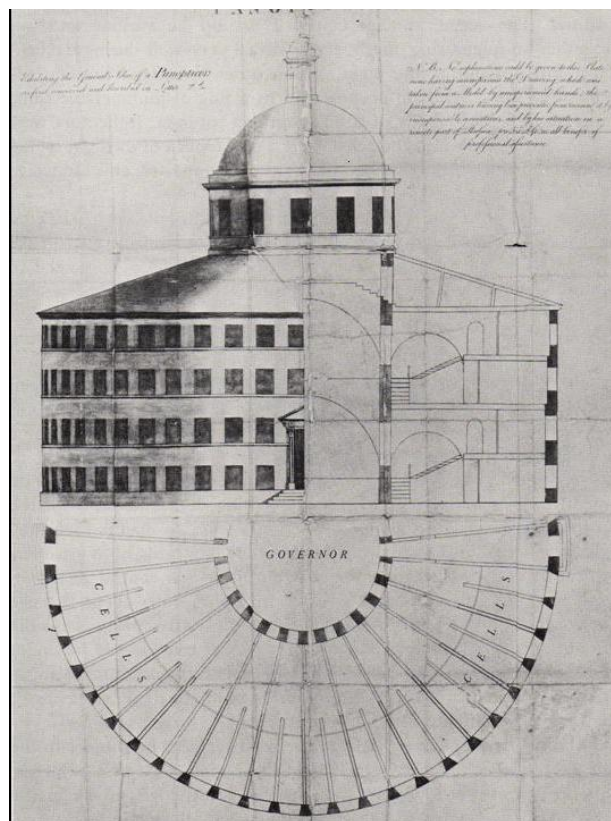
Trazer a discussão da governamentalidade para a cena da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte, implica dizer que **tudo é político**. Compreendemos essa expressão por meio de dois sentidos: O primeiro, em que o político se apresenta e se define como a esfera de intervenção do Estado, ou seja dizer que a segurança é um problema político, nessa dimensão é assumir que o Estado está em toda parte, de forma direta ou indireta. A segunda dimensão refere-se a luta entre os adversários: tudo é político pela existência dos adversários, e a política vai nascer da resistência à governamentalidade, com o estabelecimento de táticas e estratégias para o enfrentamento dessa.

Para além do campo de estudos das ciências políticas e da administração pública, compreendemos o dilema da segurança como uma problemática

considerável no campo de estudos das ciências humanas e sociais, da economia política e da teoria política. Pensar a política de segurança tem relação com pensar que está autorizado a circular pelos espaços da cidade.

Pensar a problemática da segurança pública em Belo Horizonte é trazer para a cena as discussões sobre as práticas de vigilância na cidade, como por exemplo, policiamento espacial estrito, cada pessoa no seu lugar, o olhar está alerta por toda a parte, a figura do panóptico de Bentham representa essa arquitetura de vigilância.

O dispositivo do panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Na periferia dessa estrutura temos a construção de um anel e no centro uma torre. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um criminoso, um operário, um escolar que pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre os movimentos de quem está nas cela. (Foucault,2011, p.190).



Fonte: Bentham. Planta do Panopticon (The works of Jeremy Bentham, Ed. Bowring, t.IV, p, 177, 1840.

Figura 3: Arquitetura do Panóptico de Bentham

A visibilidade da vida cotidiana na cidade fica exposta e assegura o funcionamento automático do poder, revelando o paradoxo, “vigilância para todos”

da polis, já que a governamentalidade associadas as tecnologias de segurança determinam quem pode circular, e vigilância com enfoque específico para alguns, ponto que escapa nos estudos sobre os dispositivos de segurança, os chamados “vagabundos”, loucos, que estão na periferia das cidades sentem mais as repercussões das tecnologias da segurança. Sendo assim, os dispositivos de segurança podem ser pensados como novas estratégias de administração da pobreza. (Wacquant, 2008).

Podemos dizer assim, que compreender a lógica de funcionamento do dispositivo acima nos remete as estratégias de vigilância presentes nas favelas de Belo Horizonte para o controle da circulação de pessoas, de mercadorias. Entendemos assim, o próprio centro de prevenção como um equipamento estratégico que fica localizado em uma área central da favela, no caso da região do Minas Caixa, o equipamento procura se estabelecer em uma região visível que possibilite que as pessoas o reconheçam como um lugar de segurança, de acesso a direitos, entretanto tal equipamento no centro estabelece estratégias de vigilância do território, à medida que analisa a dinâmica criminal do local, recebe os moradores da favela, estabelece relação entre a Secretária de Estado de Defesa Social e a população que circula no território.

Ao longo dos estudos teóricos notamos também poucas produções sobre o tema em outras perspectivas de trabalho, que não apenas no viés estatísticos. Não muitos trabalhos teóricos sobre os registros históricos da implantação da política de segurança pública no cenário brasileiro. Neste sentido, a consolidação de novos estudos sobre o tema se fazem necessários.

Observamos que a política pública de segurança tem uma forte lógica territorial, e se organiza através do governo, o que favorece as estratégias de governamentalidade proposta por Foucault (2008). Concluímos que é inevitável falar da segurança, sem tocar nas concepções de relações de poder e criminalização da pobreza. Entendemos que pensar esta política tem forte relação com as discussões sobre as formas de organização das cidades, ocupação dos territórios e constituição da polícia.

A idéia é pensar sobre as funções sociais da segurança pública, que inclua atuação da polícia, mas que não se restrinja a ela, e que não separe a relação entre Estado e Sociedade, uma vez que não se apresentam como coisas dicotômicas, mas paradoxais, que revelam a lógica de funcionamento da governamentalidade.

No próximo capítulo trataremos para cena de discussão aspectos teóricos associados aos conceitos de violência e pobreza a partir da circulação desses conceitos no âmbito da segurança. Entendemos que pensar esta política tem forte

relação com as discussões sobre as formas de organização das cidades e ocupação dos territórios, e com as lógicas de criminalização da pobreza.

CAPÍTULO 3: VIOLÊNCIA E POBREZA NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA: PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO DAS FAVELAS

RESUMO: Este capítulo tem como objetivo discutir as concepções de violência e pobreza que circulam no contexto da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte. Durante a realização do campo de pesquisa, observamos que as concepções de violência aparecem muito associadas aos debates da segurança (reduzido à criminalidade e aos espaços da favela). Entendemos a violência e pobreza como uma categoria de análise importante para a compreensão das lógicas e estratégia da segurança, como um sintoma desse fenômeno político. Ambas as concepções aparecem articuladas reforçando o seguinte imperativo: a pobreza gera violência. Inicialmente faremos uma contextualização histórica e uma análise conceitual do tema favela articulando com a construção desse tecido urbano com os debates sobre segurança. Acreditamos importante trazer a favela para a cena da pesquisa, visto que os centros de prevenção são implantados na favela. Pensaremos a construção social e política da favela no cenário brasileiro para isso lançamos mão de autores como: Tanaka (2006); Feltran (2008); Matos (2002); Zaluar e Alvito (2004) com enfoque na história das favelas em Belo Horizonte, já que identificamos uma rio-centralização sobre os debates entorno da favela. Para trazer em cena a história da favela na cidade de Belo Horizonte convidaremos para o diálogo autores como: Guimarães (1953); Silva (2001); Abreu (1988). Após nos debruçarmos sobre a favela na história, nos debruçaremos sobre os conceitos de violências com embasamentos em Hayek (2009); Norbert Elias (2009); Michaud (1989); Hanna Arendt (2003) e retomaremos os debates sobre as concepções de pobreza em Crespo e Gurovitz (2002); Amartya Sen (1999) e Narayan (2000), articulando psicopolíticos com os processos de criminalização da pobreza;

3.1 Discursos sobre favela, periferia e aglomerado: Falas sobre VIOLÊNCIA e pobreza, debates sobre cidadania.

“Não há um
canto de favela
que não guarde
uma história” (Poesia e favela)

Ao abordarmos a temática de violência e pobreza no contexto da política pública de segurança, notamos que são fenômenos que aparecem muito articulados entre si. Ao longo das etnografias realizadas em campo, o imperativo: “políticas de segurança são necessárias na favela, porque lá é onde temos maiores índices de violência e pobreza”, se apresentam como tônicas recorrentes¹⁹. Acreditamos assim, que não tem como pensar essas *unidades de significado*,²⁰ sem pensarmos a história das favelas no contexto brasileiro em belo horizonte, visto que, na maioria das vezes, os discursos sobre violência e pobreza que aparecem nos discursos da segurança pública reforçam e mantêm os processos de criminalização da favela.

Temos uma diversidade de literaturas que se interessam pelas periferias urbanas²¹, e temos também muitas divergências dentro dela. Ao contrário do campo

¹⁹ Ver mais em : Zaluar, Alba. (1999). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, 13(3), 3-17. Retrieved December 28, 2012, from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>. Esse estudo faz um levantamento sobre as produções teóricas sobre violência e criminalidade no Brasil, afirmando que o paradoxo maior no contexto dos estudos brasileiros sobre a temática, era que os pobres eram postos como principais atores dos crimes violentos e como vítimas primordiais deles

²⁰ Como apresentamos no primeiro capítulo entendemos o campo de pesquisa, como um espaço de significados que são atribuídos pelos interlocutores da pesquisa e pelo pesquisador. Neste sentido, as unidades de significado referem-se às categorias de análise que surgem no campo, e que tem relação com a problemática pesquisada.

²¹ Algumas referências centrais utilizadas para pensar o contexto das periferias no norte são Wacquant (em 2001, 2006) e Davis (1993; 2006). Em outro campo, a antropologia de Agier (por exemplo, 1999 e 2006) tenta traçar interpretações mais generalizantes sobre as relações sociais que envolvem mundo público e periferia. No contexto brasileiro a temática da favela, começou a ser pensada na obra de Gilberto Freyre em Sobrados e Mocambos (1936) com continuidade em Casa Grande e Senzala (1933), um dos focos deste autor era fazer a caracterização habitacional destinadas as chamadas classes de renda diferente. Florestan Fernandes também faz a análise da burguesia, processos de industrialização e surgimento da favela em suas obras. Na atualidade, temos estudos como: VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

de estudos sobre a segurança, em que temos poucos estudos teóricos e sem muitas divergências. Diversas linhas teóricas tecem análises sobre as periferias da cidade, além de englobar muitas disciplinas acadêmicas, como: urbanistas, historiadores, psicólogos sociais, assistentes sociais, economistas e cientistas sociais, a cidade e suas periferias interessam muita gente. (Feltran, 2008, p. 29).

Dentro do campo discursivo dos interlocutores desse trabalho, as variações entre os termos favela e periferia apareceram com bastante recorrência. Algumas pessoas falavam favela, outras periferias. Na própria diretriz da política pública de segurança, há um preceito de que a política atua na *favelas, periferias e aglomerados* da cidade de belo horizonte. Assim achamos importante trazer os conceitos dessas denominações no sentido de nos localizarmos nossos estudos nessas distintas perspectivas.

O conceito de *aglomerado* é recente no Brasil e foi incorporado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) está relacionado ao fato de pessoas que ocupam um mesmo espaço físico no contexto urbano. São regiões que crescem em termos políticos, culturais, econômicos e ultrapassam determinados limites e tamanhos, conformando outra unidade territorial, em seus últimos levantamentos censitários. Esse conceito foi utilizado pela primeira vez no censo demográfico de 1991. (Matos, 2002).

Já o conceito de *periferia* esta relacionado com as construções sociais dos discursos e práticas dos sujeitos políticos e sociais relacionados a um contexto específico. A emergência desse conceito esta associada à ascensão dos movimentos sociais urbanos e das constantes mudanças e contrações da organização sócio espacial das sociedades brasileiras.

O emprego desse conceito refere-se aos debates da produção do espaço urbano nas cidades, da deteriorização dos aspectos ambientais, dos processos de segregação política, espacial e social, as discussões sobre qualidade de vida na cidade. Ou seja, o conceito de periferia permite trazer a cena dos debates sobre a cidade, os preconceitos e injustiça social. (Tanaka, 2006) Geralmente o termo é utilizado para delimitar um espaço físico que concentra moradia, entretanto se analisarmos nas entrelinhas é nesses espaços urbanos em que temos moradias mais precárias, menos direitos básicos de forma geral, garantidos, população vista como margem e com pouca expressão política.

A periferia revela as lógicas de segregação espacial na cidade, e junto com a ela e exclusão política e cultural. Ao retomamos o conceito de periferia, vale

204p; Preteceille, E., & Valladares, L. (2000). A desigualdade entre os pobres–favela, favelas. Desigualdade e pobreza no Brasil.

retomar Bourdieu (1998), quando esse autor articula as classificações sociais com os contornos territoriais, as classificações é quem delimitam o contorno e os critérios para tal com as funções práticas do território, orientado para a produção dos efeitos sociais. Neste sentido, podemos pensar que a prevalência de um público considerado como pobre, com baixa poder de consumo, e que vivencia vários preconceitos sociais, em determinado territórios tem efeitos sociais e de poder fortes para manter a lógica de que a política de segurança pública é necessária somente nos espaços da favela.

O conceito de *favela* engloba a noção de aglomerado, já que se refere a um tipo de tecido urbano que engloba uma aglomerado de pessoas em um espaço físico, que possui parcialmente ou totalmente característica como: tipo de habitação com predominância em casebres ou barracões, construções sem licenciamento e fiscalização, o tamanho, tipo de habitação, disponibilidade de serviços coletivos, e urbanização são critérios necessários aos saberes urbanísticos e geográficos para a caracterização das favelas, que se apresentam como um terreno importante para o estudo das desigualdades sociais e políticas. (Guimarães, 1953).

Entendemos que as divergências terminológicas sobre favela, periferia e aglomerado trazem para os debates questões que vão para além da classificação do espaço geográfico, mas tentam colocar em cena questões políticas, sociais e culturais. Também, acreditamos que a favela é um espaço de estudos e expressão política das desigualdades sociais. No presente trabalho observamos que os moradores da região do Minas Caixa nomeiam o local como “Borel”, já que fazem relação do local com uma favela do Rio de Janeiro.

Notamos que as produções sobre favela no Brasil estão muito associadas ao contexto da cidade do Rio de Janeiro, gerando uma rio-centralização dos debates sobre a favela.²² Entendemos que pensar as favelas a partir da cidade do Rio de Janeiro é importante já que remete aos aspectos e lutas históricas e políticas do Brasil República, o que nos fornece elementos para pensarmos os contextos que estamos inseridos hoje. Todavia, queremos retomar também neste trabalho, a história das favelas na cidade de belo horizonte. Acreditamos que pensar essa

²² Ver mais no livro “Um século de favela” de Zaluar e Alvito (2004), que conta a história das favelas no Brasil, a partir do período republicado, com enfoque nas cenas do Rio de Janeiro. Os autores apontam essa cidade como grande concentração de favelas, já que vive desde início da sua criação conflitos associado à derrubada dos cortiços e crescimento da população considerada pobre nos morros, em virtude das lutas políticas entre oligarquias e o povo. Trabalhos como: do Prado Valladares, L., Medeiros, L., & Chinelli, F. (2003). *Pensando as favelas do Rio de Janeiro*. Freire-Medeiros, B. (2009). A construção da favela carioca como destino turístico. Valla, V. V. (1985). Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, 1(3), 282-296, dentre outros, que trabalham com a perspectiva de estudos e análises da realidade das favelas cariocas.

história, tem relação com a compreensão da problemática dos estudos sobre segurança que propomos fazer aqui.

Outros estudos chamam atenção para o fato de que os estudos sobre a favela, seus moradores e sua história, tem ficado a margem dos interesses daqueles que estudam o pensamento social no Brasil na primeira época do Brasil enquanto República. As favelas eram vistas como forma de organização social de pouca expressão, e quando os estudiosos se debruçavam sobre os estudos da favela anunciavam perspectivas de estudos que reforçavam os preconceitos dos movimentos higienistas e sanitaristas. (Valadares e Preteicelle, 2000).

Sendo assim, dentro do escopo da história do Brasil, a construção social e política das favelas ficou às margens das produções e pesquisas. Entretanto, acreditamos ser importante retomar as produções e a história das favelas no cenário brasileiro, com enfoque nos estudos sobre as favelas belorizontinas para compreendermos de forma mais ampla a articulação das favelas com os dilemas da segurança pública.

3.2 A Favela, na história : Incursos sobre a pobreza

Um som de samba interrompe
tão sérias indagações
e a cada favela extinta
ou em bairro transformada
com direito a pagamento
de COMLURB, ISS, RENDA,
Outra aparece, larvar,
rastejante, insinuante,
grimpante, desafiante,
de gente qual gente: amante,
esperante, lancinante...
O mandamento da vida
explode em riso e ferida.
Carlos Drummond de Andrade (1979)

A favela vista como uma problemática do espaço urbano se apresenta como uma questão emblemática e abrangente para pensarmos as cidades brasileiras e o as desigualdades sociais existentes e a política pública de segurança.

Na maioria das histórias e estudos sobre a favela temos concepções sobre o tema que a descrevem e a analisam como um espaço exclusivo da pobreza e das contradições urbanas. Outro imperativo sobre a articulação entre pobreza e favela, é que nos estudos sobre pobreza, verificamos que há muitos pobres, que não estão apenas nos espaços da favela, entretanto muitos estudos insistem na

favela como *locus* da pobreza, o que reduz o debate sobre as desigualdades sociais e manutenção de preconceitos a questões econômicas e de acesso a bens materiais:

Entendo a favela como um espaço, comunidade, local onde tem "barracos sem serem rebocados, beco, desconforto visual. Eu não gosto de gente aglomerada, mas é nesse espaço que as pessoas são solidárias. É uma contradição, você chega na casa das pessoas pensando que elas não tem condições e você vai lá e entra e tem pessoas que tem uma televisão de 42 polegadas, sei que a visão que eu tenho da favela é terrível, mas nós estamos aqui para prestar serviço para a sociedade. (Interlocutor C em Diário de campo em 11/05)

Outro apontamento importante no que diz respeito aos estudos sobre as favelas é a necessidade de compreendermos esse espaço a partir de sua heterogeneidades. Observamos que muitas representações sobre as favelas reforçam idéias o "tipo ideal" de favelas que se caracterizam pela homogeneização dos grupos que moram no local. Sendo assim, notamos que outras concepções sobre o termo, que considerem as diferenças e as diversidade precisam ser realçadas e abordadas. (Valadares e Preteceille, 2000).

Ao retomarmos os conceitos que se referem à etimologia da palavra favela e seus significados históricos veremos que o nome favela surge em simbolismo a uma planta que existia na cidade de Canudos, interior da Bahia, e que os soldados que participaram da guerra de Canudos ao retornarem a cidade do Rio de Janeiro, deram esse nome ao Morro da Providência. Entendemos a palavra favela, como um tecido política da cidade. Observamos também que os estudiosos sobre as favelas se dividem em termos de perspectivas teóricas e dados históricos quando estudam o início do processo de favelização da capital federal. Alguns estudiosos atribuem o século 30 como emergência das favelas no cenário brasileiro.²³

Outros estudiosos relatam que o ano 20 foi um ano marco para o surgimentos das favelas, e que o substantivo "Morro da favela" passou a ser apenas favela, e se referia as ocupações de terra por pessoas consideradas pobres.²⁴ As pessoas moradoras de favela no contexto do Rio de Janeiro, mais especificamente nos Morros da Providência e Santo Antônio receberam o nome de "favelados", que

²³ Ver mais em Valadares (1991).

²⁴ Ver mais em ABREU, M. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. Espaço&Debates, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

eram geralmente migrantes, sem muitos estudos e acesso as direitos básicos disponíveis no espaço da cidade.

Neste sentido a “fórmula” da favela articulada à pobreza virou consenso midiático e social. Gostaríamos de marcar aqui uma concepção de favela para além dos discursos visibilizados sobre ela, como lugar de violência, criminalidade e pobreza. Favela é um terreno político, e traz a política da favela a tona é sair dos “mitos de origem” sobre a favela e compreenda-la também no lugar de práticas e discursos culturais, identitárias, de existência sociais e políticas:

“Temos que compreender o conceito de favela, como um conceito amplo, não gosto de associar e nem que as pessoas associem a favela , ou as favelas como gente que precisa de serviços públicos, que não dá conta de si, morar ou estar na favela na maioria das vezes é associado com mediocridade, e isso compromete a identificação das pessoas com o lugar que elas moram. Isso é uma definição simplista de favela. Outra coisa, quando pensamos em favela, pensamos no lugar da violência... Violência não é apenas matar, para violência é também necessário visões mais amplas. Fico aqui no Programa Mediação para tentar desconstruir essas visões”. (Interlocutra K em Diário de Campo em 27 de junho as 15:30 no Centro de Prevenção Minas Caixa)

Observamos que dentro da política de prevenção à criminalidade há muitas concepções sobre favela , algumas que corroboram com a compreensão de favela como um espaço político, e outras que reduzem favela a pobreza. A própria concepção da política sobre a favela a coloca no lugar de pessoas que necessitam de serviços públicos e de prevenção à criminalidade:

“Quando pensamos na política de prevenção à criminalidade, pensamos nas favelas, territórios delimitados para ação da prevenção, pensar favela, pensa em tráfico de drogas”. (Diário de campo, 11 de julho, 12:00 no Centro de Prevenção à Criminalidade Minas Caixa).

“E acho que ter programas de prevenção à criminalidade onde tem pobre, negro, morador de periferia não é à toa, tem jogos políticos aí”. Diário de campo, 24 de julho, 12:00 no Centro de Prevenção à Criminalidade Minas Caixa).

O fenômeno da redução das favelas à pobreza revela e tem relação com pensamento urbanístico e com o projeto político que circula na sociedade brasileira sobre a construção das cidades. Pensamentos e projetos que pactuam com uma lógica capitalista e neoliberal que diz que uma das formas do pobre ocupar a cidade e terem acesso a elas é por via da favela, lógica histórica recorrente na

contemporaneidade . (Valadares, 2005). E gera reflexo das políticas de forma geral, e na política pública de segurança que implanta nas favelas programas considerados sociais e que possibilitam o acesso aos direitos básicos do cidadão morador da favela. O que nos remete ao conceito de cidadania. Para compreendermos esse conceito lançaremos mão dos escritos de Souza (2006). Para ele, não há como pensar cidadania separada dos direitos políticos, econômicos e sociais.²⁵

No contexto da sociedade brasileira, um direito é sempre posto na frente do outro, e para termos um processo de cidadania, é necessário a garantia desses direitos de forma equivalente, como por exemplo, no século XIX a sociedade brasileira foi marcada por grande representatividade política, enfocando assim os direitos políticos, que eram bem mais extensivos do que em outras sociedades ocidentais , o que gera uma situação de refluxo, outros direitos ganham mais destaques em outras cenas brasileiras, como por exemplo, os direitos sociais no Estado Novo, o retorno dos direitos político na época da ditadura, entretanto a aparição conjunta dos três direitos no contexto brasileiro não tem é muito visualizada, o que gera vários processos de desigualdade, que é característica do período da escravidão.

Como sabemos, o processo de abolição da escravatura não garantia de forma integral os direitos da população que até então ficava as margens sociais. Os processos de desigualdade social e não acesso a cidadania atribuídos nas favela podem ser compreendidos pelo conceito de **tríade meritocrática** , proposta por Souza (2006). Esse conceito refere-se ao fato de que no contexto das sociedades periféricas, o que legitima o sujeito está associado a sua qualificação, salário e prestígio, ambas as características associadas à lógica do mercado, o que determina a posição do sujeito dentro do contexto social é a sua qualificação (o que o sujeito faz, e como o que ele faz contribui para os jogos do mercado e da economia), que determinará seu salário e seu prestígio.

A tríade meritocrática além de reforçar concepções neoliberais de mercado, concebe o sujeito pela ótica dos aspectos econômicos, reforçando a idéia do esforço individual, e atribuindo o sucesso do sujeito ao esforço que teve, gerando assim uma falsa ideologia do sucesso, e amenizando os debates sobre quem tem acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos. Pela lógica da tríade, o sujeito é quem é responsável pelos seus fracassos e sucessos, o debate sobre o coletivo na legitimação do sujeito fica assim apagado. Sendo assim, o sujeito se localiza em

²⁵ Ver mais em Souza, Jessé. (2006) *A gramática da desigualdade brasileira*.

uma posição subalterna , já que as possibilidades de sua ascensão social estão vinculadas a sua qualificação, instaurando modelos competitivos embasados na desigualdade.

Assim , entendemos que os debates que reforçam a favela como lócus da pobreza, e como o lugar da violência e do tráfico de drogas, portanto território de intervenção da política de segurança pública auxiliam na manutenção e na disseminação da tríade meritocrática, reduzindo os debates sobre cidadania, a garantia de um direito ou outro. Acreditamos que pensar a história das favelas no contexto brasileiro, é trazer á tona os processos de desigualdades sociais e políticas, de negação a acesso de direitos. Pensar as favelas, para nós tem relação com a seguinte pergunta *Que país é esse? Que (in) segurança pública é essa?* Tem relação com pensar a história da sociedade brasileira e suas contradições.

Observamos também que a favela na maioria da vezes é definida pelo que ela não é, e pelo que ela não tem. Nesse sentido, é aprendida como um espaço de ausência, falta de água de luz, de direitos, de expressão, de infra-estrutura, enfim de expressão do caos. (Silva, 2002). E é por ser pensada assim que se constitui como alvo de intervenção de tantos jogos políticos.

Campos (2011) ao estudar a história das favelas no Brasil identifica três versões. Uma *primeira versão*²⁶, que traz como marco histórico o fim da Guerra do Paraguai que traz como conseqüência os processos de *desterritorialização*, compreendida pelo fato de perder um território em que se viva, ou ser retirado do mesmo. Sendo assim, após a guerra a população foi alocada , e não havia casas e espaços para todos, algumas pessoas foram então enviadas para as favelas e os cortiços. Conforme relatos históricos a população que ocupa essas estruturas em sua maioria, eram homens, negros e pobres.

Pensar a história da ocupação das favelas está fortemente articulado com a construção social dos direitos e cidadania no Brasil (Souza, 2006). Notamos que quem tinha acesso a esses atributos ocupava lugares elitizados. E como conta essa primeira versão, entre os cortiços e as favelas, o pior lugar de habitação eram as favelas , já que reunia muitas pessoas em barracões considerados íngremes e sem muitas estruturas, homens considerados “boêmios” e que não trabalhavam, mulheres que costuravam para fora, crianças que vendiam mercadorias, e também pessoas doentes. A primeira versão conta que a favela já preexistia a abolição, o

²⁶ Ver mais em *BRASIL:1900-1910*.(1985). In: Nosso Século, Vol.1. São Paulo: Abril Cultural; BERNARDES, L.M.C (1992 -1962) *Evolução da paisagem urbana no Rio de Janeiro até o início do século XX*. In: ABREU, M. de. A.(org) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

que remete a sua ocupação após a guerra do Paraguai, e não tem relação com um processo de acontecimentos, mas com fatos isolados.

A *segunda versão* tem referências históricas na inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, que se iniciou em 1858 permitindo , a partir de 1861 a ocupação rápida das regiões periféricas atravessadas pela ferrovia. (Abreu, 1988:43). A inauguração dessa ferrovia gerou deslocamentos da população elizada para direção das praias e das montanhas, e a população pobre para os arredores das ferrovias, fenômenos associados ao contexto do Rio de Janeiro. Associado ao contexto da ferrovia, há também a revolta de Canudos emergida no interior da Bahia. As pessoas que voltaram da guerra precisam de habitação, e favela segundo a tese de Abreu (1988; 1992) seria o único local possível para o abrigo dessas pessoas.

Por fim , a *terceira versão*, tem relação com a ocupação dos espaços das favelas pelos negros. Conforme afirma Campos (2011), na literatura e na história brasileira, o negro pouco se fez presente , seja como ator e/ou como criador das tramas sociais, quando essas fenômenos acontecem observamos que o aspecto religioso sobressai, a dimensão política assim fica invisibilizada. O que abre espaço para atribuição do espaços dentro do imaginário social para tratar a questão negra na formação dos espaços sociais e espaciais brasileiros na perspectiva da vitimização desses atores , excluindo-os dos debates políticos na história e no desenvolvimento das cidades. Sendo assim, tanto os negros quanto os pobres eram removidos das áreas centrais da cidade:

Os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de erradicações de epidemias , além de naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. (Chalhoub, 1996, 29)

Podemos observar forte presença da ideologia higienista no trecho acima e nas concepções associadas à favela no imaginário social. A terceira versão da história narra que vários cortiços foram postos abaixo, e com a destruição dos cortiços como possibilidade de surgimento das favelas.

Observamos que nas três contextualizações históricas sobre favela , ambas tem em comum a caracterização do espaço como tecido urbano delimitado no espaço e no tempo. A terceira história vincula a favela aos processos de criminalização e discriminação associados a determinados grupos sociais.

Podemos dizer que os preconceitos vivenciados pela população moradora de favelas hoje, são anteriores a própria existência da favela.

As favelas podem ser compreendidas como uma transmutação dos espaços quilombolas, é como se a favela representasse para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. (Campos, 2011, p.64). Ambos pode sem entendidos como espaços de resistência²⁷ e lutas sociais e políticas, que fazem relevar as dinâmicas de segregação e exclusão social existentes nas lógicas de organização das cidades.

3.3 As Favelas, na história: a cidade de Belo Horizonte

Favela que escreve/ Favela que lê/Favela que canta/ Favela que fala/ Favela que traça/ Favela que inspira. Poesia e Favela

Após retomarmos a história sobre favela no cenário brasileiro abordaremos agora aspectos que tangem a história das favelas em Belo Horizonte. A origem das favelas em Belo Horizonte traz a tona os aspectos da construção da cidade. Em termos de padrões arquitetônicos e urbanísticos, Belo Horizonte foi um cidade planejada para ser centro administrativo e político de Minas Gerais. Entretanto, não havia se pensado dentro do projeto urbanístico da cidade lugares para os trabalhadores que iriam trabalhar na sua construção residirem, pessoas consideradas como temporárias na cidade²⁸. Desde início a cidade planejada para ser capital tinha como objetivo cerne receber e agrupar funcionários públicos e os funcionários advindos de Ouro Preto.

Entre os anos de 1893-1897, a população teve um grande crescimento populacional, de aproximadamente 2.650 para 12.000 mil habitantes, neste sentido o esquema de hospedaria provisória pensada para aproximadamente 200 trabalhadores foi insuficiente para acolher as pessoas que chegavam à cidade, o que gerou o aparecimento de barracos e outras estruturas. Sendo assim, no ano de 1895, Belo Horizonte tinha duas áreas consideradas como territórios invadidos: a

²⁷ Entendemos o termo resistência, de acordo com a literatura, como um fenômeno psicopolítico de atos que podem ser voluntários ou conscientes de sujeitos ou pequenos grupos que estão dispostos a rebelar-se e não aceitar a ocupação, refere-se aos processos de organização espacial dos grupos minoritários. (Campos, 2011, p.51)

²⁸ Ver mais sobre em Guimarães (1991);

região chamada de Córrego do Leitão e da Favela do Alto da Estação, ambas com aproximadamente 3.000 mil pessoas. (Guimarães, 1992).

Inicialmente o poder público não se importou com as invasões realizadas pelos trabalhadores, todavia quanto o projeto de cidade estava próximo de ser entregue, as invasões passaram a ser pauta de intervenção do governo, que promoveu a primeira remoção das favelas em 1902. Ao contrário dos movimentos de remoção que ocorrem no Rio de Janeiro marcados por ações de expulsão da população, em belo horizonte, a remoção foi feita através da promulgação de uma Lei que estabeleceu áreas de moradia para a população trabalhadora. Porém, o crescimento contínuo, a invasão aumentou e passou a ser severamente combatida pelo poder público. O movimento de apropriação-expulsão nos primeiros 30 anos dos moradores/trabalhadores foi constante:

À medida que eram expulsos de uma área, parte da população conformava-se em mudar para o lugar destinado pelo poder público, em geral locais mais distantes, sem infra-estrutura urbana e equipamentos, e parte rebelava-se indo formar novas favelas em área próxima a que moravam e de onde, mais tarde, eram novamente expulsos. (Guimarães, 1992, p.12)

Sendo assim, as favelas na cidade de Belo Horizonte denunciavam os movimentos de ocupação desordenada na cidade, que intensificou os movimentos de remoção dessas pelo discursos de que as favelas, mesmo longe das áreas centrais da cidade eram regiões de alta periculosidade , criminalidade , marginalização e concentração de pobreza. Notamos que a história de remoção das favelas belo horizontinas traz a criminalidade como pauta de debate, o que justifica também, por meio de discursos oficiais, a presença de programas de prevenção à criminalidade no local. Começamos a localizar aqui, os jogos e estratégias políticas que envolvem a presença dos centros de prevenção à criminalidade neste contexto. Favelas como, Pedreira Prado Lopes (PPL), a mais antiga de belo horizonte, Acaba Mundo e dos Marmiteiros, Pindura Saia sofreram várias remoções e resistiram também a esses processos.

Na década de 40 as favelas aumentaram e começaram a ocupar áreas mais distantes como a região de Contagem, na região da cidade industrial. Surge também movimentos e associações que procuram lutar pelo direito dos favelados, a chamada Uniões de Defesa Coletiva e Federação dos Trabalhadores Favelados

de Belo Horizonte²⁹. Sendo assim, o tema da favelas em Belo Horizonte vira pauta política, e políticas públicas são pensadas nesse âmbito. A Prefeitura lança então um departamento para trabalhar com as demandas dos bairros populares (DBP) na cidade de Belo Horizonte no ano de 1955. Esse departamento passa a construir conjuntos habitacionais para continuar o processo de remoção de favelas, movimento marcado também por muita resistência da população.

No ano de 1963 ocorreu o primeiro Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana no País, que teve como pauta, as moradias populares, e o governo mineiro passou a se debruçar mais sobre esse tema, reforçando a política de construção de conjuntos habitacionais e inaugurando os processos de urbanização das favelas (Plambel, 1967). Todavia, com o golpe militar em 1964, o governo repensou a decisão, e as favelas passam a ser então, objeto de intervenção policial.

Observamos que a história das favelas em Belo Horizonte revela vários paradoxos mencionados no segundo capítulo dessa dissertação. O **paradoxo da repressão e prevenção**, que coloca em pauta os debates sobre a segurança emergem junto com o contexto histórico e político de Belo Horizonte. Ao início desse trabalho falamos também sobre a grande articulação entre as políticas de segurança pública e políticas de urbanização, notamos que ao nos debruçarmos sobre a contextualização histórica das favelas na cidade de Belo Horizonte que o encontro entre essas políticas se apresentam desde início, e revelam também dilemas de ocupação e reconhecimento político e social.

Criam-se programas de urbanização das favelas como o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM-1981) que tinha como objetivo desenvolver projetos de urbanização e regulamentação da posse de terras nas favelas belo-horizontinas. Esse programa foi desativado em 1984 por questões políticas associadas a questões do governo, e foi criado o PRÓ-FAVELA, que se constituiu como um programa de reconhecimento das terras ocupadas pelas pessoas moradoras da favela. Programa que deu origem a criação da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), órgão criado em 1986, pertencente à prefeitura e que passou a cuidar de questões associadas à urbanização, regulamentação de posses de terras, remoção, dentre outras associadas ao contexto das favelas. Importante ressaltar que no contexto do programa mediação de conflitos muitas demandas associadas ao contexto da URBEL chegam, muitos

²⁹ AFONSO, Maria Resende. (1988). AZEVEDO, Sérgio de. Poder público e movimento de favelados. IN: POMPERMAYER, Malori. *Movimentos sociais em Minas Gerais, emergências e perspectivas*. Belo Horizonte, UFMG.

moradores das favelas em conflitos associados aos requisitos de remoção estipulados pela URBEL, o que revela as contradições presentes nas políticas de urbanização e ocupação operacionalizadas na cidade de Belo Horizonte.

Pensar as favelas na cidade de Belo Horizonte está para além dos debates sobre os aspectos referentes ao processo de urbanização, mas envolve aspectos políticos, históricos e sociais no que tangem a política pública de segurança como uma tecnologia de vigilância dentro das favelas e sua articulação com as políticas de urbanização. Envolve pensar jogos políticos da manutenção de preconceitos associados as favelas belorizontinas como lugares de criminalidade, violência e pobreza, representações muito calcadas na história inicial das favelas em belo horizonte. É sobre esses processo, violência e pobreza que abordaremos nos próximos tópicos.

3.4 A violência, sociedade brasileira e discursos de controle

Penso vir da magia da vida que tem a proteção não avistada pelos olhos do corpo, porém, atizada, ritmada pelo pulsar do tambor. Vem da força que incendeia a veia do coração, vem como veio pra Zumbi dentro da embarcação. (Barbosa, Valéria. Poesia e Favela)

O tema da violência não é uma questão recente, assim como o tema da segurança e da favela. As práticas violentas começaram a ser discutidas desde o século XIX por diversos campos de saberes, como: Economia, Medicina, Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Geografia e História. (Hayeck, 2009).

Alguns teóricos que se debruçam sobre a problemática da violência foram: Marx, Hegel e Nietzsche. Conforme Filho (2001), teórico como Marx compreendiam a violência como algo a ser superado, e não como um fenômeno associado a uma questão “natural” do sujeito. Já Nietzsche acreditava na violência como um fenômeno pertencente ao sujeito. O que inaugura os debates sobre a “naturalização” da violência. Observamos os reflexos desses debates no contexto da política de segurança pública quando há, em alguns contextos, uma afirmação de que as pessoas que nascem ou moram na favela são violentas, naturalizando a questão e simplificando o tema da violência aos aspectos econômicos e territoriais.

Compreendemos a violência como um fenômeno psicopolítico e social, entretanto se abordamos os relatos sobre violência existentes na idade média, a violência física se apresenta como um fenômeno recorrente e comum a prática dos

sujeitos daquela época. Neste sentido, observamos ao analisar o processo civilizador e a universalização dos costumes que os sujeitos ao pactuarem as normas de convívio atribuíram ao Estado o monopólio do exercício da violência, sendo assim a violência passou a ser um fenômeno associados aos dispositivos de controle do Estado. (Elias, Norbert, 1997).

Os debates sobre violência ficam mais recorrentes na década de 80, em que o tema da violência foi reconhecido como um problema social e inerente as contradições da vida cotidiana, sendo assim o termo passou adquirir vários sentidos e conceitos, e se ampliou no sentido de envolver ações físicas, morais, psicossociais. A uma vastidão de conceitos sobre as distintas violências, entretanto abordaremos a temática , pelo conceito de Michaud, 1989, p.7.: a violência pode ser compreendida como:

- a) O fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação;*
- b) o ato através do qual se exerce a violência;*
- c) uma imposição natural para a expressão brutal dos sentimentos.*
- d) a força irresistível de uma coisa,*
- e) o caráter brutal de uma ação.*

Podemos compreender assim a violência como dentro de um contexto internacional , em que existe dois ou mais atores, pode ser exercida de forma direta ou indireta, pode gerar situações danosas para várias pessoas, no sentido físico, moral, impedindo as participações simbólicas e moral do sujeito. Pensar a violência enquanto um fenômeno psicopolítico exige lançarmos mão das análises históricas, sociológicos, antropológicas considerando suas interfaces com as questões sociais, morais, econômicos, psicológicas e institucionais. (Minayo, 1994). Pensar o tema da violência tem extrema relação com pensar a vida em sociedade.

No contexto da política pública de segurança observamos concepções de violência associadas a modelos de explicação e temos também algumas violências que “ganham” mais atenção, como por exemplo, as situações de violência associadas ao tráfico de drogas e ao homicídio, no caso do programa Fica Vivo, que atende jovens de 12 a 24 anos e que atende jovens envolvidos com uma dessas violências. Já no Programa Mediação de Conflitos, as violências que mais mobilizam atenção dos trabalhadores são : violências associadas ao tráfico de drogas e a violência de gênero.

Durante observação etnográfica realizada no dia 27 de abril no encontro metodológico³⁰ do programa mediação o tema de trabalho das equipe foi “violência de gênero”. Antes de abordar o tema foram apresentadas algumas concepções teóricas de violência que orientam a política pública de segurança:

“Trabalhamos com um enfoque ecológico da violência, que pode ser compreendida como um fenômeno instrumental que tem contextos sensíveis, efeitos, funções, dentre outros. Podemos entender a violência também como um fenômeno que envolve intencionalidade e direcionalidade” (Diário de campo em 24 de abril em Encontro Metodológico do PMC realizado no salão da Igreja da Boa Viagem, durante o período de 13:00 as 17:30 horas)

Observamos que durante os debates sobre os conceitos de violência na segurança houve muitas divergências em relação à idéia da violência como um fenômeno que envolve intencionalidade, no sentido de que aquela pessoa que pratica a violência quer praticar a violência. Ocorrem bons debates ao entorno dessa temática. Notamos também uma concepção de violência calcada na dicotomização entre vítima e agressor, e um trabalho da segurança pública voltado para o atendimento das chamadas “vítimas” da violência. No caso do Centro de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixa, a temática de violência de gênero mobilizou bastante a equipe que construiu um projeto temático³¹ sobre a violência de gênero.

Problematizamos durante as rodas de conversa realizadas no centro de prevenção, como essas violências chegavam ao contexto de trabalho das equipes e observamos que a equipe trouxe discursos bem associados às diretrizes da política que é trabalhar com a dinâmica criminal do território em que estão inseridas, e para isso é necessário localizar as violências associadas ao tráfico e homicídio, todavia no contexto prático para além dessa violências outras chegam, como violência de gênero, contra idosos, crianças e adolescentes. Localizamos assim, uma tensão entre aquilo que a política determina e compreende como violência, e o as violências que batem à porta das equipes técnicas do Centro de prevenção. Compreendemos as violências assim como a segurança pública, como um dispositivo de poder, no caso da violência, dispositivo composto por diversas linhas de realização, que acontece na relação com o outro, utiliza mecanismos de força e coerção, gerando prejuízos sociais (Santos, 2002).

³⁰ Os encontros metodológicos acontecem quinzenalmente no cenário do Programa Mediação de Conflitos e trazem como pauta demandas que se apresentam como recorrentes nas relações cotidianas do Centro de Prevenção à Criminalidade.

³¹ Os projetos temáticos são ações proposta pelo Programa Mediação de Conflitos a partir de leituras feitas de demandas que chegam ao contexto do Centro de Prevenção à Criminalidade de forma recorrente e são transformadas na pauta de trabalho de um projeto.

Já Hanna Arendt (2003) compreende a violência como algo que se opõe ao poder, pois é a desintegração das situações de poder que possibilitam o surgimento da violência. Todavia, não concordamos com essa perspectiva de violência, já que entendemos as relações sociais por via das relações de poder, e o poder não é algo unilateral, mas está em todas as relações, é circundante³², sendo assim podemos compreender a violência com um fenômeno que traz à tona situações desiguais de poder revelando hierarquias e preconceitos sociais. Além disso, as violências revelam as lógicas excludentes do sistema capitalista e neoliberal, e tem a função de organizar as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão. (Filho, 2001, p.22).

No caso da sociedade brasileira a violência está associada ao Brasil colonial e agrário, eventos históricos como, o sistema escravocrata (que gerava poucas “estranhezas” no contexto, a violência contra os homens, mulheres, idosos, crianças, enfim contra a população negra e em situação de pobreza era tratado como algo “natural” e necessária para organização social e política da polis – Campos, 2011; Foucault. 1978), o alto número de infanticídio no período do Brasil Colonial, as emboscadas e guerras urbanas que marcaram o período imperial e republicano, como por exemplo, a guerra do Paraguai, coronelismos, dentre outras práticas violentas. (Buoro, 1999).

A violência em termos de Brasil é fundadora gerando uma cultura “tradicional” herdada no sentido da utilização das relações violentas para organizar os aspectos sociais, como realça Filho (2001). Um teórico que contrapõe os argumentos da violência como uma “herança herdada” é Adorno (2003) que considera como perigoso esse argumento sustentando um “congelamento histórico” sem promover espaços de interpretação e atualização das violências.

Concordamos com esse teórico, entretanto achamos importante retomar os aspectos históricos para compreender a violência enquanto um fenômeno psicopolítico associado à história, cultural e sociedade. Porém, lançamos mão dos elementos históricos para dialogar com as atualizações sobre o tema, como por exemplo, a violência criminal ganha muito enfoque nos estudos sobre o tema hoje:

bairros mais sofisticados quanto nas favelas, ela abrange o centro e a periferia, perpassando pelas diversas classes sociais. Vários tipos e formas de violência são noticiados e espetacularizados, dentre elas podemos citar algumas, tais como: roubos, furtos, assassinatos, seqüestros, guerras, atentados, terrorismo, violência física, violência sexual, violência psicológica, tortura (muito utilizada por regimes autoritários e o durante períodos ditatoriais), violência policial, dentre outras, sendo estas, demonstrações de produções modernas da violência. Até mesmo a arquitetura

³² Ver mais em Foucault, Michel. Aulas de 11 de janeiro de 1978, p. 4.

contemporânea demonstra o medo da violência. Hoje, as casas possuem muros altos, com cercas elétricas, sem nenhuma visibilidade para a rua, com cães de guarda e alarmes. O fato é que arquitetura de espaço aberto cedeu seu espaço para a defesa e a proteção, porém, nos bairros mais pobres e favelas, a violência é escancarada, sem ser escondida por cercas e muros. Não há mais “o sabor pela vida exterior, interioriza-se, e o que se busca, desesperadamente é a segurança e a defesa.” (ODALIA, 1985: 10).

Observamos na concepção sobre violência acima, uma tentativa e um convite da autora de ampliar o fenômeno da violência que está em toda a parte, entretanto quando se trata das regiões periféricas e favelas a violência é posta como um fenômeno de maior preocupação. Notamos também uma proposta da violência como um problema de segurança, o que nos auxilia na compreensão das ações da prevenção estarem voltadas com mais intensidade para as favelas, todavia tais ações reforçam os preconceitos e o imperativo “violência está na favela”, gerando processos de criminalização mais constantes associados a esse território, questões que queremos problematizar. Há no Brasil a presença muito forte de um país cordial³³, de um povo sem conflitos e pacífico, que invisibiliza uma séria de tensões e preconceitos que ficam nas entrelinhas da chamada cordialidade, além disso há necessidade de **não** reforçamos os argumentos de que a pobreza é a causa exclusiva da violência.

Consideramos os argumentos que relacionam pobreza com a violência como incorretos, já que não há como estabelecer uma relação direta entre eles. Como realça Adorno (2003) autor que defende também essa hipótese, que a pobreza não deve ser a única explicação para o crime, o pensamento que associa pobreza e criminalidade, pode assim reforçar os processos de criminalização e punição sobre os grupos menos favorecidos. Podemos observar que geralmente as estratégias de controle expresso pelo Estado sobre os grupos menos favorecidos envolvem a violência como pauta, e geralmente a pobreza é tratada como uma questão de polícia. (Campos, 2011, p.64). O que restringe a segurança pública a práticas policiais e a pobreza.

Sendo assim, observamos que violência se apresenta complexo, pluricasual e polissêmico³⁴ entendemos que as violências se tornaram um campo de intervenção interdisciplinar e fértil para a segurança pública. Todavia, não podemos reduzir os fenômenos como pobreza, violência e criminalidade como sinônimos de favela. Já que algumas máximas são disseminadas no contexto social como: pobreza é a causa da criminalidade, a desigualdade social é a causa da

³³ Fazemos alusão aqui à obra de Sérgio Buarque de Holanda, em que ele aborda em seus escritos a ideia de homem cordial.

³⁴ Ver mais em Zaluar, Alba. (2002). Oito temas para Debates: Violência e Segurança Pública. Sociologia: Problemas e Práticas, 2002.

violência, a violência aumenta e cresce. Máximas que tratam os fenômenos da violência, da pobreza e da segurança em perspectivas da causalidade, sem trazer para a compreensão aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais, dentre outros para cena do debate. Sendo assim, fica a necessidade de interpelarmos perspectivas analíticas que prezam pela causalidade reforçando lógicas de poder e controle sobre determinados grupos, e lançar lentes analíticas que ampliem os fenômenos associados à violência. É importante lembrar que o debate sobre violência não pode ser reduzido apenas campos de estudos sobre segurança pública e aos índices estatísticos:

“O fato das pessoas acharem que a segurança pública é apenas responsabilidade da polícia, e que a polícia é quem faz justiça”.
(Diário de campo em 25 de maio no Centro de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixa – discurso de A.A)

É sobre os dilemas que este trabalho tem procurado a se debruçar, no sentido de compreender que estratégias políticas e intencionalidades há por trás dos imperativos associados às concepções de segurança e violência que mantêm as ações da prevenção à criminalidade, não no sentido de criar versões maniqueístas sobre os fenômenos, mas de compreendê-los de forma ampla e complexa e analisar seus impactos no campo social. No próximo tópico abordaremos a temática da pobreza articulando com as questões da violência e favela.

3.5 Pobrezas, discursos de criminalização, espaço político e social

Um poema negro
Nada mais denuncia
Que não a negrice
Da alma, da existência!
(Honorato, Severino. Poesia e favela)

Observamos que as concepções de pobreza e violência no contexto da prevenção à criminalidade aparecem muito articuladas, e as concepções de pobreza aparecem questionando a função da política da segurança no território da favela:

“O Centro de Prevenção trabalha com pessoas muito pobres, e não é pobre apenas de bens materiais não Luana, pobreza de cultura, educação, coisas essenciais para a sobrevivência. Será que esta política dá conta de tudo?”.(Diário de Campo em 25 de maio no Centro de Prevenção à criminalidade do Minas Caixa, discurso de A.A)

Compreendemos a pobreza como um fenômeno multidimensional e complexo. O conceito de pobreza, assim como o de violência tem várias abordagens, uma delas tem forte relação com o desenvolvimento macroeconômico, que são os conceitos de pobreza *relativa* e pobreza *absoluta*.

O primeiro conceito se refere à relação direta entre desigualdade social e distribuição de renda. A pobreza relativa é explicada pela posição ocupada pelas pessoas consideradas pobres e situadas em camadas inferiores de vida em relação às pessoas consideradas bem posicionadas, ou seja a pobreza relativa coloca como critério de avaliação, a posição que a pessoa ocupa em relação aos padrões de vida que circulam no contexto social.

O índice de pobreza relativa é medido quando temos a situação de um sujeito comparado a outros no sentido de atributos que ele possui relacionados, a renda, emprego e poder. Esse conceito instaura alguns paradoxos, como por exemplo, a redução de pobreza a apenas acesso a bens materiais, e confusão dos conceitos de pobreza e desigualdade. Já o conceito de pobreza absoluta refere-se quando temos o estabelecimento de padrões referentes ao nível mínimo que os sujeitos precisam para sobreviver (compreendido como limite da pobreza), e determina a população que está abaixo desse nível. Para calcular o padrão mínimo das necessidades consideram-se os aspectos biológicos, sociais e econômicos dos sujeitos (como por exemplo, valores nutricionais necessários a sobrevivência, vestuário, habitação, salário, dentre outros). Geralmente ambos os conceitos são empregados de forma conjunta com objetivo de analisar o fenômeno da pobreza. (Crespo e Gurovitz, 2002).

Observamos assim, que os debates sobre pobreza estão bem calcados nas condições econômicas dos sujeitos. Com a incorporação da pobreza absoluta, observamos um deslocamento das situações econômicas para considerar outros aspectos. No contexto da segurança, muitos trabalhadores associam a pobreza há uma ausência de bens materiais, e falam ao longo das etnografias, que se assustam quando chegam às residências na favela e vêem televisões grandes e outros aparelhos tecnológicos. Notamos assim, que a pobreza, na cena do centro de prevenção aparece bem articulada com a noção material e financeira.

Durante o século XX, concepções sobre pobreza foram desenvolvidas e esse fenômeno era tratado como sinônimo de sobrevivência, necessidades básicas

e privação relativa. O primeiro tema, pobreza articulado com sobrevivência prevaleceu até a década de 50 , em que os nutricionistas afirmaram que as condições de renda dos sujeitos considerados pobres não eram suficientes para manter seu equilíbrio físico. Esse modelo de concepção da pobreza teve grandes influências na Europa e no mundo inteiro, teve suas concepções teóricas na Inglaterra e sofreu grandes críticas já que para compreender a pobreza utiliza índices estatísticos para entender os recursos de sobrevivência (pensando nos elementos nutricionais e biológicos para que o sujeito consiga sobreviver) e não em termos mais amplos. Já na década de 70, pobreza era tomada como uma questão de ausência de necessidades básicas, que envolvia saneamento básico, água potável.

A Organização das Nações Unidas (ONU) adotou esse conceito na tentativa de ampliar o anterior e agregar outros aspectos na compreensão do fenômeno de pobreza. Já na década de 80, a pobreza passou a ser vista como privação relativa, conceito proposto por Amartya Sen que entende a pobreza como uma questão de privações relativas a várias esferas da vida. (Crespo e Gurovitz, 2002).

Outro conceito de pobreza utilizado no campo de estudos sobre o tema é a concepção de Amartya Sen (1999). Para esse teórico a pobreza esta relacionada com a privação das capacidades básicas do sujeito, deslocando assim os debates sobre pobreza dos aspectos econômicos, que compreendem esse fenômeno apenas como uma questão de estar localizado em determinado patamar econômico ou não.

Neste sentido, por capacidade podemos entender como um tipo de liberdade para ter estilos de vida diversos, e estabelecer combinações alternativas aos chamados “padrões de vida” até então classificados e estabelecidos:

Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém a primeira pessoa possui um "conjunto capacitário" diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda. (Crespo e Gurovitz, 2002, p.5)

Observamos que o que essa abordagem da “privação das capacidades” propõe é analisar a pobreza a partir de outros aspectos envolvidos na cena desse fenômeno deslocando o debate apenas das discussões sobre renda. Associa o conceito de pobreza aos hábitos e estilos de vida do sujeito, nos convidando a pensar os aspectos históricos, econômicos e culturais envolvidos nesse fenômeno. Para avaliar e tecer o argumento da privação das capacidades Sen (1999) elenca

cinco tipos de liberdade que é importante para compreendermos os sujeitos na cena da pobreza, ou para saída do sujeito dessa situação: *liberdades políticas* (que estão relacionadas ao poder de decisão das pessoas sobre quem vai governar, como vai se estabelecer esse governo, quem deve exercê-lo, liberdade de expressão política, capacidade de criticar autoridades, de distinguir partidos políticos). Essa liberdade inclui os direitos políticos dos sujeitos e a sua participação na democracia envolvendo diálogo, exercício político, crítica, participação, dentre outros); *facilidades econômicas* (são as possibilidades que os sujeitos tem de utilizar os recursos financeiros para o consumo e troca de mercadorias. Essa facilidade está associada a um contexto macroeconômico, visto que na medida em que aumenta a riqueza e renda de um país, novas possibilidades econômicas surgem em meio à população. O desenvolvimento econômico micro está intimamente ligado as condições econômicas no âmbito social e político macro).

As oportunidades sociais (são aspectos disponíveis no contexto social que dizem respeito às áreas de educação, saúde e que possibilitam o sujeito a se tornar mais participante e ativo nas questões econômicas, políticas e sociais); *Interações sociais* (dizem respeito às relações sociais estabelecidas e segundo Sen – 1999, as relações sociais sejam em nível micro e/ou macro são estabelecidas a partir de níveis de confiança e transparência. Relações que possibilitam assim maior participação dos sujeitos nos contextos políticos e econômicos do país. Relações marcadas por corrupção ou que não são equivalentes interferem no nível de participação e exercício de democracia dos sujeitos).

Por fim, Sen (1999) aborda a *segurança protetora*, que é necessária para construir redes de apoio para impedir que a população afetada pela situação de pobreza chegue a situações como miséria, fome e morte. Essa segurança envolve a construção de benefícios como suplemento de rendas, auxílio desemprego, e outras questões associadas à assistência social. É interessante pensarmos que essas características que o autor chama de liberdades instrumentais, devem ser pensadas de forma conjunta e retroalimentativa.

O conceito de pobreza proposto por Sen (1999) traz em voga questões sociais, políticas, referentes ao contexto do exercício da democracia e cidadania no contexto dos países, amplia os debates sobre a pobreza e traz para a cena se pensarmos a realidade da América Latina e do Brasil, os debates sobre desigualdade e exclusão social. Sobre a segurança protetora entendemos ser uma medida interventiva importante, entretanto sabemos que não é apenas pela via da assistência, que as outras liberdades serão garantidas. Observamos também, que no contexto latino-americano, muitos direitos e liberdades são conquistadas e em

alguns contextos concedidas de forma fragmentada, o que gera sub-condições de sobrevivência e oportunidades sociais.³⁵

Deepa Narayan³⁶ (2000) fez estudos interessantes sobre pobreza, no sentido de expandir as reflexões conceituais sobre pobreza desenvolvidas por Sen (1999). Essa teórica entrevistou várias pessoas em situação de pobreza em todo o mundo, para compreender para essas pessoas, o que era ser pobre. Ela concluiu que os pobres percebem-se na situação de pobreza por vários fatores, como por exemplo, renda baixa, falta de alimentos, doenças, pouco acesso a bens e terras, aos serviços de saúde, situações de preconceito associados a gênero, etnia, religião, classe, situações de isolamento.

Outros problemas como violência familiar, crises econômicas, e uso e abuso de álcool também são nomeadas como situações associadas à manifestação da pobreza, segundo os pobres. Além disso, os pobres também reconhecem a sua não legitimidade em diversos espaços e dificuldades de participação política e expressão cidadã. Por meio dessa pesquisa, notamos que a pobreza ultrapassa as questões materiais ou de renda *per capita*. Quando dizemos isso, não estamos descartando esse indicador como um aspecto de análise da situação de pobreza, entretanto não concordamos com a redução da pobreza, enquanto fenômeno psicopolítico e de diversas expressões a esse aspecto. Entendemos que outros aspectos históricos, culturais e sociais estão envolvidos no contexto multidimensional da pobreza;

Além dos debates sobre o conceito de pobreza, que em sua maioria das vezes, é posto como um fenômeno econômico, observamos também, ao longo da realização da pesquisa, grande associação da pobreza com a questão da criminalidade. Notamos que a associação entre pobreza e criminalidade é antigo no imaginário social e em alguns trabalhos teóricos no campo das ciências sociais da década de 70 (Misse, 1993). Uma obra que desloca os estudos teóricos vigentes que abordavam a causalidade entre crime e pobreza foi “*Vigiar e Punir*”, cuja autoria é de Michel Foucault (2011). Os esboços dessa obra foram apresentados pela primeira vez no Brasil nas cidades do Rio e São Paulo no ano de 1975. Esse teórico desloca os estudos sobre a causalidade criminal para dentro dos estudos sobre dispositivos que tem o poder de produzir “verdades” sobre a criminalidade e

³⁵ Ver mais em Souza, Jessé (2006). A construção social da subcidadania: Para uma sociologia política da Modernidade Periférica. Editora UFMG, Belo Horizonte.

³⁶ Ver mais em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTMOVOUTPOV/0,,contentMDK:22180198~menuPK:6123473~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:2104396,00.html>. O trabalho chama-se “Voices of the poor”. Pesquisadora com ênfase no tema da pobreza e da democracia. Fez pesquisas interessantes sobre as situações de pobreza na África e na Ásia.

pobreza e discipliná-los. Neste sentido, novas problemáticas sobre o tema são lançadas.³⁷

Alguns trabalhos que tecem a crítica a redução da pobreza à criminalidade³⁸ trazem como pontos críticos a correlação causal direta estabelecida entre os chamados indicadores de pobreza e criminalidade, pontos como:

a) A grande maioria das pessoas que são presas são os considerados “pobres, pretos, desocupados e moradores de periferia” porque a polícia é treinada que tende a associar pobreza (e também a marginalidade) com a criminalidade; Não apenas a polícia, mas como a própria política pública de segurança e os saberes da sociologia quando se debruçam sobre os estudos da criminalidade investem nos estudos sobre tipologias criminais reforçando determinados preconceitos e hierarquias sociais.

b) Os próprios pobres em pesquisa realizadas não se identificam com carreiras criminais, além disso, muitos estudos no campo da segurança relatam que a maioria dos considerados “criminosos” são negros, pobres e homens, mas não tecem explicações entorno disso, não abordam as discussões sobre relações de poder e manutenção de hierarquias sociais. Fornecem dados e estatísticas, mas não tecem análises que possibilitam traduzir as lógicas de poder contidos nos dados estatísticos.

c) “O crime não é privilégio de classes” (Misse, 1993), entretanto é essa ênfase que costuma a ser adotado nos estudos. Surge então a seguinte questão, se crime não é privilégio de classes, porque os crimes dos pobres tem maior visibilidade no contexto político e social, do que o crime cometido pelos ricos? E contexto dos crimes políticos? Da corrupção? Observamos que os debates sobre a criminalidade, a violência e a pobreza são reduzidas as questões da pobreza e dos grupos minoritários, o que mantém preconceitos, lógicas de controle sobre essa população e simplificação do debate.

O objetivo dessa capítulo era trabalhar as temática de favela, violência e pobreza fazendo uma breve contextualização histórica dos temas e questão e pensando essas problemáticas a partir do contexto da segurança pública na cidade de Belo Horizonte, uma vez que os centros de prevenção à criminalidade estão alocados nas vilas e favelas. Sobre os estudos da criminalidade, notamos que muitas concepções “tradicionais” da sociologia dos anos 70 prevalecem com grande

³⁷ A partir das problematizações feitas por Foucault (1974) em “Vigiar e Punir” surgem alguns trabalhos no âmbito da sociologia criminal com influências foucaultinas para conceber o conceito de crime, como por exemplo, Abreu (1980); Pinheiro (1983); dentre outros.

³⁸ Trabalhos como: Campos (1980), Paixão (1983); dentre outros.

força nos estudos sobre criminalidade no contexto da segurança pública hoje. Sendo assim, notamos que os debates sobre os imperativos que afirmam a relação entre pobreza, criminalidade, favela e violência mantém determinadas lógicas sociais.

No próximo capítulo trabalharemos traremos para o cenário da pesquisa uma análise mais aprofundada do encontro com os dados e discursos obtidos no campo. Anunciamos que a problemática da segurança, violência e pobreza foram tônicas recorrentes e unidades de significado importantes para os interlocutores da pesquisa.

CAPÍTULO 4: INTERPRETAÇÕES E SIGNIFICADOS: INTERLOCUÇÕES COM AS CENAS DA PESQUISA.

RESUMO: Este capítulo tem como objetivo tecer análises mais aprofundadas e detalhadas do campo de pesquisa. Lançamos mão assim dos etnométodos, como diário de campo, entrevista e rodas de conversar para investigarmos a problemática aqui proposta, que consiste em compreender as concepções de violência e pobreza que circulam na política de segurança pública. Além disso, um dos nossos objetivos era compreender o histórico dessa política no contexto de Minas Gerais e sua forma de organização, como apresentamos primeiro capítulo dessa pesquisa. Inicialmente apresentaremos um exame atento das informações coletadas em campo por meio dos grandes eixos de análise que surgiram durante os diálogos estabelecidos com a equipe do centro de prevenção à criminalidade no Minas Caixa. No segundo momento apresentaremos as unidades significativas que surgiram dos grandes eixos analíticos. Por fim, apresentaremos uma síntese das unidades significativas. Entendemos a análise de dados como um trabalho incessante que prossegue do início ao fim do trabalho de pesquisa. Pretendemos assim estabelecer, mais especificamente neste capítulo, as relações entre o contexto pesquisado e as realidades históricas e políticas conectadas a problemática proposta.

4.1 Intertextos no campo, tecendo análises

“Conceber, recriar, construir uma nova canção
Será transformação?
Rasgar a página do mapa”
(Cobra Coral em Música “Linhas Gerais”)

Compreendemos a pesquisa como um movimento político, histórico e social que tem relação com os contextos que estamos inseridos³⁹. Neste sentido, a pesquisa pode ser compreendida com uma prática cotidiana, que nos faz questionar as realidades e também pensar sobre a construção do pensamento social e político vigente na sociedade na qual estamos inseridos. Para nós, o movimento de análise e interpretações de dados se caracteriza como uma atividade constante no exercício da pesquisa mantido do início ao fim.

Apresentaremos neste capítulo análises mais detalhadas e atentas sobre o campo de pesquisa que teve como inspiração os princípios das etnopesquisas. Ao longo do trabalho procuramos dialogar o campo com os estudos teóricos que lançamos luz para nos debruçar sobre a problemática desta pesquisa, que são as concepções de pobreza e violência no campo da segurança.

Para fazermos um aprofundamento e detalhamento maior de dados sobre o campo, os movimentos de traduzir o campo se deram em dois momentos principais: um primeiro momento em que tomamos nota dos escritos etnográfico do diário de campo, no sentido de realizar um exame atento das informações coletadas e elencar o que chamaremos aqui de *grandes eixos analíticos*. Tais eixos surgiram no encontro com campo e são significativos para compreendermos a problemática dessa pesquisa. Após a leitura do diário estabelecemos como grandes eixos os temas: *Público e demanda que o centro de prevenção à criminalidade atende; Relação entre Mediação e Comunidade; Trabalho conjunto na cena do centro de prevenção; Mudança e transitoriedade das equipes; Relação entre pesquisadora-campo; Relação entre trabalhadores da política de segurança e Estado; Instrumentos e Rotinas de trabalho dos programas mediação de conflito e fica Fivo;*

³⁹ Ver mais em: Macedo, Roberto Sidnei. (2012). *A etnopesquisa implicada: Pertencimento, criação de saberes e afirmação*. Brasília: Líber Livros e Macedo, Roberto Sidnei. (2010) *Etnopesquisa Crítica: Etnopesquisa-formação*. Brasília: Líber Livros.

Os *grandes eixos analíticos do trabalho* dizem respeito a características elencadas e problematizadas pelos interlocutores de pesquisa e que contém *unidades significativas e não significativas de análise*. Após estudos desses eixos elencamos no segundo momento da análise unidades significativas de análise para a problemática de pesquisa proposta. Tais unidades dizem respeito ao encontro das hipóteses e perguntas levantadas pelo pesquisador com os significados que apareceram em campo por via dos interlocutores da pesquisa. Sendo assim as unidades significativas desse trabalho foram: *Concepções sobre favela, território e pobreza; Violência na política e violência de gênero nos programas Mediação de conflito e Fica Vivo; Relação entre polícia e comunidade; Concepções sobre segurança pública;*

Neste sentido trabalharemos com o detalhamento dos significados que surgiram no grande eixo analítico e nas unidades significativas, com objetivo de construir uma síntese das unidades significativas. Antes disso faremos uma apresentação dos interlocutores desse trabalho e dos territórios por onde circulamos.

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso de um centro de prevenção à criminalidade situado na região do Minas Caixa, região de Venda Nova em Belo Horizonte e teve como objeto de estudo a segurança pública na cidade de Belo Horizonte.

4.2 Notas sobre o campo, circulando por territórios

“Olho o mapa da cidade (...)
Há tanta esquina esquisita
Tanta nuance de paredes (...)
Cidades de meu andar
(Desde já, tão longo andar!)
Mario Quintana em “O mapa”

Esta pesquisa teve como campo de estudo a política pública de segurança o que remete a pesquisadora um sentimento de familiaridade e ao mesmo tempo de estranhamento com o tema estudado. Tais sentimentos decorrem de uma aproximação com o campo devido a minha inserção como profissional no Programa Mediação de Conflitos há aproximadamente um ano, e ao mesmo tempo

da necessidade de estranhamento do presente campo de estudo. Podemos dizer que o momento da realização da pesquisa se apresentou como um espaço de fronteira e tensões para a pesquisadora, gerando assim perguntas e deslocamentos.

Ao mesmo tempo, em que estava no campo, como mediadora de conflitos, que atualmente trabalha no Centro de Prevenção à Criminalidade do Taquaril (localizado na região oeste de Belo Horizonte) buscava “estranhar” o cenário da pesquisa que era o Minas Caixa conhecido também como “Aglomerado do Borel” em comparação a uma favela do Rio de Janeiro que tem altos índices de criminalidade, o que aponta também para uma rio-centralização nos debates e nomeações sobre a favela.⁴⁰

Foi nesse movimento de “estar dentro da política” e ao mesmo tempo me deslocar dos pressupostos até então conhecidos que essa pesquisa se constituiu, em constante movimento de perguntas sobre o campo estudado, de auto-análise sobre a minha trajetória no programa, e sobre a postura de pesquisadora.

Em algumas cenas do campo essas fronteiras ficam mais expressas, como por exemplo, no momento de apresentar para as equipes do centro de prevenção à criminalidade do Minas Caixa o tema da pesquisa e me posicionar como estudante do mestrado que estava se perguntando sobre o tema da segurança e criminalização da pobreza, em um lugar que não era de mediadora de conflitos, mas de pesquisadora. Esse “entre - lugares” possibilitou muitas coisas dentro da prática de pesquisa, como por exemplo, acesso ao CPC Minas Caixa, leitura dos documentos que integram a política de segurança pública, constante diálogo com os funcionários da política, maior aproximação do campo.

Em contraposição as facilidades que o “entre – lugar” possibilitou notamos também algumas dificuldades, como, relação de muita proximidade com a equipe, que em alguns momentos me convocou como mediadora para saber opiniões sobre a rotina do trabalho. Uma cena do diário de campo que exemplifica isso foi um dia em que estava no centro de prevenção e a equipe foi fazer um atendimento domiciliar e me convidou para ir. Fiquei pensando como seria essa ida com os mediadores, e ao analisar essa página do diário de campo, observo que nesse momento fui convocada como mediadora que poderia auxiliar no processo de atendimento. Resolvi não ir. Entendemos que as posições mediadora e pesquisadora não são posições fragmentadas, mas que estão relacionadas entre si, pelas suas distinções e aproximações. E sabemos também que minha trajetória

⁴⁰ Retomaremos essa relação entre Minas Caixa e Borel quando tratarmos da relação entre PMC e comunidade.

na política e meu contato com o campo possibilitaram e refletir e (re) pensar sobre o fazer acadêmico e a pesquisa como prática social.

Notamos também nos movimentos de fronteiras que se apresentaram neste trabalho que a relação pesquisadora - campo, campo-pesquisadora é marcada por contextos maiores, como relação entre serviço e universidade, saber acadêmico e saber do cotidiano de trabalho, dentre outros. Não olhamos essas relações de forma dicotômicas, e sim como relações que se apresentam de maneira paradoxal, e por serem paradoxais revelam conflitos macro que dizem respeito a projeto políticos da ciência na sociedade, e de como um pesquisador se inventa no campo. É esse ponto que gostaríamos de marcar aqui, estar em campo de pesquisa no movimento “fora - dentro” possibilitou refletir sobre que projeto de ciência e sociedade se apresenta no campo.

Entendemos também a pesquisa como ação política, como intervenção-prática, que traz para a cena da análise pontos de conflitos, análises e contradições. Sendo assim, estar em contato com a segurança pública me possibilitou estranhar as concepções sobre o tema que até então tinha acesso, estranhar o campo, com os movimentos de pesquisa iniciados e construir um pensamento de pesquisa como desafio, criatividade e prática social.

O Centro de Prevenção à Criminalidade que realizamos essa pesquisa está localizado na região do Minas Caixa (região norte de Belo Horizonte), em funcionam os programas de base primária a prevenção à criminalidade⁴¹, os quais são Programa Fica Vivo e Mediação de Conflitos, que também são objeto de estudos desse trabalho.

Todavia, para além do território do Minas Caixa circulamos para acompanhar algumas ações desenvolvidas por esses dois programas em âmbito mais macro da política de segurança pública. O objetivo de acompanharmos as atividades dos programas extras ao centro de prevenção era investigar no escopo da ação das equipes como trabalhavam com as questões da violência e pobreza nas práticas cotidianas dos programa.

Sendo assim, o campo de pesquisa foi realizado também nas *Olimpíadas* do Programa Fica Vivo que aconteceu na região do Parque das Mangabeiras (Região Sul em Belo Horizonte). Esse evento acontece todo ano na agenda de trabalho do programa. O objetivo conforme relata a equipe técnica do programa no Minas Caixa é reunir jovens de todos os território em que há o programa fica vivo nos centros de prevenção à criminalidade para promover campeonatos de jogos de

⁴¹ Conforme caracterizações realizadas no primeiro capítulo desse trabalho, a política de prevenção se articula em três níveis, e o primeiro nível trabalha com ações chamadas de “preventivas” à criminalidade.

futebol, futsal, dentre outras modalidades esportivas. O evento acontece durante todo mês de julho e reúne grande parte dos jovens atendidos pelo programa. Particpei do evento durante dois dias, em turnos variados, sendo o primeiro dia na parte da manhã e o segundo dia na parte da tarde.

Presenciei dois jogos entre os jovens de distintos centros de prevenção. Algumas pontos são surgiram como eixos analíticos importantes neste evento, como por exemplo, no primeiro dia fui observei que alguns jovens ficaram admirados com o espaço em que os jogos foram realizados, algumas falas que escutei enquanto eles conversavam:

*“Nossa que lugar que tem casa bonita, quando eu crescer vou virar jogador de futebol e comprar uma casa dessas para minha mãe”
(Fala de jovem em diário de campo durante as Olimpíadas em 15 de julho de 2007).*

É importante ressaltar que o local e o bairro que os jogos das Olimpíadas foram realizados tem contextos históricos, sociais, culturais e econômicos totalmente distintos dos espaços que os jovens costumam circular. Segundo a equipe técnica do programa Fica Vivo, a situação das Olimpíadas, revelam contradições: ao mesmo tempo em que permite os jovens conhecer outros territórios reforça a exclusão e as desigualdades sociais. Outras tensões que remetem as concepções de segurança pública que circulam no cenário da prevenção são os conflitos que aparecem enquanto os jovens começam as partidas de futebol, o juiz proíbe a presença de torcidas, só pode entrar no Parque os jovens que irão participar dos jogos de futebol, quando há times de territórios que tem tensões políticas entre si, as equipe técnicas precisam ficar atentas ao jovens que participaram dos jogos.

Notamos assim, a presença de uma vigilância que sustenta dispositivos de controle muito fortes sobre os jovens que circulam em territórios, a princípio muito distintos dos seus. O discurso e as imaginações sobre a chamada “periculosidade” dos jovens da favela no bairro da zona sul também é bem presente nas cenas das Olimpíadas, o que revela a lógico que de que a criminalidade está nas favelas, mantendo assim preconceitos e hierarquias sociais.

Outro território que se apresentou como possibilidade de realizar observações etnográficas foram os *encontros metodológicos* do Programa Mediação de Conflitos que acontecem quinzenalmente, nas quintas-feiras à tarde em que participam técnicos e estagiários do programa. Esse espaço se constitui como um espaço de discutir temas e assuntos considerados importantes para o

cotidiano de trabalho das equipes do centro de prevenção. Neste espaço participei como profissional, e ao mesmo tempo várias questões que eram explicitadas nos debates remetiam ao tema de estudo deste trabalho. Participei dessas reuniões durante todo o segundo semestre de 2006.

Alguns pontos que merecem ser ressaltados durante a presença nas reuniões, é que observamos que os encontros são espaço de formação para os funcionários da política e de construção de uma concepção de segurança pública, que está muito calcada na lógica dos territórios de atuação que são as favelas, reforçando também o imperativo de que segurança é uma tema para ser pensado apenas para as favelas, o que contribui para o reforço da criminalização das mesmas.

Dentro dos instrumentos de trabalho do programa mediação de conflitos participamos também do Projeto Temático do Programa Mediação de Conflitos realizado no território do Minas Caixa, que tinha como objetivo discutir as relações de gênero com pessoas moradoras do local. O nome do Projeto foi “*Vamos meter a colher*”.

Vale ressaltar que o eixo Projeto Temático é uma forma de intervenção dos mediadores no contexto em que atuam a partir de leituras que fazem sobre o território. Conforme relata a equipe de trabalho do Minas Caixa, o tema de gênero aparece bastante no contexto dos mediadores. O projeto temático da equipe aconteceu em uma Escola próxima ao centro de prevenção à criminalidade, todas as quartas-feiras, no horário de 18:30 as 20:00 formato de rodas de conversa, durante aproximadamente três meses.

No ano de 2012 foi realizado na cidade de Belo Horizonte o *I Seminário Municipal da Política Estadual de Segurança Pública*, no qual também estivemos presentes. O tema do seminário foi: “Dever do Estado, responsabilidade de todos: Segurança Pública como direito social”. Esse evento teve como público-alvo trabalhadores da política de segurança pública, como Polícia, Defensores Públicos, programas de prevenção à criminalidade, pesquisadores sobre o tema da segurança.

Participei do seguinte grupo mesa de discussão: “Segurança Pública como direito social: especificidades, desafios e perspectivas”: Em que estiveram presentes: Secretário Adjunto de Defesa Social de Minas Gerais (Denílson Feitoza Pacheco); O Secretário de Coordenação Regional de Venda Nova (Genedempsey Bicalho) e o Delegado Geral da Polícia (Jésus Trindade); Essa mesa trouxe estudos sobre segurança pública muito associados à atuação da polícia no âmbito do Estado de Minas Gerais, perspectivas de estudos associadas aos discursos mais

institucionais sobre segurança no sentido de apresentar os liames dessa política no contexto mineiro, e pensar segurança como sinônimo de atuação policial, questão que problematizamos no capítulo II desse trabalho.

É importante ressaltar que há aproximadamente sete anos que a política de prevenção à criminalidade existe na cidade de Belo Horizonte. Notamos que poucos debates em nível de seminários e encontros têm sido feitos. Observamos que nesse primeiro seminário, as perspectivas em que a segurança pública foi abordada reforça seus aspectos institucionais.

Percebemos assim, durante o seminário, que a problemática da segurança pública em Minas Gerais associa-se com os trabalhos realizados pelo CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública)⁴² na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nas atividades executadas pela Secretaria de Estado de Defesa Social, por meio dos programas de prevenção social à criminalidade⁴³ e em alguns estudos teóricos⁴⁴ que a abordam a partir dos índices de tráfico de drogas e homicídios nos contextos das favelas, o que reforça o imperativo de que segurança pública é uma política de intervenção apenas nas favelas.

É importante ressaltar que os debates sobre segurança na cidade de Belo Horizonte são retroalimentados pelos estudos e pesquisas do CRISP⁴⁵ que utilizam de estudos criminológicos e perspectivas econômicas (pensando aqui economia como sinônimo de estatística) para tecer lentes analíticas sobre o tema.

⁴² Ver mais em <http://www.crisp.ufmg.br/>. O CRISP pertence ao departamento de sociologia e antropologia da universidade, e conforme seus enunciados de pesquisa, trabalha com a produção de conhecimento científico na área da criminalidade, violência e segurança pública desde de 1999. Trabalha com pesquisadores da economia, medicina, estatística, pedagogia, filosofia, dentre outros. Muitos pesquisadores do CRISP são convidados para participarem do encontros metodológicos do PMC, o que nos convida a pensar que concepções de segurança pública são disseminados no campo.

⁴³ Os quais são os programa Mediação de Conflitos, Fica Vivo, PRESP e CEAPA.

⁴⁴ Ver estudos produzidos pelo CRISP; Saporì (2011); Soares (2007);

⁴⁵ Ver trabalhos como: ANDRADE, Mônica Viegas e PEIXOTO, Betânia Totino. (2012). *Avaliação econômica de programas de prevenção à criminalidade no Brasil*. FILHO, Claudio Beato. *Determinantes da criminalidade em Minas Gerais*. Dentre outros trabalhos que enfocam a segurança como um problema associado à violência nas favelas, a pobreza como geradora dos processos de criminalização, reforçando assim um debate com enfoque econômico sobre o tema. Todos os trabalhos estão disponíveis na página: http://www.crisp.ufmg.br/artigos_publicacoes/artigos

4.3. Os interlocutores na cena da pesquisa, apresentação

"De cada calçada de concreto da cidade
Cada viga que se ergue
Cada vida que se segue"
(Kamau em Poesia de concreto)

Apresentaremos aqui as pessoas que participaram dessa pesquisa no sentido da interlocução e da promoção de espaços importantes sobre os temas aqui estudados. São pessoas que estão no cotidiano do centro de prevenção à criminalidade do Minas Caixa, de segunda a sexta, em horários variados, como por exemplo, o auxiliar administrativo e o motorista ficam no local no horário de 08:00 as 17:00. Já os funcionários que atuam nos programas mediação de conflitos e fica vivo ficam no CPC no horário de 11:00 as 17:00 horas. Todos os interlocutores⁴⁶ apresentados aqui têm nomes fictícios e ao longo da explicação do trabalho de pesquisa concordaram com a publicização dos dados. O objetivo de apresentá-los e situá-los nos cenários da pesquisa e trazer as também às interlocuções possíveis, a partir dos lugares que ocupam:

- a) *Interlocutor A*: Se apresentou no cenário da pesquisa no dia 04 de maio. Ele é gestor do centro de prevenção à criminalidade do Minas Caixa e tinha acabado de assumir a função da gestão. Segundo ele, o gestor tem a função de fazer trabalhos como: articulação do trabalho em rede; trabalhar a integração entre os programas mediação de conflitos e fica vivo; gerenciar as questões dos recursos humanos no centro de prevenção social. E contribuir para a implantação da política na cena da favela. Observamos que ele estava um pouco atarefado com questões associadas a mudanças na equipe, uma técnica e psicóloga estava de saída do programa mediação de conflitos e o auxiliar administrativo foi transferido para outro setor da Secretária de Estado de Defesa Social (SEDS) e o gestor tem como tarefa verificar os processos de mudança da equipe. O gestor é psicólogo, trabalha na política há aproximadamente quatro anos. Já foi técnico do programa mediação de conflitos e já geriu centros de prevenção na região metropolitana de belo horizonte.
- b) *Interlocutora B*: No momento da pesquisa era novata no Programa Mediação de Conflitos. Formou em Serviço Social pela PUC Contagem e afirmou que estava

⁴⁶ Entendemos como interlocutores as pessoas que dialogaram com a problemática proposta neste trabalho. Essa denominação é baseada no campo de estudos da etnopsiquis. Ver mais em Macedo (2010).

achando o trabalho no mediação interessante. Revela que teve uma experiência com trabalho social na empresa Wilma. Relata: *“Nunca trabalhei na política, entretanto sempre trabalhei com pessoas com muitas vulnerabilidades, no sentido de acesso a renda. Sinto uma dificuldade em trabalhar na política de segurança porque muitas pessoas confundem segurança com política”*. (Discurso de B em 04 de maio no Centro de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixa). No final da pesquisa tinha 10 meses de atuação no programa. No início do seu trabalho a interlocutora B caracteriza o trabalho que desenvolverá na política de prevenção, como um trabalho social. O que tem relação com os discursos sobre a política de segurança como uma política social, como trabalhamos no capítulo II deste trabalho.

c) *Interlocutor C*: É estagiário de Direito e estava na política há um ano e cinco meses. Assim que a pesquisa se iniciou C saiu do centro de prevenção, relata que estava procurando outro estágio e já estava desgastado com a política de segurança. Segundo ele, estava cansado com as contradições referentes ao paradoxo da repressão versus prevenção presentes na filosofia da política. Relata que estar na mediação tem muita relação com sua trajetória. C se declara como estudante de direito e negro. Relata também que a relação entre técnico e estagiário se parecer com a relação professor-aluno, para ele são relações de bastante aprendizado. Relata que *“estar no mediação e atender casos de violência doméstica, tem relação com rompimentos pessoais. Minha família nunca acreditou no meu potencial, eu sempre começava uma coisa e não terminava e fui me encontrar no direito e na mediação. Hoje gosto de trabalhar com pessoas com direitos violentados, antes achava que não tinha nada a ver com isso”*. (Discurso de C em 11 de maio no CPC Minas Caixa). Também diz que gosto de trabalhar na área social. Observamos que a associação do trabalho na política com o trabalho social é muito recorrente na fala dos interlocutores que atuam na política, o que reforça as concepções de segurança que circulam nesse contexto, como por exemplo, segurança é diferente de práticas assistenciais, é trabalho social. O que reduz também a concepção de trabalho social à pobreza e criminalidade.

d) *Interlocutor D*: Era auxiliar administrativo do centro de prevenção quando o campo de pesquisa se iniciou. Saiu do CPC porque foi chamado para trabalhar como secretário de uma prisão em Ribeirão das Neves. Relata que já foi motorista do centro de prevenção e depois por meio de concurso se tornou auxiliar administrativo. Segundo ele, sua função no CPC é marcar os atendimentos do programa mediação, atender telefones, receber relatórios

mensais que são entregues pelos oficineiros⁴⁷ dentre outros. Está a aproximadamente quatro anos na política.

e) *Interlocutora E*: Trabalha no programa fica vivo é cientista social formada pela PUC Coração Eucarístico, e está no centro de prevenção há dois meses. Revela que sempre teve interesse em trabalhar no programa porque gosta muito de pensar o sistema prisional. Ao longo dos diálogos com essa interlocutora no campo relata muitas indignações com as formas de organização do sistema prisional. Relata que na maioria das vezes pensamos a segurança articulada apenas à experiência da prisão, o que é problemático, já que reduz o tema ao sistema prisional e ao Estado penitenciário, que tem um público-alvo para atender: pessoas pobres, moradoras de favela e envolvidas no tráfico de drogas.

f) *Interlocutora F*: É auxiliar de serviços do centro de prevenção e se apresenta como ex-moradora do Taquaril e atualmente moradora de Ribeirão das Neves. Ela diz que ao longo de sua vida sempre foi moradora de favela e que sempre percebeu alguns olhares diferenciados para ela: *“há um olhar diferente para quem mora na favela, todo mundo acha que é criminoso”*. (Discurso de F em 6 de junho no Centro de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixa). Dizia recorrentemente da falta que iria sentir das pessoas que estavam de saída do centro de prevenção, revelando as grandes mudanças de pessoas que faziam parte do centro de prevenção. Está no centro de prevenção há aproximadamente quatro anos. A fala dessa interlocutora revela muitas questões importantes para pensarmos a segurança, já que é moradora de favela e trabalha em uma favela, no sentido de compreendermos que a política reforça certas lógicas de exclusão social, na medida em que está apenas nas favelas.

g) *Interlocutora G*: Estagiária de psicologia do programa mediação de conflitos. Estuda na PUC São Gabriel e segundo ela trabalhou também como estagiária do programa mediação de conflitos na Pedreira Prado Lopes por oito meses e havia dois meses que ela estava no Minas Caixa. Relata que pediu transferência de centros de prevenção, já que teve muitos problemas relacionais com a equipe técnica, gestão da PPL e disse que estranhou quando mudou de CPC: *“parece que tinha mudado de programa, o clima é mais tranquilo, aqui a mediação atende mais demandas relacionadas aos direitos dos idosos, e observamos que a demanda familiar aparece meio escondida”*. (Discurso de G em 6 de junho no Centro de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixa). Os conflitos

⁴⁷ Denominação dada aos jovens que trabalham no Programa Fica Vivo com a realização de oficinas.

de equipe são bem acentuados na fala dessa interlocutora ao longo das observações em campo. Relata que o trabalho no centro já é pesado, já que aborda muitos casos de violação de direitos humanos, e o clima em equipe precisa estar mais tranquilo para que o trabalho aconteça.

h) Interlocutora H: Estagiária de direito do Programa Mediação de Conflitos e relata que a possibilidade de estagiar na mediação foi importante para ela e que gosta de trabalhar no contexto das favelas, já que segundo H, o direito é um saber muito elitista, é para poucos, e a mediação possibilita a circulação do direito. Atua no programa mediação há um ano.

i) Interlocutor I: Psicólogo que trabalha no programa mediação e entrou para substituir uma técnica antiga do programa. Antes trabalhava na URBEL. Ele relata que estava com muita vontade de sair da política de urbanização em belo horizonte e que trabalhar nos programas de reassentamento no contexto de favela é desumano, já que é a pedagogia do convencimento que vai tirar as pessoas do local. Diz estar animado com a nova proposta de trabalho. Trabalha no programa há seis meses.

j) Interlocutor J: Trabalha no programa Fica Vivo, é psicóloga e formou na UFMG. Relata que sempre gostou muito da psicologia social e de trabalhar com juventude. Relata que esse interesse surgiu durante a graduação quando começou a participar de uma pesquisa-intervenção no aglomerado da Serra e conheceu uma jovem que era oficinaira do programa fica vivo. Desde então J diz ter ficado muito empolgada com a temática da juventude. Relata também que sempre tentou processo seletivo para trabalhar no programa fica vivo, mas demorou a ser chamada, o que aumentou ainda mais sua vontade de participar do espaço. J diz que os estágios que realizou durante a graduação influenciou bastante na escolha da psicologia social e também na escolha profissional, outro estágio que ela menciona como importante para sua carreira foi à experiência do internato rural que também participou na UFMG. J relata que antes de trabalhar no programa fica vivo trabalhou também em um Centro Socioeducativo na região de Justinópolis, em Ribeirão das Neves. Após isso começou a trabalhar no fica vivo. Trabalha no programa há dois anos.

k) Interlocutora K: Trabalhou na política há quatro anos e sete meses. Inicialmente trabalhou no PRESP durante dois anos, período de 2006 a 2008, e depois entrou para a mediação. Relata que quando chegou à mediação estava em uma fase da implementação da política. Revela que viu perguntas nascer no contexto da mediação de conflitos, entretanto após um tempo K disse que ficou incomodada com o engessamento da política, e começou a fazer muitas perguntas

sobre as questões até então estabelecidas. Acredita que isso prejudicou seu trabalho, ficou cansada de como as coisas se organizavam e decidiu sair do mediação. Hoje ela trabalha na URBEL.

Observamos ao longo da apresentação dos interlocutores que muitos aspectos que dizem respeito às concepções de segurança que circulam na política, como por exemplo, os interlocutores compreendem seu trabalho, como um trabalho social. O que está relacionado aos temas que atendem no centro de prevenção à criminalidade, ao trabalho com acesso a direitos que não foram garantidos, dentre outros.

Os interlocutores realçam que tanto a psicologia como o direito são saberes que tem histórias elitistas, e a possibilidade de ter esses saberes circulando nas favelas é contribuir para um movimento de circulação de saberes e de construção de um trabalho interdisciplinar. Notamos também certo incômodo dos interlocutores com as formas de funcionamento da política, que está apenas na favela, contribuindo assim para uma leitura criminalizante e violenta das mesmas. A presença de uma trajetória articulada com o trabalho considerado social pelos interlocutores antes de chegar a política, é um ponto bem recorrente nos discursos. Tentamos assim, apresentar temas principais nas falas dos interlocutores que nos possibilitaram elencar eixos de análise e unidades de significados.

4.4 Grandes eixos analíticos, tessituras e significados

"Dedicada, a cada, poeta da cidade, dedicada, a
cada, atleta da
cidade, dedicada a cada ser humano da cidade que
cultiva a
liberdade no concreto da cidade" (Kamau em
Poesia de concreto)

Os grandes eixos analíticos referem ao conjunto de significados mais gerais que surgiram no campo de pesquisa, a partir do encontro entre a problemática proposta e interlocuções importantes para os participantes da pesquisa. Para criar esses eixos foi realizada a leitura e estudo de todo o diário de campo. Nesse primeiro momento fizemos uma leitura mais ampla dos conteúdos

que surgiram no campo. Apresentaremos assim, os eixos analíticos a nível macro do cenário da pesquisa:

Público e demanda que o centro de prevenção à criminalidade atende:

Quando o campo de pesquisa foi iniciado no Centro de Prevenção à criminalidade do Minas Caixa, as equipes relataram que o espaço havia mudado de lugar recentemente, e que antes ficava mais próxima das pessoas que precisavam. Conforme as equipes⁴⁸, antes o espaço do CPC ficava mais próxima da comunidade com mais carência. Os centros de prevenção da política de segurança têm uma área de abrangência.

Conforme as diretrizes metodológicas dos programas devem prestar atendimentos a determinadas regiões, para isso a equipe constrói mapas de intervenção no território, realçando as chamadas áreas de risco, que são locais que conforme a política tem maior incidência criminal. Os mapas territoriais são pensados a partir da dinâmica criminal⁴⁹ local os documentos que precisam atuar Atualmente o espaço se encontra em lugar pouco estratégico, já que segundo a equipe precisam alcançar mais o pessoal do Aglomerado do Borel, território onde se encontra fenômenos como prostituição, adolescentes grávidas, tráfico de drogas.

Observamos assim, que a lógica territorial é muito presente no contexto da segurança pública, que é pensada para determinado público-alvo. Sobre as demandas que o centro de prevenção atende, temos questões como: pensão de alimentos, direitos do trabalhador, conflitos familiares, violência doméstica, dentre outros. Demandas associadas ao trabalho do programa mediação de conflitos que presta atendimento as pessoas que buscam o centro de prevenção fornecendo orientação, no caso de dúvidas associados a procedimentos jurídicos, encaminhamentos psicológicos, dentre outros.

A mediação é realizada, quando a equipe considera que não situação de violência, e a partir da voluntariedade das partes que precisam querer resolver seus conflitos através do diálogo. No caso do programa fica vivo há ofertas de oficinas

⁴⁸ Registro do diário de campo em 04 de maio de 2012.

⁴⁹ A dinâmica criminal é também um instrumento metodológico do programa que é construídos pelas equipes e o objetivo é desenhar os movimentos que tenha relação com a criminalidade no local. Geralmente os componentes associados à dinâmica são os eventos associados ao tráfico de drogas e homicídios. Esse instrumento é utilizado mais especificamente pelo programa mediação de conflitos, e para construí-lo a equipe conversa com o programa fica vivo que tem contato mais direto com os oficineiros que estão em circulação constante na comunidade e sabem o que acontece com maior frequência.

temáticas que são proposta pelos jovens moradores do território de atuação do CPC.

Notamos assim, que a questão territorial associada às demandas e o público que o centro de prevenção atende se constitui como eixo analítico importante para pensarmos a segurança pública. Notamos também que o desafio que as equipes do Minas Caixa colocam como desafio uma maior aproximação com o território do Borel, local que os interlocutores reconhecem como lugar de maior necessidade de um centro de prevenção.

Observamos que desde 1900 que o Brasil vem fortalecendo e reproduzindo discursos em suas diretrizes políticas que reforçam a criminalização da pobreza. Já no século XIX circula nas elites brasileiras dispositivos da periculosidade.⁵⁰ Tal dispositivo lança a premissa de que é muito importante saber o que o sujeito fez, e o que ele irá fazer.

Sendo assim, podemos dizer que a política de segurança trabalha na lógica do dispositivo de periculosidade, no sentido de estabelecer controles determinados grupos e identidades sociais. Afirma-se assim que dependendo da origem do sujeito (pobre, negro, morador de favela, semi-analfabeto, dentre outros adjetivos) o sujeito pode vir a cometer determinados atos perigosos e entrar pelos caminhos da criminalidade. Daí então vem a necessidade de gerar centros de prevenção à criminalidade nas áreas da favela, para controlar e diminuir a “periculosidade”. Entretanto as lógicas estabelecidas pelo dispositivos da periculosidade produzem verdades sobre favela e criminalização da pobreza. Podemos dizer também a relação entre pobreza e criminalidade advém das ordenações dos médicos higienistas e das verdades associadas e produzidas por esses discursos⁵¹.

Dentro do projeto higienista, a casa dos sujeitos eram compreendidas como elemento de fixação permanente, o que permite maior vigilância dos sujeitos, o que é impossível fazer no caso das populações que não tem casa fixa. Sendo assim, a favela é vista pelo movimento higienista e pelas políticas da atualidade, como um

⁵⁰ Ver mais em Foucault (2008). Para esse autor, dispositivos são estratégias políticas que constituem discursos de verdades. O dispositivo de periculosidade emerge em meados do século XIX, com a sociedade disciplinar.

⁵¹ Ver mais na obra de : SENNETT, R. (1994). *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na organização ocidental*. Rio de Janeiro: Record.

lugar a ser controlado, vigiado, como um lugar de periculosidade⁵², o que gera e reforça uma série de preconceitos.⁵³

Relação entre Mediação e Comunidade:

Esse eixo analítico diz respeito aos aspectos que os interlocutores realçaram em relação ao que chamam de comunidade. Para as equipes dos programas têm uma boa relação com a favela que nos discursos dos trabalhadores se apresentam como comunidade. Relatam que o grande desafio do centro de prevenção é se aproximar mais do território do Aglomerado do Borel, que é uma área de abrangência do centro que fica distante geograficamente da equipe.

Segundo os trabalhadores para chegar ao aglomerado precisam ir de carro, por que fica longe. O histórico dos programas no território do Minas Caixa é marcado como realça as equipes por muitas intervenções no âmbito das oficinas do fica vivo, dos projetos realizados pela equipe da mediação e dos atendimentos e trabalhos de forma em conjunta. Um aspecto que observamos é que quando chega alguma pessoa com vinculação ao Borel gera um estranhamento nos trabalhadores, no sentido de ser um público-alvo que precisam aproximar e também por ser o público que a gestão do centro pede maior aproximação, sustentando o imperativo que quando mais for pobre a região, no sentido de acesso a recursos materiais, maior pode ser à criminalidade.⁵⁴ Essa discussão foi abordada durante os escritos dessa pesquisa, mais especificamente no capítulo três desse trabalho.

É importante ressaltar os aspectos históricos do território do Minas Caixa que apareceram durante as rodas de conversa. Conforme apontam os moradores e os trabalhadores do centro de prevenção, o bairro Minas Caixa tem as origens de sua organização ao partir do Colégio Tiradentes, que foi um dos primeiros a chegar na região. Conforme relatos, o acesso ao colégio era apenas pelos filhos dos policiais, e através de teste, entretanto as pessoas que não tinham nenhuma vinculação com os policiais quase não eram selecionados. O bairro Minas Caixa foi

⁵² Ver trabalhos como: Rizzini (1997) que descreve os “pobres dignos” e viciosos. Os primeiros são aqueles que tem família e se inseriram, mesmo que precariamente no mercado de trabalho. E os segundo são aqueles que vagam pela cidade sem trabalho e sem família. A escala de pobreza estabelecida nesses escritos é baseada no princípio da moralidade. MOREL (2008) que escreve o chamado “ *Tratado das Degenerescências*” e utiliza o termo “ classe perigosas” para se referir aos pobres.

⁵³ Ver mais em : COIMBRA. (2006) Cecília Maria Bouças. *Direitos Humanos e Criminalização da pobreza*. Trabalho apresentado em Mesa Redonda: Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela UERJ, em outubro de 2006. ZALUAR, A. & ALVITO, M. (org.). (1998). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

⁵⁴ Ver mais em: MISSE, Michel.(1993). *Crime e Pobreza: Velhos enfoques. Novos problemas*. Trabalho apresentado no Seminário: Brasil em Perspectiva: os anos 90, promovido pelo Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Ciências Sociais – UFRJ, em 26 de agosto.

ganhando suas configurações por meio da região do colégio, que era mais organizada, com menos criminalidade, região com muitos comércios, escolas, dentre outros equipamentos públicos.

O Centro de prevenção do Minas Caixa atualmente fica próximo a essa região comercial. Aos arredores da região comercial e do colégio policial surgiu uma outra região também pertencente ao Minas Caixa chamada de Borel em analogia, como já dito, a favela do Rio de Janeiro. Essa outra região, segundo os moradores e trabalhadores do centro de prevenção, ficou mais afastada, sem muitos pontos comerciais, com problemas como prostituição, gravidez na adolescência, tráfico de drogas, dentre outros.

Os trabalhadores do CPC dizem que esse equipamento fica em um lugar pouco estratégico no sentido de aproximação da população do Borel. Apontam essa aproximação como desafio.

Ao retomarmos a história do Minas Caixa notamos que o bairro tem a construção do seu tecido sócio-espacial a partir da organização policial. O que reflete também a concepção de que segurança pública é uma atribuição da polícia. Notamos também, que o território do Minas Caixa se divide em centro (região mais organizada) e bordas (compostas pelo aglomerado do Borel). O que nos faz pensar os dispositivos estratégicos para atuação da polícia em públicos específicos.

Trabalho conjunto na cena do centro de prevenção:

Este eixo analítico diz respeito à realização do trabalho das equipes no centro de prevenção à criminalidade⁵⁵. Conforme as equipes da mediação e do fica vivo, ambos desenvolvem um trabalho integrado:

“as equipes dos programas são bem integradas e unidas. Sendo assim, os programas mediação de conflitos e fica vivo propõe atividades conjuntas como gincanas, trabalhos na escola, dentre outras” (Diário de Campo em 04 de maio. Discurso da Interlocutora B em Centro de Prevenção à Criminalidade)

O trabalho integrado na prevenção primária se constitui como uma diretriz importante da política. Vale ressaltar que no ano de 2010 o movimento de integração e diálogo entre os programas de base primária, secundária e terciária foi iniciado. Entretanto muitos desafios são postos para tal integração, como por

⁵⁵ Ver mais em: Secretaria de Estado de Defesa Social. Superintendência de Prevenção à Criminalidade. *Prevenção Social à Criminalidade*. Belo Horizonte, dezembro de 2009.

exemplo, distinções metodológicas, público-alvo distintos entre os programas, dificuldades de alinhamento teórico no âmbito da atuação. Algumas situações práticas que se apresentaram no campo como exemplo de trabalho conjunto foi:

No dia 11 de maio o centro de prevenção estava cheio de formigas, e as duas equipes dos programas se uniram para saber o que iriam fazer com as formigas. Algumas pessoas queriam que fosse colocado veneno para as formigas, outras não. As duas equipes ficaram em discussão durante aproximadamente dez minutos, após isso resolveram colocar veneno para as formigas. Foi uma situação que revela um ponto de integração do trabalho em equipe.

Outras situações podem ser ilustradas por trabalhos conjuntos que as equipes sugere nas reuniões de redes, intervenções na escola, a equipe da mediação participa das Olimpíadas. As equipes avaliam que o trabalho conjunto facilita as intervenções nas áreas de abrangência. Observamos que as duas equipes são muito receptivas e procuram discutir as relações de trabalho e as metodologias dos programas. No escopo geral da política, a integração entre os programas continua sendo um desafio.

Notamos também pontos de discordância entre os trabalhos da equipe, que tem relação com os instrumentos metodológicos que cada programa utiliza. Por mais que as equipes pensem trabalhos conjuntos, observamos que o mediação de conflitos faz uma leitura sobre a dinâmica criminal do território a partir dos atendimentos que realiza e dos projetos que desenvolve na favela. Já o programa fica vivo fazem uma leitura da criminalidade a partir dos jovens. Sendo assim, notamos algumas discordâncias sobre a forma de ler os dados que aparecem no centro que dizem respeito aos aspectos criminais. O programa fica vivo se coloca como uma programa que conhece o território porque circula nele com as oficinas, já o programa mediação, é visto como aquele que não tem muitos instrumentos de circulação no território e que investe nas relações de rede.

Essas diferenças metodológicas geram dissenso nas leituras mais amplas sobre a criminalidade presente no local, e por mais que se tenha diretrizes mais gerais sobre o trabalho na base primária da segurança as heterogeneidades são bem presentes nas leituras distintas que os dois programas fazem sobre a segurança pública no território. Entretanto, observamos poucos espaços para o trabalho com os conflitos associados às metodologias de cada programa. Fala-se em integração dos programas, contudo não se trabalha na perspectiva das leituras diferentes sobre o território.

Mudança e transitoriedade das equipes:

Outro ponto apontado pelos interlocutores como um aspecto importante para o trabalho na segurança é o fato de acontecer muitas mudanças de equipe. Quando o campo de pesquisa se iniciou havia duas pessoas saindo do centro de prevenção, sendo um, o auxiliar administrativo, o qual tinha sido convocado para assumir outro cargo na cena da política de segurança pública. Iria trabalhar como secretário de uma prisão em Ribeirão das Neves, e outra era psicóloga da mediação de conflitos, que após quatro anos e sete meses resolveu sair do programa devido um desgaste, como a interlocutora nomeia, na política.

Observamos que ambas as saídas provocaram mudanças na equipe, tendo em vista que as duas pessoas que saíram já estavam a um bom tempo no centro de prevenção, desde implantação do CPC no território do Minas Caixa. Com o passar do tempo novas pessoas chegaram e construíram novas relações com a equipe. No programa fica vivo, uma das técnicas que também estava desde início foi transferida para outro centro de prevenção que foi implantado na política esse ano, e uma estagiária nova entrou.

Notamos que a mudança nas equipes é muito constante, por alguns motivos como: algumas pessoas que trabalham no centro de prevenção moram longe dos locais que trabalham, sendo assim pedem transferência para locais mais próximos; outras pessoas passam em concursos e saem da política; outras se desgastam com o trabalho, que conforme a alguns interlocutores se constitui como um trabalho “pesado” já que envolve o atendimento de casos sobre violência e pobreza. Relatam apesar de atenderem os casos, é difícil pensar soluções, já que se trata de trabalho com desigualdades que na maioria das vezes são estruturais e históricas.

É recorrente na fala dos interlocutores o reconhecimento de que trabalham com os direitos humanos, aspecto que gera tensões na relação do centro de prevenção com a polícia, já que essa instituição concebe os trabalhadores da política, como observamos nos discursos dos interlocutores, como defensores dos direitos humanos e dos “*criminosos*”⁵⁶.

Todavia, observamos que no contexto brasileiro, a temática de direitos humanos tem sido tratado como uma questão de especialismo, já que o mercado cria demandas e gera “dono de saberes” para lidar com as demandas criadas por ele.⁵⁷ :

⁵⁶ Debate realizado no centro de prevenção à criminalidade no dia 04 de maio à tarde.

⁵⁷ Ver mais em Chauí (1985).

A quem interessa produzir neste mundo neoliberal de controle globalizado – onde o biopoder tenta dominar e expropriar tudo e, em especial, gerir e controlar a própria vida – direitos humanos como mais um especialismo? A quem interessa fortalecer e naturalizar direitos humanos como essenciais e universais, homogeneizando-os e, com isso, despotencializando-os? Sabemos que podemos estar falando sobre e em nome dos direitos humanos e tendo práticas que, em realidade, estão produzindo/fortalecendo a opressão, o constrangimento e os maus encontros. Hoje, direitos humanos se tornou uma lucrativa mercadoria que se vende por um bom preço no mercado neoliberal. Este é um tema atual e importante para ser discutido, quando algumas das chamadas ONGs vêm sendo enfeitadas pelos “cantos de sereia” neoliberais. (Coimbra, Cecília, 2006, p. 1)

Sendo assim, observamos que a temática de direitos humanos associado à política pública de segurança⁵⁸ também tem uma função de controle social e que interessa as tecnologias de saber que circulam no neoliberalismo. É interessante ficarmos atentos a que estratégias políticas estão implícitas no imperativo que associa segurança a direitos humanos. Trabalhar com esta temática no íntimo da prevenção social à criminalidade não garante a ausência de dispositivos de controle e manutenção de hierarquias. Observamos que muitas políticas que se consideram sociais colocam a pauta dos direitos humanos como garantia de democracia, entretanto não concordamos com essa sentença, já que invisibiliza os debates sobre participação, desigualdades e elitização dos direitos até então considerados como humanos.⁵⁹

Relação entre pesquisadora-campo:

No encontro com aquilo que emerge no campo, a bússola do pesquisador começa a ganhar vida e indicar direções possíveis. As histórias do campo tornam-se assim a matéria-prima desse encontro. (Viégas, M. N. & Tsallis, A. C. O Encontro do Pesquisador com seu Campo de Pesquisa: de Janelas a Versões, 2011)

Entendemos a pesquisa como um exercício constante de implicação do pesquisador no campo. Neste sentido, acreditamos que as ações do pesquisador

⁵⁸ Ver trabalhos como: BRASIL, Maria Glauécia Mota; BARBOSA, Kátia Borges e SOBREIRA, Waleska Fernandes de O. *Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil: caminhos que se cruzam*. (2010). VII Semana de Humanidades UFC/UECE e I Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação em Humanidades, 2010, Fortaleza. Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. Organizadores: Marta Ferreira Santos Farah, Hélio Batista Barboza – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. – (Coleção FGV Prática)

⁵⁹ Ver mais em: DAGNINO, Evelina. (2004). *Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa*. (2004). Revista Política e Democracia,

está relacionada à suas concepções de sociedade, as suas instituições e segmentos sociais. (Macedo, 2010) Sendo assim, a relação entre pesquisador e campo é marcado por vários atravessamentos sociais, culturais, ético-político. No caso dessa pesquisa alguns questões foram recorrentes.

A primeira dela tem relação com o fato de pesquisadora e interlocutores da pesquisa estarem no mesmo campo de trabalho. Também trabalho no Programa Mediação de Conflitos e quando cheguei a campo, a equipe compreendeu a minha condição de pesquisadora, todavia em alguns momentos me convidavam a pensar como mediadora. Situações como, perguntar sobre que nome acharia melhor para o projeto temático que estavam produzindo, me convidarem para fazer atendimento domiciliar com eles. No dia que a equipe do Mediação me convidou para acompanhá-los em atendimento domiciliar disse não.

Presenciar o atendimento da equipe poderia ser um cenário interessante da pesquisa, entretanto foi logo no início do campo de pesquisa, e analisando as relações que estavam em processo de construção preferi me diferenciar neste momento dos mediadores recusando o convite. Ao longo do campo deixei clara a posição de pesquisadora que pretendia ocupar na cena da pesquisa, porém uma pesquisadora que se considera dentro do cenário da pesquisa. Ambas as equipes compreenderam essa posição e as relações estabelecidas foram marcadas por confiança e cooperação.

É importante ressaltar que eu não conhecia até então o centro de prevenção do Minas Caixa e nem as equipes que atuavam lá. Motivos pelo qual também escolhi esse território. Estar em campo é assumir-se dentro da cena de pesquisa. Entendemos que o fato da pesquisadora também participar da política é um atravessamento importante, todavia ao longo da relação com o campo da pesquisa, entrei em um movimento de estranhar aquilo (segurança pública) que era natural⁶⁰, e fazer perguntas sobre a realidade que se apresentava.

Entendemos pesquisa como prática social, neste sentido não está desvinculada com as condições e interpretações do pesquisador. Maurice Merleau-Ponty (1975) compreende o trabalho etnográfico como um espaço comum entre pesquisadores e interlocutores da pesquisa, espaço em que um e outro se tornam inteligíveis.⁶¹

⁶⁰ Relembrando Brecht: "(...) examinai, sobretudo o que parece habitual. (...), não aceitai o que é de hábito como coisa natural".

⁶¹ Ver mais em: Merleau-Ponty M. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: Chauí M, organizadora. *Merleau-Ponty: textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural; 1975. [Coleção Os Pensadores]

Geertz (1989) concordando com Merleau-Ponty, também compreende o campo como um espaço de alargamento dos discursos⁶², é a possibilidade que o pesquisador tem de situar-se em relação os outros que lhe são estranho. Sendo assim, o campo de pesquisa por mais que conhecido, como no casos desse trabalho passa por um movimento de estranhamento que faz nascer perguntas e inquietudes. Como o caso dessa pesquisa, por mais que estava inserida nos diálogos com a segurança pública e no programa mediação de conflitos, muitos estranhamentos foram necessários para que a pesquisa fosse realizada.

É nesse movimento que procuramos tecer o nosso modo de pesquisar, que traz para cena da pesquisa, tensões, fronteiras, possibilidades e diálogos entre pesquisador e interlocutor. No caso desse trabalho, a pesquisadora se encontra na situação de fronteira⁶³ entre o estar lá (no campo de pesquisa, na universidade) e o estar aqui (no contexto do programa mediação de conflitos). E estar em fronteira é desenvolver constantemente análises sobre a implicação no campo.

Relação entre trabalhadores da política de segurança e Estado:

A relação entre os trabalhadores da política com o Estado é uma relação de distinção e de afastamento, como observamos em alguns discursos:

O centro de prevenção a criminalidade tem um grande trabalho, já que está ali em nome do Estado.

Não tenho nenhuma utopia e ilusão em relação ao trabalho da segurança pública, que tem muito a desejar na cidade de belo horizonte. Essa política faz pouco para a população, não existe parceria com a justiça, algumas perguntas passam pela minha cabeça: Será que o objetivo é mesmo prevenir? Prevenir para quem? Mesmo? Empoderar a quem? Para mim a relação do Estado com a sociedade é um desrespeito. O Estado não gosta de ter pessoas empoderadas. Ele gosta é de manter seus poderes. É necessário ter mais espaços de problematização, quem está no estado também pode fazer críticas (Diário de campo em 11 de maior. Discurso do interlocutor C)

Apesar dos trabalhadores que atuam no centro de prevenção se reconhecerem como Estado, não concordam com as intervenções do Estado na sociedade, o que inaugura um movimento de separação dos papéis entre a política

⁶² Ver mais em: Geertz C. (1989). *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. In: Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos Editora

⁶³ Entendemos fronteiras como construções. Processos históricos e sociais simbolicamente produzidos. o. "São locais de mutação e subversão, regidos por princípios de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade. Fronteiras são sítios da exacerbação e do excesso, onde limites são ultrapassados, novas dimensões descobertas, e reordenamentos encaminhados. Por isto, são espaços de ruptura e conflito: ambientes de extremidade, crista e culminação. As fronteiras são lugares de deslizamento." Ver mais em: DUARTE, Luis Sérgio.(2005). *O conceito de Fronteira em Deleuze e Sarduy*. Textos de História, v.13, n.1.

pública de segurança que os trabalhadores procuram executar com as determinações que o Estado traz em suas diretrizes.

Para alguns interlocutores o Estado atua na ortopedia social da pobreza e da favela, o que está relacionado com o papel regulador que o Estado assume quando interfere nas questões sociais, políticas e econômicas. Neste sentido, as políticas públicas, mais especificamente as políticas sociais, se tornam importantes estratégias de manutenção das relações de poder que o Estado representa.

É importante ressaltar que os debates que colocam em pauta a modernização e a formação do Estado brasileiro é um tema recorrente no pensamento social brasileiro. (Oliveira, 2009). Esse debate é apontado por Souza (2006) como “dilema brasileiro” ou “sociologia da inautenticidade”⁶⁴. Essa problemática muitas vezes é analisada a partir dos aspectos históricos⁶⁵ associados à formação do Estado brasileiro, no sentido de que, o adjetivo atrasado é atribuído ao Brasil, em virtude do seu processo de colonização e dependência do capital estrangeiro, o que faz com que Estado, mercado e sociedade civil se tornem esferas totalmente separadas. Neste sentido, podemos dizer que ao longo da construção do Estado brasileiro imperou por muito tempo uma ordem liberal que reforçava o poder oligárquico. (Carvalho, 1997, p.161).

Podemos dizer que o afastamento da democracia se deve à herança escravista e colonial, que dificultaram o exercício da cidadania e da liberdade. Podemos dizer que o Estado brasileiro foi modernizado periféricamente, para “inglês ver”⁶⁶, como afirma Souza (2000). Esse teórico critica as versões sobre a formação do Estado brasileiro, que se baseiam no princípio da continuidade, patrimonialismo e herança ibérica, sendo assim buscar reinterpretar o chamado dilema do “atraso” brasileiro. Observamos que na política de segurança esse discurso do Estado como patologia social e herança Ibérica é muito constante nas falas dos interlocutores.

⁶⁴ Ver mais em “ Souza, Jessé. (2006). *A construção social da subcidadania; Para uma sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte, Editora: UFMG.

⁶⁵ O atraso do Brasil seria atribuído em uma primeira instância ao seu processo de colonização e à herança Ibérica. A vinda da família portuguesa para o Brasil provocou uma transposição da estrutura do Estado português para territórios brasileiros, o que pressupõe a autonomia exercida pelo Estado em detrimento das questões sociais. Quando o Brasil se torna independente, a autonomia do país é algo esperado, entretanto o personalismo português permanece durante muito tempo, permanecendo também no Brasil república. Ver mais no Livro “ Os bestializados” CARVALHO, José Murilo, 1997. Neste livro o autor analisa as relações políticas entre Estado e Sociedade no período do Brasil República até o governo de Rodrigo Alves. O cenário do livro se passa no Rio de Janeiro, por se caracterizar como centro urbano e comercial do Brasil.

⁶⁶ Aspecto que Jesse Souza chama de sociologia da inautenticidade.

Para contrapor tais sociologias, Souza (2000)⁶⁷ lança algumas proposições:

a) O Brasil não pode ser visto apenas como um “desvio” da modernidade ou como um Estado atrasado. Para Souza (2000) pensar os processos de modernização tem relação com articular os valores à institucionalização atribuídos a modernização com os processos de estratificação social;

b) A sociologia da inautenticidade considerou os Estados Unidos como país contrastante cultural ao Brasil. Como foi feita essa escolha? O argumento de Jessé, é que se compararmos os dois países notaremos que o Brasil se aproxima muito dos Estados Unidos na dimensão continental, uma explicação plausível para essa escolha é o protestantismo ascético⁶⁸, do qual o Brasil não teve herança. No nosso caso, foi o protestantismo luterano⁶⁹ que se permeou. O que traz para o cenário da análise sobre a modernidade no Brasil dois elementos importantes: a introspecção religiosa e a indiferença política. Assim, como o caso brasileiro, a Alemanha também foi considerada um país atrasado por não ter raízes no protestantismo ascético, como afirma Weber⁷⁰ (1947), e os processos de modernização também se deram de forma superficial, já que não contaram com uma industrialização de ponta e uma burguesia de grande prestígio social. Sendo assim surge a seguinte questão: porque o Brasil é considerado um país tão atrasado e pobre e os Estados Unidos, tão rico e moderno? Questionamento sustentado por Souza (2006) ao analisar as comparações feitas entre os Brasil e Estados Unidos. Uma das explicações possíveis é apresentada por Weber que afirma que os Estados Unidos se apresenta como uma sociedade em que há a conjunção entre espírito da liberdade e espírito da religião. As instituições sociais que circulam nesse país são produtos das pessoas que o colonizaram e que quiseram associar a vida em sociedade, e os produtos dessa criação ao triunfo religioso. Alguns teóricos que

⁶⁷ Jessé Souza (2000) tece crítica os autores como Roberto da Matta, entretanto nas entraremos nos liames dessas leituras, para compreender mais ler: SOUZA, Jessé. (1998) *A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 13, n. 38, Oct.

⁶⁸ O protestantismo ascético pode ser compreendido como, uma filosofia em que os sujeitos acreditam que há uma distinção entre as ações do mundo, e as atividades do sagrado. Sendo assim, as primeiras ações são vistas como um perigo irracional: Dentre as seitas do protestantismo ascético, foi o calvinismo quem liderou as grandes lutas culturais nos países capitalistas mais adiantados, conferindo também os estímulos mais consequentes para uma condução de vida ascética (Weber, 1979, p. 89). O dogma mais característico do calvinismo é a doutrina da predestinação (idem, p. 90). Segundo essa doutrina, apenas alguns homens são eleitos para a vida eterna, sem que se possa ter acesso aos motivos que levaram Deus a fazer tal escolha (idem, p. 92). Ver mais em: “Rejeições religiosas do mundo e suas direções” na coleção “Os Pensadores”, São Paulo: Abril Cultural.

⁶⁹ Ramo do Cristianismo fundado por Martinho Lutero na Alemanha posicionado contra a Igreja Católica, questionando os sacrifícios e as vendas que a Igreja Católica fazia aos fieis.

⁷⁰ Weber durante seus escritos relata que não tinha como objetivo tratar o que ele chamou de “essência” da religião, mas queria compreender a relação dessa com a produção de efeitos e condições no âmbito das ações comunitárias.

estudaram a formação do Estado brasileiro, como Sérgio Buarque de Holanda⁷¹ e Raimundo Farao⁷² criticam ao Brasil por não terem a capacidade de produzir ações que consolidassem espírito da liberdade com espírito da religião, que Weber (1999) chama de associativismo horizontal. Entretanto, assim como Souza (2000) não concordamos com ambos os autores, já que reduzem a questão da modernidade brasileira a questões históricas e que se referem à herança Ibérica.

c) Um ponto importante na teoria weberiana que Souza (2000) nos chama atenção é pelo fato desse autor analisar a ótica da modernidade e do capitalismo por questões associados um diagnóstico religioso, no sentido de tentar compreender as condições e os efeitos da religião na formação do Estado e o grande ponto para compreendermos o protestantismo ascético, é a mudança do mundo religioso influenciado por fortes emoções para o mundo secularizado. A não-fraternidade presente no asceticismo gera movimento de impessoalidade, a perda do convencimento das éticas de fundo religioso, o desencantamento, e com isso o surgimento da razão instrumental e da valorização do capitalismo. No caso brasileiro, as pessoas obedeceriam a outras pessoas, e não aos princípios de retificação do mundo.

d) Outro aspecto que reforça o imperativo do atraso do Estado brasileiro é a incapacidade de associativismo, o que gera uma dificuldade de participação democrática. Para isso, Souza (2000) lança mão do conceito de confiança intersubjetiva⁷³ para avaliarmos a presença ou ausência da participação política e do civismo nas sociedades; No caso dos Estados Unidos, a participação em uma seita estava ligada a questões econômicas e sociais. Essa instituição pressupõe participação voluntária, ao contrário da Igreja (participação dada pelo nascimento). O princípio da voluntariedade na seita gera assim igualdade e democracia. Entretanto, Souza (2000) tensiona a questão da confiança intersubjetiva associada ao voluntarismo das seitas, já que a democracia pode ser ambígua no caso das pessoas que são sectárias (consideradas puras) e as pessoas não sectárias (consideradas impuras), gerando assim a intolerância de um com outro. No caso da Igreja, que tem princípios hierárquicos os não aceitos precisam ser aceitos, ou seja, superioridade econômica não implica superioridade em todos os aspectos da vida.

⁷¹ Esse autor afirma que o sujeito brasileiro é totalmente oposto aquele que foi criado no protestantismo ascético. No caso brasileiro teríamos pessoas cordiais, que agem a partir da solidariedade, sem pensar na relação mercado e Estado, um povo guiado pelo pelo imediatismo emocional.

⁷² Baseia-se na herança Ibérica e no patrimonialismo para justificar o atraso brasileiro. Para esse autor, as elites se apropriam do Estado, que é entendido como aparelho, e o usam como bem privado para assegurar seus interesses.

⁷³ Segundo Weber, a confiança intersubjetiva é resultado do espírito da seita em oposição ao espírito da Igreja.

e) Outro teórico importante para compreendermos a noção de Estado em Souza (2000) é Charles Taylor, com a teoria do reconhecimento. Para esse autor a identidade do sujeito é formada a partir da presença ou ausência de reconhecimento. Reconhecimento aqui se refere aos princípios da igualdade e dignidade, por oposição a honra. A passagem da honra para a dignidade implica uma mudança na percepção da moralidade, que passa a ser vista em conexão com a autenticidade (subjetividade). E na medida em que se representa uma sociedade de maneira distorcida, essa representação pode se tornar uma ferramenta de opressão. Desfazer-se dessa imagem depreciativa é fundamental para qualquer sociedade. Com isso, o reconhecimento não é uma cortesia, mas uma necessidade vital (Souza, 2000, p.51). Neste sentido, o desafio moderno é articular universalidade com diferença.

f) Jessé Souza (2000) propõe assim a possibilidade de formação de um Estado moderno e da sociedade brasileira, por via da singularidade e da especificidade. Estado, sociedade e mercado, não foram construídos assim de maneira clássica, mas de forma específica. Sendo assim, pensar a sociedade brasileira não tem relação com pensar a herança ou continuidade ibérica, e sim com a ruptura com Portugal. O Estado brasileiro e mercado teria se formado a partir de fora, na relação estabelecida com outros estados, como Inglaterra e França. Assim, a tese da herança Ibérica e patrimonialismo sustentam uma concepção de Estado que regula toda a vida social e política dos cidadãos, concebendo assim o Estado como algo negativo, como patologia social, visão essa muito sustentada no cotidiano dos trabalhadores da segurança pública, como observamos. Entretanto, assim como Souza (2000) não concordamos com as teorias que sustentam a ideia de herança ibérica. “Demonizar” as ações do estado para Jessé é uma limitação, que sustenta uma concepção norte-americana que o estado é um fenômeno tardio – isso se estabelece como regra geral para dizer que estado é desenvolvido, e qual não é. Neste sentido, o Estado brasileiro precisa ser pensado como uma singularidade no nosso contexto. Se retomarmos os aspectos da vida social e política no Brasil de 1808 a abertura dos portos sinalizou para o início de uma abertura de mercado capitalista e no nascimento de um Estado que teria que se preocupar com melhoramentos dos transportes, alfabetização, dentre outros processos:

tematização do nosso atraso, miséria e desigualdade não precisa do paradigma personalista para ser criticada. Essa ideia, primeiro gestada por pensadores em universidades e depois transformada em projeto político e prática social e institucional, reveste o brasileiro de hoje como uma segunda pele, com conseqüências e efeitos deletérios. O projeto político do personalismo,

especialmente na sua versão patrimonialista, é o programa político hegemônico tanto dos ocupantes do poder quanto da oposição. Para o projeto político no poder, o programa é racionalizar o Estado de modo a estimular a competição e eficiência do mercado. Na oposição, o mote é a crítica populista à corrupção, esse dado estrutural da política moderna, que no patrimonialismo transformado em senso comum adquire contornos de especificidade brasileira. Os aparentes contendores lutam num mesmo campo comum de idéias. (SOUZA, 2001).

A conclusão que Souza (2001) chega é a compreensão de que o Brasil é um Estado moderno não em questões materiais e associados as instituições democráticas, mas no sentido de que os valores que predominam aqui estão associados aos valores modernos da impessoalidade. Afirma que “O que era antes conseguido pela violência subjacente e dependência do escravo em relação ao senhor, na relação sadomasoquista, ou pela subordinação psíquica do dependente formalmente livre em relação ao coronel, é levado a cabo hoje por mecanismos impessoais” (SOUZA, 2000, p.267).

Concordamos assim, com as proposições que esse teórico faz sobre a formação do Estado brasileiro. Entendemos que não é possível pensar a segurança sem articulá-la com uma análise política sobre as concepções de Estado que circulam nos cotidianos da sociedade brasileiro e no âmbito da política de prevenção.

Notamos também uma relação paradoxal dos trabalhadores da política de segurança com o Estado. Ao mesmo tempo em que concebem o Estado como uma patologia social que atua na lógica da opressão estão trabalhando para o Estado. Observamos que não há um reconhecimento dessa relação paradoxal pelos interlocutores da pesquisa, que se colocam em posição crítica ao Estado.

Instrumentos e Rotinas de trabalho dos programas mediação de conflito e fica Fivo:

Esse eixo se apresentou durante a realização de todo o campo de pesquisa. Ao fazermos as observações etnográficas no cotidiano do centro de prevenção notamos que tanto a equipe do programa mediação quanto do fica vivo sempre recorriam aos instrumentos que pautavam o trabalho das equipes e estavam em rotina de trabalho.

No caso da equipe do mediação, algumas rotinas de trabalho que se apresentaram foram: Ao chegarmos ao centro a equipe estava realizando atendimentos de mediação em duplas interdisciplinares, realizaram uma vez, em

situação específica⁷⁴ um atendimento domiciliar, discussões de casos atendidos durante a semana na sexta-feira (o único dia que a equipe não realiza atendimentos e discute questões relacionadas à equipe, metodologia e organização do trabalho), reuniões do projeto temático “Vamos meter a colher” que trabalhou com a temática de violência doméstica contra mulher, as reuniões aconteceram todas as quartas à noite.⁷⁵

Os instrumentos de trabalho da mediação são: ficha de atendimento individual e coletivo com um espaço de identificação do usuário, classificação da demanda do caso, classificação do procedimento utilizado (mediação ou orientação), questionário socioeconômico e espaço de relato do caso; projeto temático, relatório da dinâmica criminal, que é elaborado bimestralmente e tem como objetivo o registro do número de homicídios e movimentações associadas ao tráfico de drogas que acontecem no território⁷⁶. Além disso, a equipe envia mensalmente relatórios qualitativos (compostos por reuniões de rede que a equipe participou reuniões internas e externas ao CPC) e relatórios quantitativos (que tem como objetivo traduzir a ficha de atendimentos realizados em números estatísticos). Identificamos assim, concepções de segurança pública baseadas em índices estatísticos que vão fazer um “retrato” de quem deve ser o público da segurança pública, o que corrobora com os debates que fizemos no capítulo II sobre os estudos que legitimam a segurança como uma política territorial que tem como objetivo atender pessoas que moram nas favelas, gerando preconceitos e criminalização da pobreza.

É interessante notar que os instrumentos e a rotina de trabalho da Mediação está em sintonia com a concepção de segurança que impera nos campos científicos sobre o tema, uma segurança que se sustenta estatisticamente e que se reforça como uma tecnologia de controle da população da favela, como discutimos no segundo capítulo desse trabalho.

Já a rotina de trabalho do Fica Fivo é visitar oficinas, participar de olimpíadas, realizar reuniões coletivas e individuais com osicineiros, trabalhar no controle de homicídios, trabalho que se dá a partir da conversa com osicineiros para saber da dinâmica criminal local.

⁷⁴ O atendimento domiciliar conforme relato da equipe da mediação não é um instrumento metodológico que orienta a mediação, mas nesse caso foi preciso abrir mão da metodologia porque a pessoa que faria parte da mediação estava acamada.

⁷⁵ Ver anexo do convite do projeto temático.

⁷⁶ O que sustenta uma concepção de segurança bem vinculada a esses dois fenômenos, e reforça também preconceitos, como eventos como esse acontecesse apenas na favela. Instrumento de controle do território.

É importante ressaltar que essa rotina se apresenta como uma situação fronteira para a equipe técnica, que ao mesmo tempo em que constrói uma relação de confiança com os jovens que participam da oficina, precisam construir junto com outras instituições, a polícia é uma delas, intervenções estratégicas para possíveis situação de risco de vida, já que trabalham com o controle de homicídios dos jovens.

Sabemos que um dos paradoxos presentes na segurança pública, como debatemos no segundo capítulo dessa pesquisa, é composto pela tensão entre repressão e prevenção. Notamos essa fronteira presente como muita força no trabalho do *fica vivo*, e do centro de prevenção de forma geral. Os instrumentos de trabalho do *fica vivo* são: a oficinas, as reuniões com osicineiros e a leitura do território. De forma geral, a dinâmica de trabalho do centro de prevenção é composta pelas duas equipes, e pelo trabalho do auxiliar administrativo, motorista e serviços gerais.

4.5 Unidades de significado, o trabalho como um todo:

Tantos caminhos começam aqui
Rosas do povo, veredas sem fim
Grande sertão pra poder prosseguir
Doce oceano das águas cálidas.
Nossa raiz. É minha casa
(Em linhas Gerais. Quarteto Cobra Coral)

Após nos debruçarmos sobre os grandes eixos analíticos que emergiram do campo de pesquisa e de acreditarmos também que pesquisa é processo político e criativo, e escolhermos fazer uma análise incessante da problemática e do campo dessa pesquisa do início ao fim apresentaremos aqui as unidades significativas que compuseram o todo desse trabalho.

É importante lembrarmos que o que chamamos aqui de unidades de significado refere-se ao encontro das perguntas levantadas pelos pesquisadores com os significados que apareceram em campo por via das interlocuções que foram acontecendo ao longo do processo de pesquisa. Elencamos como unidades temas como: *Concepções sobre favela, território e pobreza*, as quais trabalhamos durante o capítulo três desse trabalho. Entendemos que para nos debruçarmos sobre o

estudos da favela e da pobreza é necessário lançarmos mão da compreensão de território, já que os processos de criminalização de pobreza aparecem no campo de estudos sobre segurança pública com forte ligação sobre o debate dos territórios. Observamos que a política de segurança pública se configura como uma ação territorial, e tem públicos de intervenção definidos.

Uma segunda unidade que levantamos foi: *Violência na política e violência de gênero nos programas Mediação de conflito e Fica Vivo*: observamos que o tema da violência foi bem recorrente no contexto da pesquisa, fizemos um debate mais aprofundado sobre o tema nos escritos do capítulo I. Ressaltamos que tanto no programa mediação de conflitos quanto no programa fica vivo a temática de violência contra mulher se apresenta como uma tônica recorrente na cena do programa mediação de conflitos. Em encontro metodológico realizado no dia 04 de janeiro de 2013, a coordenação do programa mediação de conflitos fez uma reunião para dizer que o tema das violências de forma geral (violência contra mulher, violência contra criança e adolescente, dentre outras) farão partes agora da ficha de atendimento do programa. Sabemos que a questão da violência contra mulher não se refere apenas ao escopo da segurança pública, entretanto aparece na maioria das vezes como pano de fundo das demandas atendidas na mediação de conflitos.

Sobre o tema da violência de gênero,⁷⁷ o programa mediação de conflitos trabalha na concepção que na relação de violência há uma vítima e um agressor, o programa restringiu seu campo de atuação à violência doméstica contra mulher. Geralmente esse tema é abordado nos encontros metodológicos do programa e na parceria com instituições da rede especializada no tema, como por exemplo, o programa não atende casos em que há violência contra mulher, sendo assim encaminha para o BENVINDA (Centro de Apoio e atendimento a mulheres em situação de violência) e outros parceiros do programa.

No caso do programa fica vivo, não há discussões aprofundadas sobre o tema. Uma psicóloga que trabalhava no centro de prevenção à criminalidade do Minas Caixa fez um trabalho de conclusão de curso no ano de 2010 sobre as relações de gênero nas oficinas do programa fica vivo, em que a maioria dos oficinairos são homens, e durante a reunião entre as técnicas da equipe com os oficinairos era difícil estabelecer uma relação de equivalência, contudo de modo mais macro no campo de discussão do programa esse tema não é abordado.

⁷⁷ Ver mais em : SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, Suely Souza de. (1995). *Violência de Gênero. Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. (2005). *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*.

Notamos assim, um processo, o qual chamaremos aqui de “hierarquização” das violências reconhecidas e trabalhadas na política de segurança pública: notamos que o tráfico de drogas e o homicídio são objetos de constante interesse e investimento da política, que entende esses fenômenos como advindos de áreas periféricas, e de população consideradas vulneráveis, o que se apresenta como um problema, como já discutimos ao longo dos debates, no sentido de quê reforça que “lugar” de violência e criminalidade é na favela, reduzindo os debates sobre o tema a questão de classe e excluindo outras práticas criminais, como corrupção, visibilização de violências que acontecem em áreas mais centrais na cidade de belo horizonte:

“há um olhar diferente para quem mora em favela, todo mundo acha que é criminoso. Eu já vivi vários preconceitos como o da intolerância, ignorância e eu lido com esses preconceitos pelo sentido esportivo, ironizando, se eles acham que no Taquaril só tem gente pobre e favelado, eu reforço e ironizo isso, apesar saber que não é só as coisas ruins que a mídia faz questão de mostrar. Se eles acham que em Ribeirão das Neves só tem criminoso e prisão é isso que eu reforço também. Favela para muitas pessoa é sinônimo de criminalidade, pobreza e violência, pode matar 10 na Savassi, nada é dito. Se morrem 10 no Taquaril na hora todos ficam sabendo. É lógico no Taquaril as violências tem mais visibilidade que na Savassi. A mídia dissemina preconceito. Por exemplo, aqui no Minas Caixa não tem tanta aparência de favela, no aglomerado do Borel, lá sim é que parece favela. E o CPC esta aqui para agir na vulnerabilidade social. Observo que na favela tem casas melhores do que em outros lugares, nem sempre as pessoas que moram na favela são pobres, ou não tem nada”. (Diário de campo em 04 de junho. Discurso da Interlocutora F no centro de prevenção à criminalidade)

Sendo assim, acreditamos que debater a questão da violência das favelas é descentralizar a favela como um espaço de falta, de criminalização e de pobreza associada a acesso a bens econômicos. Os debates sobre a favela que queremos sustentar neste trabalho tem relação com pensar favela como um campo de luta, resistência, fronteira, como enunciadora das desigualdades sociais e políticas. Entendemos também que não há como pensar favelas sem fazer os debates sobre o território, foi o que procuramos fazer ao longo dos nossos escritos.

Outra unidade de significado que atravessa esse trabalho são os *debates sobre a relação entre polícia e comunidade*. Notamos que essa unidade se apresenta como um conteúdo transversal nos debates e problematizações que fizemos sobre segurança pública. O paradoxo da repressão e prevenção é presente desde inicio do pensamento social sobre as funções da polícia como vimos no capítulo I. O paradoxo trabalhador da segurança pública como defensor de direitos humanos, ao mesmo tempo em que se preza uma lógica de controle do espaço em que atua também é bem presente para se pensar a relação entre polícia

e comunidade. No caso Minas Caixa, essa fronteira é pensada no início da história do bairro, como aponta os interlocutores da pesquisa:

“Pensar a história do Minas Caixa é pensar os territórios de circulação, e entender um pouco os fenômenos de violência e pobreza neste território. O bairro tem uma tradição bem militar. É um dos bairros mais antigos de Venda Nova, e que recebeu bastantes militares na época que foi inaugurado, neste sentido abriga uma das unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais. O território em que se localiza o colégio Tiradentes, é onde está a segurança, a ordem. As pessoas que estudam lá são geralmente de classe média, filhos de policiais, é muito difícil uma pessoa de a comunidade ter acesso a esse espaço. Se quisermos ver a pobreza e a violência é só irmos para o território do boreu, ou favela minas caixa. Lá temos uma rua, em que mulheres jovens ficam grávidas cedo, tem alto índice de prostituição, grande movimentação de tráfico. Quando pensamos na política de prevenção à criminalidade, pensamos nas favelas, territórios delimitados para ação da prevenção, pensar favela, pensa em tráfico de drogas”. (Diário de campo em 11 de julho. Discurso da interlocutora I no centro de prevenção à criminalidade)

Observamos que há uma separação entre o território do Colégio Tiradentes inaugurado pelos policiais, e a pobreza que fica em território oposto, na margem, na periferia. Notamos que estar no lugar de trabalhar da política é estar em fronteira, daquele que trabalhar para o estabelecimento da “ordem”, já que estão ali em nome do Estado, apesar dos trabalhadores não quererem ser reconhecidos como e se diferenciarem desse compartilhando de discursos da chamada “sociologia inautenticidade”, que concebe o Estado como uma patologia social, e ao mesmo tempo são reconhecidos pela “repressão” (papel atribuído a polícia) como trabalhadores de direitos humanos. Podemos dizer que os trabalhadores da segurança se encontram e fronteiras diversas que geram crises de identidade provocando desgastes e saídas, daqui talvez, venha à explicação para tantas mudanças e transitoriedade na cena dos programas que compõe a política de prevenção à criminalidade.

Uma última unidade de significado que surgiu em campo foram às *concepções de segurança* que circulam nos discursos dos interlocutores, concepções que tentam se perguntar sobre que estratégias contém nesse dispositivo de controle e ordenação, entretanto muito calcadas em concepções que chamaremos aqui de mais institucionais sobre segurança aqui (dizemos aqui dos embasamentos da política nos estudos de Soares-2006 e Saporì-2011), debates que estão embasados nos fenômenos estatísticos que circulam na segurança, que em algumas vezes reduzem a problemática a questão policial e a rio-centralização dos debates. Localizamos algumas concepções nos discursos abaixo:

“ O fato das pessoas acharem que a segurança pública é apenas responsabilidade da polícia, e que a polícia é quem faz justiça. (Diário de campo em 11 de maio, discurso da interlocutora C)

“A segurança pública é numérica. Está longe de ser o que precisa o que é socializar? O que é ressocializar? Segurança pública não é prisão. (Diário de campo em 28 de maio. Discurso da interlocutora E)

“Na minha opinião, um conceito que devia ser melhor trabalhado no contexto do programa, é o conceito de território, trabalhamos com territórios. Eu sempre sugerir este tema para capacitação no programa, sai de lá sem visualizar qualquer discussão neste sentido. A Política de segurança atua nos territórios, o que gera uma ortopedia social, e uma angústia para quem trabalha neste contexto. Por isso que eu resolvi sair, porque não acho que a política realmente trabalha com segurança pública, é mais um paliativo, uma ortopedia social. (Diário de campo em 30 de julho, discurso da interlocutora K)

Sendo assim, entendemos que a problemática da segurança envolve o contexto do pensamento social e político sobre as desigualdades sociais no contexto da sociedade brasileira, e nos faz voltar às análises de vários processos históricos e culturais sobre a construção do Estado brasileiro. Entendemos a segurança como um problema político, como uma tônica recorrente na cidade de belo horizonte, visto que temos uma política que contorna as favelas belorizontinas a partir de índices estatísticos e reforços da criminalização da pobreza. (Wacquant, 2001)

É importante ressaltar que pensar segurança tem a ver com lançar mão das estruturas sociais, políticas, históricas, culturais que constituem a sociedade brasileira, pela complexidade do problema e pelas questões que ele nos revela, já que dissemina e sustenta diversos imperativos, como: “favela é espaço de criminalidade e marginalidade”, “quanto mais pobre, mais propenso à criminalidade”, sendo assim a lógica dos preconceitos de lugar de origem, de raça, gênero emergem na cena da segurança, mas não ganham muito tom, ficam nas entrelinhas dos imperativos. O exercício que procuramos fazer aqui é a leitura das entrelinhas. O campo de pesquisa e a relação com interlocutores, associados ao movimento de “estranhar” o que até então era natural constituíram-se como grande pano de fundo de análise, provocando deslocamentos importantes.

Por fim, ficam como encaminhamentos da pesquisa, o constante movimento de pesquisar a construção social e política de fenômenos que às vezes aparecem como imperativos na sociedade brasileira e mantém lógicas de preconceitos e hierarquias sociais.

Observamos durante a realização desse trabalho que o campo científico que é realçado na segurança tem forte relação com a institucionalização da problemática, e vinculação da mesma aos eventos de tráfico de drogas e homicídio, não que os estudos sobre esses temas não sejam importantes, todavia é necessário visibilizar também outros estudos que trazem à tona problematizações interessantes sobre política de segurança, violência e pobreza. Estudos que de alguma forma tentamos visibilizar aqui durante os escritos dos capítulos dois e três.

Pretendemos também fazer uma roda de conversa com os trabalhadores do centro de prevenção do Minas Caixa para debater os dados, no sentido de evidenciar as unidades de significado que foram construídas ao longo do processo de pesquisa.

Por fim, entendemos que o tema da segurança mobiliza bons debates e nos possibilita nos aproximar de outras problemáticas maiores que sondam a sociedade brasileira, mais especificamente, o cotidiano de belo horizonte, questões como: criminalização de territórios, movimentos de higienização da pobreza, política de urbanização bem articulada com a política de segurança, poucos estudos que tratam da história das favelas em belo horizonte, aliança políticas referentes ao Município e ao Estado que mantém lógicas de controle, dentre outros temas, que nos convocam para uma preocupação política e para uma vida no tecido urbano marcadas por fronteiras. E as fronteiras abrem novas janelas, que possibilitam a emergência de novas perguntas sobre os temas aqui debatidos. Segurança é estratégia política e de controle, é fronteira, sendo assim não há como simplificá-la ou reduzi-la aos problemas do “indivíduo”, ela é problema da vida coletiva, da vida urbana, remete a construção das cidades e a lógica dos territórios.

Permanecemos assim, por aproximadamente dez meses no campo de pesquisa, com objetivo de estabelecer diálogos com os interlocutores da pesquisa, e com os estudos teóricos, vivenciando o desafio de encontrar estudos “menos institucionais” sobre segurança o que me possibilitou “brigar” com os autores, querer conhecê-los, e ao mesmo tempo percorrendo as ruas da cidade para tomar a condução para ir ao campo de pesquisa, ao trabalho, as aulas, dialogando com os amigos nos corredores da universidade, construindo relações de diálogo que me provocaram deslocamentos constantes e perguntas contínuas com a orientadora e ao mesmo interlocutora dos debates aqui construídos. Aproximando da segurança, e ao mesmo tempo me afastando, enfim, a pesquisa se construiu no contínuo entre *dentro e fora*, no *estar lá* (campo de pesquisa, centro de prevenção à criminalidade, secretaria de estado social, dentre outros) e *estar aqui* (no texto, na universidade,

na escrivadinha debruçada na problemática, nos diálogos com os autores), enfim processo intenso, desafiante, que não acaba aqui.

E durante a pesquisa, percorri três que considero importantes: morros do Taquaril, Pedreira Padre Lopes e Minas Caixa. O primeiro morro é o que estou constantemente na cena do trabalho, o segundo morro foi onde busquei os documentos para a pesquisa (Plano Anual de Segurança Pública) e presenciei alguns encontros metodológicos, o último e terceiro morro foi aquele com qual aprendi a me deslocar, onde resolvi mergulhar e *estar lá*. Que outros morros venham, e que a cidade continue sendo para mim um espaço de pergunta, de movimento, um território de pertencimento e ao mesmo tempo de distanciamento. Enfim, que a favela “atraia nosso olhar para o que não se vê, para o resto invisível de nossas vidas” (MARCOS, 2004, p.3).

CAPÍTULO 5: SEGURANÇA PÚBLICA, PRIMEIRAS VERSÕES, MUDANÇAS DE TONS, CONCLUSÕES

RESUMO: Esse capítulo tem como objetivo apresentar reflexões entorno do tema de pesquisa e das vivências do campo de forma mais geral, no sentido de articular o problema proposto nesta pesquisa, que consistiu em estudar as concepções de violência e pobreza que circulam na segurança na cidade de Belo Horizonte com os elementos e significados que apareceram durante o campo de pesquisa. Podemos dizer a política de segurança pública no âmbito de Minas Gerais é um movimento recente no que tange os programas de prevenção à criminalidade, que tiveram seu início nos anos de 2005 -2006 pertencente à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) se constitui em quatro níveis de atuação. O nível que estudamos neste trabalho foi o primário constituído pelos programas mediação de conflitos e fica vivo. Notamos que as concepções de segurança que circulam na base primária da prevenção estão muito associadas à institucionalização da política (como funciona, quais os programas compõe, que público atende, dentre outros), aos estudos mais tradicionais sobre o tema os escritos de Saporì (2011) e Souza (2006) e reafirma o imperativo que a segurança é uma política social associada à atuação em áreas de altos índices de violência, que são reduzidas aos territórios da favela, por sua vez interpretada apenas como um lugar de criminalização, violência e pobreza. É sobre essas conclusões que abordaremos nesse capítulo.

5.1. SEGURANÇA, PRIMEIRAS VERSÕES :

Quando eram fios soltos, e ainda formavam parte de uma trama comum...Ao integrar-se a este tecido aquelas primeiras versões mudaram sua forma e sua cor (Galeano, Eduardo, 2010)

Trabalhar com o tema da segurança e investigar que concepções sobre esse tema circulam no âmbito primário da prevenção à criminalidade se constituiu como um desafio constante para a pesquisadora que estava também inserida em no campo de pesquisa que queria perguntar. Contudo, muitos fios soltos sobre a segurança, até então tido como fios juntos emergiram e fizeram surgir perguntas e estranhar o trama comum. Pesquisa é estranhamento, fios soltos.

Soltar os fios da segurança para compreender que estratégias de controle estavam presentes nesse contexto foi tarefa árdua e exercício de construção de um pensamento que tem relação com um projeto de ciência que busca compreender as relações por via do conceito de poder, a fim de entender que tensões e conflitos determinados temas revelam no bojo social.

Podemos dizer que as primeiras versões da pesquisa e sobre a segurança que apareceram no campo, nos estudos teóricos estavam muito acentuadas nos discursos institucionais que circulavam sobre a segurança, compreendida como uma política social, criada recentemente e que tem como campo de sua atuação as favelas. Sendo assim, uma pergunta nos surge: Para além da organização dessa política, dos aspectos que refletem sua implementação, que outras lógicas ela sustenta? Como os trabalhadores que atuam no centro de prevenção concebem a segurança? Que concepções sobre segurança circulam no âmbito da política de prevenção?

Ao longo das idas a campo novas formas e cores foram surgindo às perguntas e observamos que os estudos sobre segurança pública tem forte relação com os estudos sobre a cidade, já que esta política tem uma forma de atuação territorial, o que gera muitas inquietações sobre que lógicas essa política pretende manter no espaço de circulação das cidades.

Notamos que as concepções de segurança que circulam na política de segurança pública tem embasamentos fortes nos estudos do CRISP da Universidade

Federal de Minas Gerais e nos estudos desenvolvidos por Saporì (2011) e Soares (2006). Noções que sustentam concepções estatísticas sobre a criminalidade. Ao estudarmos as concepções de segurança na base primária da política, ou seja, nos programas mediação de conflitos e fica vivo, notamos que alguns aspectos que consideramos como sintoma da segurança são recorrentes, como por exemplo: A política de segurança tem como objetivo reduzir as taxas de homicídios e tráfico de drogas. Esses eventos são associados na maioria dos estudos sobre o tema, como vimos ao longo das discussões realizadas no capítulo II, III e IV, ao território das favelas. Sendo assim, a política de segurança trabalha com a redução de violência nas favelas, o que mantém preconceitos e hierarquias sociais nesse contexto.

Notamos também uma interligação forte entre política de segurança com política de urbanização em Belo Horizonte, e ao retomarmos os estudos sobre a história das favelas nessa cidade concluímos que os dilemas da urbanização associado à segurança pública é presente desde início, quando se pensa em leis de habitação e circulação na cidade. Os operários que vieram para trabalhar nas construções da cidade podiam morar e circular nos espaços restritos a eles, e programados para o seu trabalho, aspectos que nos remete a organização das cidades salientadas por Foucault (2008) no seu curso sobre “Segurança, Território e População”. Pensar que concepções de segurança circulam nas cenas de Belo Horizonte tem relação o surgimento da cidade enquanto tecido social, urbano e político.

Os paradoxos da prevenção versus repressão também se fazem muito presentes nos discursos sobre segurança pública presentes nos campos de pesquisa e no contexto macro da política. É como se os programas de prevenção, mediação de conflitos, fica vivo, CEAPA, PRESP surgissem em contraposição às funções exercidas pela polícia, todavia um trabalho está ligado ao outro, o que compõe a noção de intervenção estratégica que sustenta a política.

A noção de intervenção estratégica reforça também eixos analíticos e unidades de significados importantes nesse trabalho. Essa metodologia de trabalho contida na segurança pública diz respeito às parcerias que os programas da prevenção precisam fazer com outras instituições também da segurança, como polícia, defensoria pública, dentre outros para compreender as dinâmicas criminais presentes no território.

Observamos assim, conflitos e dilemas no que tange as concepções sobre segurança pública no que diz respeito a atuação policial nas favelas, a atuação do Estado nesses contextos. Sobre o primeiro dilema, acentuamos a dificuldade do estabelecimento da relação entre policiais e moradores da favela. Conforme observamos em campo, os moradores relatam que a maioria dos policiais tem já um tipo de abordagem e olhar para quem mora na favela, o que provoca situações de

violência com pessoas que não estão envolvidas no contexto criminal. Reforçando o paradoxo que a favela é lugar de criminalidade e violência.

Sobre o segundo dilema, a atuação do Estado nas favelas, notamos que os trabalhadores da política não se reconhecem como Estado e buscam se diferenciar dele. É como se o Estado “estivesse lá”, reforçando a noção de Estado como patologia social, e os trabalhadores “estivessem aqui” no contexto do centro de prevenção promovendo o acesso a direitos. Poucas reflexões sobre essa relação com o Estado é pontuado ao longo do discurso dos interlocutores na política.

Entendemos assim, que as concepções de segurança que circulam na política revelam dispositivos de controle da circulação das pessoas e mercadorias nos territórios. Como sintoma das concepções de segurança, os conceitos de violência e pobreza aparecem de forma muito recorrente, já que a política de segurança está implantada nas favelas, lugar de grandes índices de violência e pobreza.

Observamos que esse imperativo é uma tônica muito recorrente nos discursos sobre segurança. Uma segurança, e conseqüentemente, violências reduzidas aos fenômenos de tráfico de drogas e controle de homicídios, apesar de outras violências aparecerem como violência doméstica contra mulher, crianças e adolescentes em situação de violência, dentre outros não se constituem como índices estatísticos com tanta importância para os estudos sobre segurança. Questões para serem pensadas. Sabemos que tais problemas não se reduzem à segurança, todavia são leituras que aparecem nesse contexto.

As concepções de segurança estão muito associadas também ao contexto da favela. É como se essa fosse o lugar da “insegurança” e das mazelas sociais. Compreendemos a favela como uma campo de estudo sobre desigualdades sociais e ação política. A favela revela os processos históricos de hierarquização das cidades, circulação de pessoas, espaços, becos de fronteiras e resistências. Sendo assim, ao nos depararmos com leituras e estudos muito “rio-centradas” sobre as favelas, o que nos possibilitou deslocar um pouco tais estudos para o contexto no qual propomos estudar, que é a cidade Belo Horizonte. Concluimos que não há como pensar a segurança pública como dispositivo de controle desarticulado com os estudos sobre as favelas.

Neste sentido, nosso trabalho buscou conciliar a problemática desta pesquisa, que é a segurança pública com os significantes que apareceram no campo, no sentido de estabelecer diálogos, se colocar nas fronteiras e mudar de tons.

5.2. MUDANÇAS DE TONS, CONCLUSÕES

Entendemos a atividade de pesquisa por meio das possibilidades de deslocamentos que ela nos possibilita. O campo de estudos sobre segurança foi para nós um desafio, tanto em função da aproximação que tinha com o campo, por trabalhar na Secretaria de Estado de Defesa Social, como pela necessidade de afastamento para compreensão dos conflitos e dissensos presentes na história da política de segurança.

Foi nesse exercício que esta pesquisa se construiu por meio de diálogos com o campo, de questionamentos sobre que funções sociais a segurança pública mantém e que estratégias de poder sustenta.

Os estudos sobre segurança que nos debruçamos inicialmente enfoca seus olhares para as etapas de implantação da política e suas etapas de avaliação, o que é importante, entretanto quando propomos estudar esse tema, queríamos também entender os efeitos e produtos da implantação e que interesses estão presentes na avaliação das ações dessa política no contexto das favelas.

Elencamos como elementos chaves de significado desse trabalho as palavras: segurança, violência, pobreza e favela. Palavra chaves que mantém o imperativo de que a violência e a pobreza geram situações de criminalidade. Imperativo muito presente em estudos sociológicos mais clássicos, como discutimos no capítulo II.

Concluimos assim, que para fazer a pesquisa foi preciso deixar os costumes explicáveis sobre segurança pública, para revelar outras concepções. Entendemos que a segurança pública mantém fortes paradoxos sociais, e se apresenta como uma campo de estudos fértil para pensarmos sobre as desigualdades e processos de mudanças sociais, já que está intimamente relacionada com a criminalização da pobreza e com o processo de construção de cidades.

Como outros pensamentos e mudanças de tons, fica a necessidade de um maior estudo sobre os debates sobre a relação entre polícia e favela, violência de gênero, relação profissionais e Estado, dilemas importantes que revelam funções sociais sobre segurança pública.

Concluimos assim, que a segurança pública, é um problema localizado no tempo, no espaço urbano, nos becos, nas periferias, nas ruas das cidades, nas bocas que dizem sobre “insegurança”, enfim terreno político que expressa muitas contradições sociais e históricas.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMOVAY, Mirian. (2002). *Juventude. Violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO/BID, 2002.
- ABREU, M. (1994). *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio*. Espaço&Debates, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46.
- ABREU, M, de A. (1980) *A evolução urbano no Rio de Janeiro.. Rio de Janeiro: IPP/Zahar,*
- ARENDT, Hanna. (2003). *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- AGIER, Michel. (1999), *L'invention de la ville: banlieues, townships, invasions ET favelas*. Paris, Éditions des Archives Contemporaines. [Links]
- AGIER, Michel. (2006), "O humanitário como terreno de pesquisa" (entrevista concedida a Susana Durão). *Sociologia - problemas e práticas*, 50: 133-150.
- ALBERGARIA, Jason. (1988). *Criminologia Teórica e Prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aide Editora.
- ANDRADE, Mônica Viegas e PEIXOTO, Betânia Totino. (2012). *Avaliação econômica de programas de prevenção à criminalidade no Brasil*. Disponível em: http://www.crisp.ufmg.br/artigos_publicacoes/artigos
- ALVAREZ, Marcos César. (2002). *A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais*. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4.
- ARDOINO, J. (1993) "La démarche clinique. Identité et théorie du sujet. IN: *Revue Quel Corps, tome 1, nº 43-44, Février, p.6-18*
- ADORNO, S. (2003). *A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada*. In: *Sociedade e Estado*. Brasília: UnB, v. X (2), p. 299-342., Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.
- AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. (2008). *Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos*. Belo Horizonte: RECIMAM.

AFONSO, Maria Resende. (1988). AZEVEDO, Sérgio de. Poder público e movimento de favelados. IN: POMPERMAYER, Malori. Movimentos sociais em Minas Gerais, emergências e perspectivas. Belo Horizonte, UFMG.

BARROS, Juliana Vasconcelos de Souza. (2009). *Ações e Perspectivas do Programa de Reinserção Social do Egresso do Sistema Prisional no combate à Vulnerabilidade Social*. In: OLIVEIRA, Kris Brettas e OLIVEIRA, Gleiber Gomes. *Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte, Instituto Elo.

BRASIL: 1900-1910. (1985). In: *Nosso Século*, Vol.1. São Paulo: Abril Cultural

BRASIL, Maria Glaucíria Mota; BARBOSA, Kátia Borges e SOBREIRA, Waleska Fernandes de O. *Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil: caminhos que se cruzam*. (2010). VII Semana de Humanidades UFC/UECE e I Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação em Humanidades, 2010, Fortaleza. Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. Organizadores: Marta Ferreira Santos Farah, Hélio Batista Barboza – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. – (Coleção FGV Prática)

BATUCCI, Eduardo; PEIXOTO, Betânia; GODINHO, Letícia; SILVA, Roberta Alves; CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves; SILVA, Sérgio Félix e SOUZA, Rosânia Rodrigues. *Segurança Pública em Belo Horizonte: análise dos desviantes positivos*. Disponível em: <http://eq.fjp.mg.gov.br/index.php/publicacoes/textos-para-discussao/154-textos-publicados-em-2011/1611-seguranca-publica-em-belo-horizonte-analise-dos-desviantes-positivos>. Acesso em 03 de dezembro de 2012.

BEATO FILHO, Cláudio C.. (1999). *Políticas públicas de segurança e a questão policial. São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 13-27. Retrieved January 16, 2013, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400003&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-88391999000400003.

BEATO FILHO, Claudio C. (2008). *Diagnóstico Quantitativo- Aglomerado do Borel*. Junho, Belo Horizonte.

Bentham. (1840). *Planta do Panopticon* (The works of Jeremy Bentham, Ed. Bowring, t, IV, p, 177.

BERNARDES, L.M.C (1992 -1962) *Evolução da paisagem urbana no Rio de Janeiro até o início do século XX*. In: ABREU, M. de. A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

BRECHT, Bertold. (1898-1956). *Intertexto*. Disponível em : <http://projetos.unioeste.br/projetos/leitura/arquivos/oficinas/texto08.pdf>. Acesso em 20 de novembro.

BORBA, S.(1997). *Multirreferencialidade na formação do professor-pesquisador*. Maceió: PSE.

BOURDIEU, P. (1975). *Le champ scientifique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, jun, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

BOURDIEU, P. (1998). *O poder simbólico*.Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BUORO, A. B. (1999). *Violência urbana: dilemas e desafios*. São Paulo: Atual. 64p.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

CAMPOS, Andreilino. (2011). “*Do Quilombo à Favela: A produção do Espaço criminalizado no Rio de Janeiro*”. Rio de Janeiro,, Bertrand Brasil.

CAMPOS, Coelho Edmundo. (1980).*Sobre sociólogos, pobreza e crime*. Dados do Rio de Janeiro, v.23, n.3.

CARVALHO, José Murilo.(1997). *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

Centros de Prevenção em Belo Horizonte, Região Metropolitana e Interior de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/parcerias/nucleos>. Acesso em outubro de 2012.

CEBRAP- (2005). *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Programa Fica Vivo!* Controle de Homicídios Alto Vera Cruz, Taquaril, Granja de Freitas e Castanheiras. Belo Horizonte.

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/>.

CÔRREA, R,L. (1989). *O espaço urbano*.São Paulo: Ática.

COIMBRA. (2006) Cecília Maria Bouças. *Direitos Humanos e Criminalização da pobreza*. Trabalho apresentado em Mesa Redonda: Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela UERJ, em outubro de 2006

CHALHOUB, S. (1996). *Cidade de febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

- CHAUÍ, Marilena. (1985). “*Participando do Debate sobre Mulher e Violência*”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores.
- CHIZZOTTI, Antônio. (2011). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- CRESPO, A. P. A., & GUROTIZ, E. (2002). *A pobreza como um fenômeno multidimensional*. RAE-eletrônica, 1(2), 1-11.
- DAGNINO, Evelina. (2004). *Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa*. Revista Política e Democracia
- DAVIS, Mike.(1993). *Cidade de Quartzos : escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Escrita Editorial.
- DAVIS, Mike.(2006). *Planeta Favela*. São Paulo : Boitempo Editorial.
- DOMAT, Jean. (1829). *Le Droit public, I, XIII, I: De la police ou discipline des arts et métiers* éd. REMY, p. 239-240.
- DELAMARE, Nicolas (1705). *Traité de çã Police*. Paris, J. P.Cot.
- DUARTE, Luis Sérgio.(2005). *O conceito de Fronteira em Deleuze e Sarduy*. Textos de História, v.13, n.1
- ELIAS, Norbert. (1997), *Os alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*.Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- FELTRAN, Gabriel de Santis.(2008). *Fronteiras de tensão : um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. - Campinas,SP .
- FAORO, Raymundo. (1993). *A aventura liberal numa ordem patrimonialista*. Revista USP. SãoPaulo, n. 17, 1993
- FOUCAULT, M. 2008. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M.(1979). *Microfísica do Poder*. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, M. (2011). *Vigiar e Punir:nascimento da prisão*. Petrópolis , RJ, Vozes.

FREYRE, Gilberto. (1936). *Soldados e Mucambos*. São Paulo. Companhia Editorial Nacional.

FREYRE, Gilberto. (1993). *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global.

Freire-Medeiros, B. (2009). A construção da favela carioca como destino turístico.

FILHO, C. M. (2001). *Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira*. São Paulo em Perspectiva (on line). São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

FILHO, Claudio Beato. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Disponível em: http://www.crisp.ufmg.br/artigos_publicacoes/artigos

GALEANO, Eduardo. (2010). *Bocas do Tempo*. Porto Alegre, RS.

GARFINKEL, H. (1976). *Studieis in ethnométhodologie*. New Jersey: Prentice Hall.

GEERTZ, Clifford. (2009). *O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFJR.

GEERTZ, Clifford, (1989).. *A interpretação das culturas / Clifford Geertz*. - I.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC

GUIMARÃES, Berenice Martins. (1992). *Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios*. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte: vol. 7, Nº 2 e 3.

GUIMARÃES, Berenice Martins (1991). *Cafuas, barracos e barracões*. Belo Horizonte: Cidade Planejada. Rio de Janeiro . IUPERJ. Tese de Doutorado em Sociologia.

HALL, S. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo, DPA Editora.

HARAWAY, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [orig. The science question in feminism, *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988]. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p.7-42.

HAYECK, Cynara Marques. (2009). *Refletindo sobre violência*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - www.rbhcs.com. ISSN: 2175-3423

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. (2001). *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, Nov. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Dez. 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. (2012). *Etnopesquisa Implicada: Pertencimento, criação de saberes e afirmação*. Brasília: Líber Livros.

MACEDO, Roberto. (2010). *Etnopesquisa Crítica, Etnopesquisa-Formação*. Brasília: Líber Livros.

MARTINS, J. (1992). *Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíesis*. São Paulo: Cortez.

MARCOS, Cristina. *Resíduos do Nada*. Curinga, n.20, Belo Horizonte. Escola Brasileira de Psicanálise, novembro.

MUSKAT, Malvina. (2003). *Mediação de Conflitos: pacificando e prevenindo a violência*. Summuns Editorial,.

MATOS, Ralfo. (2002). Aglomerações Urbanas, rede de Cidades e desconcentração demográfica no Brasil. Disponível em : http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/todos/migt4_3.pdf Acesso em 03 de dezembro de 2012.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. (2005). *A abordagem etnográfica na investigação científica*. Disponível em: people.ufpr.br/~abord_etnogr_invest_cient.doc. Acesso em 05 de março de 2012.

Merleau-Ponty M. *De Mauss a Claude Lévi-Strauss*. In: Chauí M, organizadora. Merleau-Ponty: textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural; 1975. [Coleção Os Pensadores].

MICHAUD, Y. (1989) *A violência*. São Paulo: Ática, 119p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu.(2010). *Pesquisa Social; Teoria, Método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

MINAS GERAIS. (1981). Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. PRODECOM. *Programa de Desenvolvimento de Comunidades*, Belo Horizonte,

MISSE, Michel. (1993). *"Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas."* O Brasil na virada do século. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

MENDES, Igor Adolfo Assaf. (2009). *Fica Vivo! Proteção, mobilização e intervenção*. In: OLIVEIRA, Kris Brettas e OLIVEIRA, Gleiber Gomes. *Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte, Instituto Elo.

MOREL, Benedict-Augustin. (2008). *Tratado das degenerescências na espécie humana*. Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental, 11(3), 497-501.

MUSKAT, Malvina. (2003). *Mediação de Conflitos: pacificando e prevenindo a violência*. Summuns Editorial,.

NARAYAN, D. (2000). *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press.

NOGUEIRA, Marcus Otávio Mariani. (2009). *Processos de subjetivação e controle. Alcances e limites de uma intervenção*. In: OLIVEIRA, Kris Brettas e OLIVEIRA, Gleiber Gomes. *Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte, Instituto Elo.

ODALIA, N. (1985). *O que é violência*. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense.. 95p.

OLIVEIRA, Kris Brettas e OLIVEIRA, Gleiber Gomes. (2009). *Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte, Instituto Elo.

OLIVEIRA, Fabiana Luci.(2009).*Jesse Souza e a interpretação do dilema brasileiro*. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.1, p. 116-137, Jan. /Jul.

PAIXÃO, Luis Antônio. *Crime e Criminosos em Belo Horizonte:1932-1978*. In.PINHEIRO, P.S.

PRADO, Valladares, L., MEDEIROS, L., & Chinelli, F. (2003). *Pensando as favelas do Rio de Janeiro*.

PRETECEILLE, E., & VALLADARES, L. (2000). *A desigualdade entre os pobres—favela, favelas*. Desigualdade e pobreza no Brasil.

PRONASCI. (2007). Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm Acesso em 03 de dezembro de 2012

PLAMBEL. (1980). *Programa de Benefícios Urbanos à População Favelada do Aglomerado Metropolitano da RMBH*. Belo Horizonte

PLAMBEL. (1989). *Plano Diretor Metropolitano da RMBH*. Diagnóstico de Habitação. Belo Horizonte.

PLAMBEL (1967). Belo Horizonte. *Considerações sobre a questão habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte.

PNSP. (2000). Plano Nacional de Segurança Pública. Disponível em : http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/pl000021.pdf Acesso em 03 de dezembro de 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (1983). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense.

LAPASSADE, G. (1991). *L'ethnosociologie*. Paris: Meridien, Klincksieck.

LEITE, Fabiana de Lima. (2009). *Prevenção Social à Criminalidade: A experiência em Minas Gerais*. Secretaria de Estado de Defesa Social. Belo Horizonte, Dezembro.

LUDKE, M; ANDRÉ M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

RIZZINO, Irma; CASTRO, Mônica Rabello e SARTOR, Carla Daniel .(1999) *Pesquisando: Guia de pesquisa para programas sociais*. Editora Universitária Santa Úrsula.

RIZZINI. Irene. (1997). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Amais.

SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, Suely Souza de. (1995). *Violência de Gênero. Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter

SANTOS, Milton. (2000). *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, Luana Carola dos.(2010). “ *A relação mediador-mediando: Psicologia Social Comunitária e o Programa Mediação de Conflitos*”. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato.(2005). *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*. Revista Estudos Interdisciplinares de América Latina y El Caribe, Universidade de Tel Aviv, Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>>.

SAPORI, Luis Flávio. (2011). *A segurança pública no Brasil*. Em debate, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.11-15, jan.

SENNETT, R. (1994). *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na organização ocidental*. Rio de Janeiro: Record.

Secretaria de Estado de Defesa Social. (2009). Superintendência de Prevenção à Criminalidade. *Prevenção Social à Criminalidade*. Belo Horizonte.

SILVA, Davidson Lopes. (1996). “ *A política de Segurança no Estado de Minas Gerais*”. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública, para obtenção de mestre em Administração Pública. Belo Horizonte.

SOARES, Luis Eduardo. *Segurança Pública: Presente e Futuro*. Estudos Avançados, 20 (56), 2006.

SOUSA, Rosânia Rodrigues de. *Análise do perfil cultural das organizações policiais e a integração da gestão em segurança pública em Belo Horizonte*. (2009). 200 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações)-Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/7012>

SOUZA, M.L. (1995). *O Narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e dialética entre “ordem e desordem”*. In : Caderno de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, Nº13, jan. Março.

SOUZA, Jessé. (2000). *A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da UNB.

SOUZA, Jessé.(2001). *A sociologia dual de Roberto Da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 16, n. 45, Feb.

SOUZA, Jessé (2006). *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte, Editora UFMG

SOUZA, Jessé.(1998) *A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 13, n. 38, Cot.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. (2006). *Periferia : conceitos, práticas, discurso; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. São Paulo.

TOMÁS, Maria. (2007). *Mapeando a vulnerabilidade social dos municípios de Minas Gerais: uma aplicação do método GoM*. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.democracia.org/files/tomasetlaMapenadoVulnerabilidade.pdf>.

SEN, Amartya K. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Zaluar, Alba. (1999). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3), 3-17. Retrieved December 28, 2012, from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>.

VALLA, V. V. (1985). Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, 1(3), 282-296

VALLADARES, Licia do Prado. (2005). *A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

VALLADARES, Licia. (1991), “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”, in R. Boschi (ed.), *Corporativismo e desigualdade; a construção do espaço público no o Brasil*, Rio de Janeiro, Iuperj/Rio Fundo.

ZALUAR, Alba. (2002). “ Oito temas para debate, violência e segurança pública. Sociologias, Problemas e Práticas. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/378> Acesso em 11 de novembro de 2012.

ZALUAR, ALBA. (2005). *Dilemas da segurança Pública no Brasil*. In: *Desarmamento, Segurança Pública e Cultura de Paz*. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ims.uerj.br/nupevi/desarmamento.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

ZALUAR, ALBA; ALVITO, Marcos. (2005). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

WACQUANT, Loïc. (2001). *As prisões da miséria*. Tradução de André. Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,.

WACQUANT, Loïc. (2006). *Parias urbains: Ghetto, banlieues, État*. Paris: La Découverte, 2006.

WACQUANT, Loïc. (2008). O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos Estudos - CEBRAP*, (80), 9-19.

WEBER, Max. (1999). *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. 2. v. Brasília:

ANEXOS

Caderno de Campo

**Estudo sobre as concepções de violência, favela e pobreza na Política de
Segurança Pública no contexto de Belo Horizonte**

Luana Carola

Aspectos teóricos, metodológicos e éticos da Pesquisa: "Estudo sobre Concepções de Violência e Pobreza na Política de Segurança Pública"

Essa pesquisa trata-se de uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha de pesquisa sobre " Política, Participação Social e Processos de Identificação", que tem como tema de trabalho realizar um "Estudo sobre as concepções de violência e pobreza na Política de Segurança Pública no contexto de Belo Horizonte". O trabalho será realizado pela aluna/pesquisadora, Luana Carola dos Santos, sob orientação da Professora Cláudia Mayorga. O objetivo do trabalho é investigar as concepções de violência e pobreza que circulam no conteúdo da política de segurança pública. Para isso, a pesquisadora fará observação participante do cotidiano dos trabalhadores do CPC Minas Caixa. Após isso realizará também entrevista com os profissionais que atuam no CPC, sendo eles, técnicos (as), estagiários (as), secretário, vigia e motorista. O objetivo da entrevista é compreender um pouco mais sobre as concepções de violência e pobreza que circulam nas práxis desses profissionais. A pesquisadora acompanhará também algumas ações da equipe com a comunidade, no sentido de compreender como ocorre a implementação do CPC no local e as concepções de violência e pobreza que circulam no cotidiano dos moradores. O plano de trabalho tem mais detalhes dos aspectos gerais da pesquisa. O campo está previsto para começar em abril e terminar no início de julho. É importante lembrar que a responsabilidade pelos dados e a interpretação dos mesmos é de inteira responsabilidade da pesquisadora. Durante a realização da pesquisa, os participantes receberão um termo de consentimento livre e esclarecido que contém informações éticas sobre a não-obrigatoriedade da participação dos mesmo na cena da pesquisa. Desde já agradeço a compreensão e me coloco a disposição para maiores esclarecimentos através dos seguintes contatos: luana.ufmg@yahoo.com.br e (31) 9334-5098.

Cordialmente,

Luana Carola dos Santos

Belo Horizonte, 07 de Janeiro de 2013

